

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS - CCHN**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS**  
**RELAÇÕES POLÍTICAS - PPGHIS**

**LEANDRO DA SILVA LUNZ**

**MULHERES NA POLÍTICA: MYRTHES BEVILÁCQUA CORRADI E**  
**LUZIA ALVES TOLEDO NO PODER LEGISLATIVO – 1980 a 2018**

**VITÓRIA**

**2019**

LEANDRO DA SILVA LUNZ

**MULHERES NA POLÍTICA: MYRTHES BEVILÁCQUA CORRADI E  
LUZIA ALVES TOLEDO NO PODER LEGISLATIVO – 1980 a 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Professora Doutora Maria Beatriz Nader

**VITÓRIA**

**2019**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de  
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

L961m Lunz, Leandro da Silva, 1976-  
MULHERES NA POLÍTICA: MYRTHES BEVILÁCQUA  
CORRADI E LUZIA ALVES TOLEDO NO PODER  
LEGISLATIVO – 1980 a 2018 / Leandro da Silva Lunz. - 2019.  
151 f. : il.

Orientador: Maria Beatriz Nader.  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Participação Feminina. 2. Trajetória Política. 3. Espírito  
Santo. I. Nader, Maria Beatriz. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.  
Título.

CDU: 93/99

---

LEANDRO DA SILVA LUNZ

**MULHERES NA POLÍTICA: MYRTHES BEVILÁCQUA CORRADI E LUZIA  
ALVES TOLEDO NO PODER LEGISLATIVO – 1980 A 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Comissão examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Beatriz Nader  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES  
Orientadora

---

Prof. Dr. Paulo Edgar da Rocha Resende  
Universidade Vila Velha – UVV  
Membro

---

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES  
Membro

## AGRADECIMENTOS

Gratidão é um sentimento de reconhecimento a alguém em virtude de uma ação, auxílio, presença e palavras que nos direcione a um caminho de valores edificantes. E nessa caminhada de construção e conclusão do mestrado sou imensuravelmente GRATO a um número seletivo de pessoas, algumas presentes fisicamente e outras que se encontram nas lembranças.

Agradeço inicialmente aos “Deuses do Bem” em suas diversas formas, que em seus propósitos me oportunizaram o dom da existência e permitiram que minhas escolhas sejam guiadas para a propagação de uma existência saudável e de respeito às diversidades humanas em suas crenças espirituais, orientação sexual e étnicas.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS) agradeço pela oportunidade do enriquecimento acadêmico e formação profissional. Agradeço a todos os professores, servidores da secretaria pelo suporte que me foi concedido. Em particular sou muito grato ao Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes por ter sido quem primeiramente despertou o interesse na realização de uma pesquisa na qual o tema compreendesse mulher e política. E, especialmente, agradeço ao Prof. Dr. Ueber José de Oliveira e ao Prof. Dr. Paulo Edgar da Rocha Resende por suas valiosas contribuições, esclarecimentos e pelas respeitáveis sugestões já durante o exame de qualificação desta dissertação, e por terem aceitado participar também da banca de defesa.

Aos meus pais, Francisco de Assis Lunz e Anna Ferreira da Silva, dois lavradores que batalharam arduamente para possibilitar aos seus cinco filhos uma vida digna. Os seus gestos e exemplos de honestidade, perseverança e carinho são muitos valorosos. Acreditem, inspirações para superar as barreiras sociais criadas pela falha de um sistema político que não preza por políticas públicas inclusivas. Hoje, consigo entender claramente o conselho que me foi dado, que estudar é a chance de me tornar melhor. Mãe e pai lhes sou infinitamente GRATO.

Ao meu avô Antonio da Silva (*in memoriam*), por ter sido o primeiro a me fazer questionar as “certezas” deste mundo e em sua sabedoria popular me mostrar o quanto o conhecimento das Ciências Humanas pode abrir nossos olhos e ampliar os horizontes. De onde estiver peço suas BÊNÇÃOS. Aos meus tios Egisto e Arlete, por me incentivarem e pelo carinho, por se fazerem sempre presente cuidando e orientando para o bem.

À Camila, “vida minha”, há dezesseis anos você me faz adormecer e acordar todos os dias querendo me tornar um ser melhor. Agradeço pelo seu companheirismo, por ser a primeira a incentivar e acreditar que sou muito mais capaz do que imagino. Agradeço por ter abraçado esse projeto comigo e comungado de minhas angústias, aflições, sorrisos e esperança. Você torna essa nossa existência em uma felicidade que não cabe em palavras. AMO você!

Agradeço a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Beatriz Nader, que me encantou por sua sabedoria, humanidade, carinho e amizade. A disciplina *História, Gênero e Poder* foi meu primeiro contato com esse universo do mestrado e sua coragem em aceitar orientar um sujeito sem uma vivência de pesquisa e diante de um tema tão precioso é para mim um ato de GRANDEZA e admiração que me faz infinitamente agradecido. Professora, nesses quase cinco anos de parceria você é para mim muito mais que a orientadora, é fonte de grande admiração e respeito. Novamente agradeço por me inserir nessa família que você cuida com tanto cuidado e carinho.

Aos meus amigos e amigas do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da UFES, sou grato pela convivência com tantos sujeitos dedicados ao conhecimento e dispostos a batalharem por uma sociedade mais equânime. Vocês foram estímulos para desenvolver este estudo e poder partilhar o ENTUSIASMO pela História.

Aos bons companheiros e companheiras do magistério e aos meus ex-alunos. O exercício profissional junto a vocês contribuiu para que eu desejasse e buscasse me aprofundar nos estudos e pudesse, assim, também contribuir um pouco mais na construção de uma educação pública de qualidade, na qual, professores e estudantes consigam desenvolver suas potencialidades e trilhar um caminho de consciência social e de realização pessoal.

À Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo que aceitaram serem sujeitos da pesquisa que ora apresento o resultado e me concederam entrevistas, comungando comigo memórias que lhes são tão caras e especiais. Vocês são um exemplo de CORAGEM, determinação e combate ao universo machista existente em nossa sociedade. A participação de cada uma foi essencial para tornar meu projeto possível.

“Foi o feminismo que constituiu as mulheres como atrizes na cena pública, que deu forma a suas aspirações, voz a seu desejo. Foi um agente decisivo de igualdade e de liberdade. Logo, de democracia”.

Michelle Perrot

## RESUMO

Nesta dissertação analisamos a participação política de Myrthes Bevilácqua Corradi no Congresso Nacional e de Luzia Alves Toledo, no Senado e na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, no período entre os anos de 1980 a 2018. Com tal pesquisa, procuramos reconstruir a trajetória política dessas mulheres e suas contribuições em um campo de atuação predominantemente caracterizado pelo poder masculino. Ao mesmo tempo, pretendemos desconstruir a ideia, durante o período estudado, de que caberia à mulher o papel social reservado ao campo privado, compreendendo, assim, as identidades sociais construídas sob a ótica patriarcal. Assim sendo, resgatamos a história da participação feminina na política e investigamos de que forma a participação e a atuação delas representaram os interesses sociais das mulheres, descrevendo sobre quais foram as circunstâncias que dificultaram a inserção e o desempenho de mulheres na política institucionalizada no Brasil, tendo como foco principal o caso do Estado do Espírito Santo. O exercício desse resgate teve como suporte metodológico principal a História Oral, através de entrevistas e leituras das proposições. Deste modo, articulamos a análise aos debates contemporâneos sobre a participação política, de um lado, e de história de mulheres, feminismo e relações de gênero, de outro.

**Palavras-chave:** Participação Feminina; Trajetória Política; Espírito Santo.

## **ABSTRACT**

In this dissertation we analyze the political participation of Myrthes Bevilacqua Corradi in the National Congress and Luzia Alves Toledo the Senate and the Legislative Assembly of Espírito Santo, during the corresponding period from 1980 to 2018. With this research, we seek to reconstruct the political trajectory of these women and their contributions in a field of performance predominantly characterized by male power. At the same time, we intend to deconstruct the idea, during the period studied, that women would have the social role reserved for the private field, thus understanding the social identities built from the patriarchal point of view. Thus, we rescued the history of female participation in politics and investigated how their participation and performance represented the social interests of women, describing the circumstances that made it difficult for women to enter and perform in institutionalized politics in Brazil. main focus is the case of the State of Espírito Santo. The exercise of this rescue had as main methodological support the Oral History, through interviews and readings of the propositions. In this way, we articulate the analysis to contemporary debates on political participation, on the one hand, and on the history of women, feminism and gender relations, on the other.

**Keywords:** Female Participation; Political Trajectory; Espírito Santo.

## LISTA DE SIGLAS

ALES – Assembleia Legislativa do Espírito Santo;  
CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo;  
CF – Constituição Federal;  
CLEN – Clube de Leitura da Escola Normal;  
CNNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;  
CPTT – Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômanos;  
CUT – Central Única dos Trabalhadores;  
DDMs – Delegacias de Defesa da Mulher;  
DEAMs – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher;  
DEM – Democratas;  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos;  
EAMES – Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo;  
ENCLAT/ ES – Encontro das Classes Trabalhadoras do Espírito Santo;  
FBPF – Federação Brasileira para o Progresso Feminino;  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;  
IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves;  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro;  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil;  
ONU – Organização das Nações Unidas;  
PAISM – Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher;  
PCB – Partido Comunista Brasileiro;  
PDS – Partido Democrático Social;  
PDT – Partido Democrático Trabalhista;  
PEA – População Economicamente Ativa;  
PFL – Partido da Frente Liberal;  
PFR – Partido Feminino Republicano;  
PIA – População em Idade Ativa;  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro;  
PMN – Partido da Mobilização Nacional;  
PN – Partido Nacional;  
PNUD – Programa para Desenvolvimento das Nações Unidas,

PPB – Partido Progressista Brasileiro;  
PROS – Partido Republicano da Ordem Social;  
PRP – Partido da Representação Popular;  
PSB – Partido Socialista Brasileiro;  
PSC – Partido Social Cristão;  
PSD – Partido Social Democrático;  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira;  
PT – Partido dos Trabalhadores;  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro,  
PTC – Partido Trabalhista Cristão;  
SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres;  
SETUR/ES – Secretaria de Estado do Turismo;  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral;  
TER/ES – Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo;  
UDN – União Democrática Nacional;  
UES – União dos Estudantes Secundaristas;  
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo;  
UIP – União Interpalamentar;  
UNE – União Nacional dos Estudantes;  
UPES – União dos Professores do Espírito Santo;  
UPPES – União dos Professores Primários do Espírito Santo.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Percentual de mulheres nas câmaras de diversos países.....	81
<b>Tabela 2:</b> Evolução das mulheres na vida política brasileira.....	82
<b>Tabela 3:</b> Total de Mulheres Candidatas e Eleitas para a Câmara de Deputados 1934 – 2010.....	84
<b>Tabela 4:</b> Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 1982.....	86
<b>Tabela 5:</b> Mulheres eleitas para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo e para o Congresso Nacional 1982 – 2018.....	87
<b>Tabela 6:</b> Total de cadeiras e percentual de mulheres eleitas para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo e para o Congresso Nacional 1982* – 2018.....	88
<b>Tabela 7</b> – Distribuição dos ocupados, segundo sexo – Brasil e Espírito Santo – 2003/2007.....	90
<b>Tabela 8</b> – População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA) e taxa de atividade segundo situação do domicílio, gênero, faixa etária, Espírito Santo -2000 e 2010.....	92
<b>Tabela 9</b> – Rendimento-hora (R\$) da população ocupada no trabalho principal, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça – 2011.....	93

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Emiliana Vianna Emery.....	37
<b>Figura 2</b> – Judith Leão Castello Ribeiro .....	39
<b>Figura 3</b> - Myrthes Bevilácqua Corradi.....	43
<b>Figura 4</b> – Luzia Alves Toledo.....	45
<b>Figura 5:</b> Matéria jornalística sobre Myrthes Bevilácqua Corradi.....	97
<b>Figura 6:</b> Folheto produzido por Cristina Gorine, em 1984.....	99
<b>Figura 7:</b> Primeira Senadora do Espírito Santo toma posse.....	104
<b>Figura 8:</b> Luzia Alves Toledo apresenta desenvolvimento de ações em defesa da mulher.....	107
<b>Figura 9:</b> Luzia Alves Toledo no marco da Rota Imperial.....	109

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 1</b>	
1 – A mulher como sujeito da História.....	22
1.1 – Mulheres no exercício político espírito-santense.....	34
1.2 – Myrthes Bevilácqua Corradi e Luzia Alves Toledo: trajetórias.....	40
<b>CAPÍTULO 2</b>	
2 – Política e poder: o espaço de cada um.....	47
2.1 – O espaço público como palco de atuação masculina.....	54
2.2 – O movimento feminista e a luta pela participação da mulher na política.....	65
<b>CAPÍTULO 3</b>	
3 – Trajetória da representatividade feminina no poder legislativo.....	78
3.1 – Política e Trabalho.....	85
3.2 – Atuação política de Myrthes Bevilácqua Corradi no poder legislativo do Congresso Nacional.....	94
3.3 – Atuação política de Luzia Alves Toledo na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	112
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	118
<b>APÊNDICES</b> .....	128

## INTRODUÇÃO

O ano é 1980, a conjuntura política do Brasil é marcada pela percepção da sociedade pelo fim da Ditadura Militar. Diversos grupos sociais e políticos se uniram em prol das eleições diretas para o cargo do poder executivo nacional. Em consonância aos sentimentos das ruas, as noites em Brasília são marcadas por diversas reuniões privadas lideradas por figuras importantes como Fernando Henrique Cardoso, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. É nesse momento que o discurso pela Democracia começa a sobressair e as discussões sobre ética, liberdade de expressão, igualdade social e fim da corrupção passam a serem as pautas principais desses encontros. Paradoxalmente enquanto esses temas eram discutidos, pelos líderes políticos do sexo masculino, na sala de um apartamento em Brasília, cabia à deputada Myrthes Bevilacqua Corradi a responsabilidade de ir a cozinha e preparar o prato para o presidenciável Tancredo Neves. Mesmo nos círculos que projetavam o futuro do país e representavam os anseios da sociedade, é emblemático constatar que a figura feminina tinha a função do exercício dos encargos domésticos reforçando a estigmatização social que o lugar da mulher era na cozinha. Fato este que corrobora para o entendimento da prática política representativa no Brasil com pouca presença feminina.

O estudo aqui apresentado tem como foco principal pesquisar a trajetória política das deputadas Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo, primeiras mulheres espírito-santenses a ocuparem uma cadeira no poder legislativo do Congresso Nacional e no Senado Nacional. A proposta da dissertação é, no âmbito de seus percursos políticos, verificar a ocorrência ou não de contribuições dos seus mandatos parlamentares para a visibilidade e debates em torno das questões de gênero a partir das pautas feministas. Buscamos também discutir o perfil da atuação de uma mulher em uma instituição permeada por elementos e *modus operandis* típicos do mundo masculino.

O desenvolvimento do estudo se estabelecerá em diálogo com a bibliografia brasileira acerca da participação política das mulheres em espaços de poder de decisão, buscando refletir em torno de algumas questões como representatividade política, o espaço público como espaço de poder e o movimento feminista como instrumento de representação política.

O recorte cronológico da dissertação apresentada se situa entre o período de 1980 a 2018, período que envolve a eleição de Myrthes Bevilacqua Corradi, considerada a primeira mulher espírito-santense a ocupar uma cadeira no Congresso Nacional, e Luzia Alves Toledo primeira mulher a ocupar uma vaga no Senado Federal e que exerceu quatro mandatos

consecutivos na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, sendo inclusive a primeira mulher a ocupar a presidência da casa. Algumas questões preliminares contribuiram para o ponto de partida deste estudo, dentre as quais se destacam: Quais são as razões para a baixa presença das mulheres no poder legislativo? A cultura política é permeada por valores machistas? Há diferenciamento de tratamento para as mulheres que são eleitas para um cargo legislativo pelos seus pares? Que atuação foi possível em razão dos constrangimentos institucionais?

No desenvolvimento deste estudo utilizamos um referencial teórico e metodológico que nos possibilitou construir reflexões em torno da baixa participação das mulheres nos espaços de decisão política, da democracia de gênero e sobre a invisibilidade feminina na atuação política. Pensar sobre essas questões provoca inevitavelmente trazer para o centro da análise o conhecimento interdisciplinar, abordando o tema com as contribuições das perspectivas do campo das Ciências Sociais que nos remete ao debate sobre a ausência das mulheres no espaço político e da atuação destas em tal domínio; do campo da História, refletindo sobre a construção dos processos de participação das mulheres na política, desde as lutas pelo sufrágio feminino aos marcos atuais das cotas; do campo da Cultura Política que engloba a questão dos valores, da moral e dos costumes patriarcais enraizados no inconsciente coletivo das pessoas; do campo da Ciência Política contestando a predominância masculina na ocupação dos cargos políticos que legitima o espaço público como destinado essencialmente aos homens; e, do campo dos Estudos Feministas, que apresenta o engajamento com a transformação social bem como o reconhecimento da importância do papel das mulheres na política e a afirmação das mulheres como sujeitos do conhecimento, na qual defendem a equidade de gênero nas políticas públicas a partir da leitura sobre os movimentos sociais e feministas e seu papel na luta pela participação política feminina nos espaços de poder.

As questões de poder nas relações de gênero compõem uma área relevante História e da Ciência Política, nas quais são discutidas a presença ou a ausência das mulheres nas decisões políticas ao longo da história contemporânea ocidental e também da história republicana brasileira.

A década de 1980 foi um marco importante na História da Política Brasileira, caracterizado por inúmeras manifestações sociais reivindicando participação política e o fim do regime militar no Brasil, como, por exemplo, o Movimento pelas *Diretas Já*. Em contraste com toda a efervescência política presente naquele período, pouquíssimas mulheres foram escolhidas através do voto para a representatividade e o exercício do poder legislativo nos diversos estados que compunham o país. É importante destacar que há mais de 80 anos as

mulheres obtiveram o direito ao voto e neste mesmo período foi eleita a primeira mulher para a representatividade política na Câmara dos Deputados<sup>1</sup> no Brasil, sendo também a primeira mulher eleita no contexto latino americano.

No entanto, a história e o processo de transformação da presença feminina no ambiente político são caracterizados por avanços e retrocessos, uma vez que as dificuldades históricas e sociais atingem diretamente o processo de inserção feminina na política. Não obstante, em uma sociedade historicamente de raízes patriarcais e na qual predominantemente a política se limitava a um tema masculino, as mulheres têm gradativamente conquistado um espaço que oportunize a participação e a representação política feminina.

A partir dos anos de 1970, exigências criadas por grupos feministas e demais grupos que reivindicavam e apoiavam a igualdade e o empoderamento das mulheres, intensificaram a cobrança por mais participação da mulher na vida política e nos diversos segmentos sociais. Essa busca por maior igualdade de condições entre mulheres e homens tem permitido que atualmente mais do que exercerem o direito de votar e serem eleitas ampliem suas expectativas e anseios por um lugar na vida pública. Essa nova compreensão do papel feminino na política, em meio a uma população e um eleitorado majoritariamente feminino<sup>2</sup>, as transformações sociais, a busca pela inclusão da mulher nos contextos sociais e a eleição da primeira mulher ao poder Executivo brasileiro, em 2010, criaram mais espaço para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas a temática da representação e atuação feminina na política brasileira.

As discussões presentes nos capítulos que seguem sintetizam as produções historiográficas relacionando-as ao cotidiano vivenciado por homens e mulheres no desenvolvimento da História do Brasil e examinam a atuação política estabelecida nos diversos campos sociais, em meio à constituição do sistema patriarcal. Tem-se como propósito abordar como a atuação política foi utilizada como *lócus* do poder masculino, acarretando, de modo consequente, a subordinação da mulher a esse poder. Para Bourdieu<sup>3</sup>, o homem foi privilegiado nas relações sociais, assumindo uma condição de poder, traduzido na dominação masculina, e com base nesse poder, o homem passou a impor suas vontades. O desenvolvimento dessas ações foi possibilitando a criação de uma cultura patriarcal

---

<sup>1</sup> A primeira mulher eleita para a Câmara dos Deputados foi Carlota de Queirós, em 1932 (AZEVEDO; RABAT, 2011, p. 17).

<sup>2</sup> Dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo que ocorreu em 2010. Série estudos e pesquisas, nº 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

relacionada ao machismo e a desigualdade de gênero. Para Saffioti<sup>4</sup>, essa configuração cultural visa à manutenção das estruturas de poder que naturalizam os papéis definidos para os homens e mulheres, subjugando e expondo às mulheres a um papel de menor relevância social.

O exercício do poder patriarcal utilizou-se do espaço público para a validação e legitimação do poder político, na análise de Chartier<sup>5</sup>, as representações possibilitam as relações de dominação e essa relação se fez necessária para a legitimação dos interesses e da desigualdade entre os grupos. Sendo assim, apesar da busca pela extensão de maior participação política, as mulheres encontravam-se envoltas em um estado de exclusão e discriminação social, enquanto os homens usufruíam das benesses do mundo político.

Neste trabalho, a proposta é contribuir com a discussão sobre a participação da mulher na vida política e suas limitações por ser uma atividade pública, que socialmente sempre foi reconhecida como uma atividade masculina. É importante destacar que durante muitos anos a sociedade brasileira enquadrou a mulher em um modelo de subserviência e fragilidade e, de acordo com Costa<sup>6</sup>, esse modelo foi tão enfatizado que muitas mulheres acreditavam que essas características lhes eram inatas. Nessa perspectiva, Bourdieu<sup>7</sup> afirma que a função política torna-se um instrumento de imposição ou legitimação de uma classe sobre outra e isso se configura como uma forma de violência simbólica e no caso específico da política brasileira essa configuração retrata a imposição do mundo masculino em detrimento do mundo feminino.

O sistema político brasileiro, em sua realidade, se caracteriza por criar um estado de exclusão e discriminação social, pautado na ideia de superioridade masculina, e assim o desenvolvimento da vida política toma corpo e se consolida dentro dos espaços considerados genuinamente masculinos. No Brasil o sistema político, em sua prática, não associa os direitos humanos aos direitos das mulheres e, na maioria das vezes, a mulher foi vítima de uma segregação em virtude de um comportamento machista, excludente e, por conseguinte, violento.

---

<sup>4</sup> SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. 1ª Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

<sup>5</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.

<sup>6</sup> COSTA, Ana Alice. *As donas no poder: mulher e poder na Bahia*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1988.

<sup>7</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 2000.

Pinto<sup>8</sup> enfatiza que ocorreram diversas mudanças importantes no Brasil no que diz respeito à relação das mulheres com o mundo público, principalmente na segunda metade do século XX. Não obstante, a presença das mulheres em cargos eletivos encontra-se em situação muito inconsistente e longe de um quadro de igualdade de participação entre os gêneros, evidenciando, assim, uma participação política feminina bem abaixo de um ideal. Diante desse cenário político que se apresentava para a sociedade brasileira é possível compreender que o aspecto histórico – enquanto definidor de papéis sociais – é o elemento essencial da luta das mulheres por igualdade de direito e que a atribuição/determinação da esfera pública ao homem e o espaço privado à mulher está diretamente ligado à atual condição das brasileiras no cenário político. Evidenciando, assim, a existência de um longo caminho de reivindicações, lutas e conquistas para o alcance da igualdade política entre homens e mulheres.

O contexto histórico sobre o cenário político brasileiro é importante para a discussão do principal problema elencado para a pesquisa proposta, pois discorre da seguinte questão: Como as deputadas espírito-santenses Myrthes Bevilacqua Corradi, no Congresso Nacional, e Luzia Alves Toledo no Senado Federal e na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, no período de 1982 a 2018, conseguiram desenvolver suas funções legislativas em um espaço predominantemente masculino? A hipótese que defendemos é que diante da pouca representatividade política feminina durante o período pesquisado, as deputadas espírito-santenses, Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo, enfrentaram grandes dificuldades no exercício da vida pública.

Como afirma Weber<sup>9</sup>, o exercício da legitimação do poder político encontra-se relacionado a um domínio organizado, que condiciona à obediência para com os portadores do poder. E, uma vez que o desenvolvimento da história reservou às mulheres esse papel de obediência, pode-se acrescentar que conseqüentemente, podem ter existido diversas dificuldades para uma mulher, representante política, desenvolver ações voltadas para o público feminino. É possível, ainda, considerar que o legado da política patriarcal executado desde os primórdios da História Brasileira criou grandes barreiras, dificultando a entrada das mulheres nesse espaço dominado pelo sexo masculino, como bem descreve Joan Scott<sup>10</sup>, pelo

---

<sup>8</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, março/maio, p. 98-112, 2001.

<sup>9</sup> WEBER, Max. *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2008.

<sup>10</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

fato de o mesmo ser considerado uma instância de poder legitimado pelo argumento da diferença sexual, sendo necessário analisar como as representações sociais foram historicamente construídas e situadas.

O entendimento sobre a sociedade brasileira, e especificamente sobre a sociedade espírito-santense, requer estudo e pesquisa científica. Entender o modo de vida, de relação social, de produção e reprodução do trabalho e da história política não terá significados mais profundos se os referenciais não forem com base nas estruturas próprias da história e da dinâmica social existentes neste Estado. O desenvolvimento desta pesquisa científica, de caráter qualitativo, se justifica por entender a necessidade do estudo da participação feminina nos processos políticos do Estado do Espírito Santo, visto que este estudo, embora não esteja dissociado das construções histórico-sociais nacionais, possui importantes particularidades que merece ser pesquisada e publicizada.

É preciso enfatizar que a pesquisa por meio de entrevistas e examinando suas proposições, abordará a participação das deputadas Myrthes Bevilacqua Corradi, que representou o Estado do Espírito Santo no espaço legislativo federal, no período de 1983 a 1986, e Luzia Alves Toledo no Senado Federal, no período de 1999 a 2000, e no espaço legislativo estadual, no período de 2004 a 2018. O objetivo é reconstruir assim a trajetória política de Corradi e Toledo e suas principais ações em prol dos interesses sociais das mulheres. Acentuando a contribuição de ambas para a reflexão acerca das representações e participações das mulheres na política nacional, que se relacionam com as desigualdades de gêneros existentes no país.

O exercício desse resgate terá como suporte metodológico principal a História Oral, através da realização de entrevistas com as deputadas mencionadas. Foi utilizada uma ampla bibliografia relacionada às temáticas ligadas ao estudo de gênero que consideram a prática das relações sociais no espaço da vida pública e privada e de aporte teórico relacionado aos conceitos de poder simbólico, representação política, espaço público/privado, dominação masculina e cultura política.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, discutiu-se a narrativa histórica que tem sido apresentada na cultura ocidental como um modelo antropocêntrico do fazer histórico e que, conseqüentemente, relegou às mulheres um papel de invisibilidade e silenciamento. Assim, disserta-se sobre os caminhos da historiografia até a consolidação de uma História das Mulheres que implique em reconhecê-las como sujeitos da História. É descrito o desenvolvimento da Nova História Cultural aliado ao feminismo e

novos paradigmas científicos que contribuíram para a inserção das mulheres no estudo da História como sujeito ativo da construção histórica. Por fim, debate-se a participação política de Myrthes Bevilácqua Corradi e Luzia Alves Toledo na história espírito-santense, sendo enfatizada a história da trajetória de vida e a contribuição de cada uma para a visibilidade feminina na política estadual.

No segundo capítulo examinar-se-á a participação da mulher na política, destacando as diferentes formas de exclusão pelas quais estiveram submetidas ao longo da história e a definição de papéis sociais que foram construídos para homens e mulheres. Será abordado o significado da dicotomia público/privado como *lócus* de atuação esperado para cada ator social e, por fim, será produzido um registro sobre o movimento feminista e a luta pela participação da mulher na política brasileira ao longo do século XX.

No terceiro capítulo será discutido o cenário político no Espírito Santo a partir de 1980 e como se desenvolveu a atuação feminina neste cenário, sendo examinada a participação das mulheres na política e no mercado de trabalho capixaba a partir de 1980. Por fim, será pesquisado sobre a atuação de Myrthes Bevilácqua Corradi no Congresso Nacional e de Luzia Alves Toledo no Senado Federal e na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, destacando os principais desafios que elas enfrentaram em um espaço predominantemente masculino e as suas principais ações como representantes políticas no âmbito do poder legislativo.

# CAPÍTULO 1

## 1. A mulher como sujeito da história

Ao longo da história, o registro das ações humanas, em sua grande maioria, tem desprivilegiado os feitos femininos, relegando às mulheres a um papel de menor importância ou de quase invisibilidade. A necessidade da manutenção da espécie e de sobrevivência obrigou os seres humanos a desenvolverem mecanismos de convívio para os grupos sociais, que, por sua vez, foram construídos baseados em uma ordem na qual o sexo feminino exerceria um papel de subordinação política e de coadjuvante. Este modelo – de convívio social com ênfase na subordinação feminina – esteve bem evidente nas comunidades ocidentais cristãs e também na sociedade brasileira, do século XV até a atualidade.

É importante destacar que os estudiosos ao desenvolverem as pesquisas no campo das Ciências Humanas, a partir da segunda metade do século XIX, apresentavam visões totalizantes que ignoravam a participação dos indivíduos nos processos sociais. Em virtude disso, as histórias de vida desempenhavam um mero papel de caráter ilustrativo das diversas áreas de conhecimento que compunham aquele campo. Barros<sup>11</sup> afirma que, nas últimas décadas do século XX, com a ascensão da terceira geração dos Annales, emergiu uma Nova História Cultural juntamente com o retorno de uma Nova História Política, na qual grande parte dos historiadores tem debruçado seus esforços e estudos. Pode-se dizer que as diversas correntes historiográficas no âmbito da História Cultural desenvolveram um diálogo interdisciplinar com outros campos do conhecimento, tais como a Antropologia, a Psicologia, a Linguística ou a Ciência Política, modificando a perspectiva de análise do percurso dos indivíduos no interior de diferentes meios sociais, como mencionou Cerutti<sup>12</sup>.

A História Cultural<sup>13</sup> proporciona aos cientistas sociais a realização de pesquisas e estudos<sup>14</sup> sobre a história das mulheres, uma vez que suas análises direcionadas para as

---

<sup>11</sup> BARROS, José D`Assunção. A Nova História Cultural. Considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, 2011.

<sup>12</sup> CERUTTI, Simona. A construção das Categorias Sociais. IN: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.) *Passados recompostos: Campos e Canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1998, p. 233-242.

<sup>13</sup> Os estudiosos que se valem da História Cultural, utilizam diversos estudos desenvolvidos pelas Ciências Sociais, Antropologia, Sociologia, Filosofia e Literatura, e conseguem, assim, realizar pesquisas históricas que contemplem os feitos femininos, alcançando, dessa forma, as mulheres a uma condição de maior visibilidade e destaque. Como exemplo, podemos citar a Antropóloga Henrietta Moore, com seu trabalho *Compreendendo sexo e gênero*. Tradução: Júlio Assis Simões. 1997; o Sociólogo Roger Chartier, com o seu estudo intitulado *Diferença entre os sexos e dominação simbólica*. Tradução: Sheila Schvarzman, 1995; e, a escritora Virginia

múltiplas vivências dos mais diversos agentes da vida social têm mobilizado, questões acerca das várias abordagens utilizadas pelos cientistas sociais na construção de seus objetos de estudo. É pertinente destacar que a utilização da História Oral, o estudo do cotidiano, as análises biográficas, bem como o campo da memória e suas múltiplas implicações, têm servido como uma nova forma de pensar a história, permitindo que grupos e/ou pessoas, antes retratados como não ou menos importantes, sejam vistos com maior interesse e seus feitos ganhem registros e espaços essenciais para uma compreensão da nossa história<sup>15</sup>. O desenvolvimento de diálogos interdisciplinares contribuiu, desde então, para a consolidação das mais importantes correntes de historiadores culturais, na qual se pode citar a interconexão entre a História Cultural e a Micro-História. Dentre os grandes nomes da micro-história, pode-se destacar Carlos Ginzburg<sup>16</sup>, que contribuiu para romper com a abordagem tradicional característica do pensamento histórico. Para o autor, contar e narrar, servindo-se dos rastros do passado, para escrever histórias verdadeiras continua sendo um dos princípios do ofício dos historiadores. A contribuição de Ginzburg à História Cultural deve ser destacada, pois permite ao historiador a possibilidade de trabalhar com pequenas pistas e, ainda, defende o uso de variadas fontes para se descobrir um pouco mais sobre aqueles a quem ele denomina de “marginalizados”. Ginzburg<sup>17</sup> afirma que há a necessidade do estudo de grupos sexuais ou sociais como, por exemplo, camponeses e mulheres, que são deficientemente representados naquilo que podemos chamar de fontes “oficiais”. Logo, esses estudos podem fornecer informações preciosas sobre os grupos ou pessoas.

Existe outra corrente da História Cultural que tem direcionado a sua atenção para os aspectos discursivos e simbólicos da vida sociocultural. Destaca-se, nesta linha de análise, o

---

Woolf, em seu livro *O status intelectual da mulher*. In: \_\_\_\_\_. *Kew Gardens*; O status intelectual da mulher; Um toque feminino na ficção; Profissões para mulheres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 50 p.

<sup>14</sup> Ver em DAVIS, Natalie-Zemon. *Women and the world of the “Annales”*, *History Workshop*, n. 33, 1992, p. 21-137; HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 131-173; PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

<sup>15</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, afirma que a historiografia surge como sequência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições. LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 225-49, orientou diversos temas de pesquisa a respeito da história e a biografia nesta obra. BURKE, Peter. *O que é história Cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 191p., explica como os historiadores foram influenciados pelos antropólogos. FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org). “Apresentação” in *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000. 204p., descrevem que tanto a história oral quanto a memória são reconstruções psíquicas e intelectuais que acarretam representações seletivas do passado no qual o indivíduo está inserido em um contexto familiar, institucional e social.

<sup>16</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

<sup>17</sup> GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

pensador francês Pierre Bourdieu<sup>18</sup>, cujos estudos buscam elucidar como a sociedade consegue reproduzir nos indivíduos, dentre outras, as suas estruturas políticas, morais e ética. O autor reconhece que esta reprodução acontece muitas vezes sem a percepção do indivíduo, geralmente de forma inconsciente, articulados a contextos e espaços sociais plurais, conflituosos e tensos, e não como um conjunto coerente e orientado. Na obra *A economia das trocas simbólicas*, Bourdieu<sup>19</sup> destaca que a sociedade é apresentada como um campo de forças e de lutas construído pela ação de agentes que se enfrentam, com meios e fins diferenciados e situados em posições diferentes no espaço social. Bourdieu<sup>20</sup> afirma, ainda, que os campos são espaços estruturados de posições cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes. No campo, os agentes detentores do capital específico, determinam as estratégias que possibilitam a manutenção da ordem estabelecida. A estrutura social é apresentada pelo autor como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, determinado tanto pelas relações materiais e/ou econômicas como pelas relações simbólicas entre os indivíduos.

A convivência entre os atores sociais e suas relações com os objetos materiais refere-se às variadas modalidades de significados criados pelos próprios indivíduos quando confrontado à realidade no decorrer da sua trajetória histórica. Chartier<sup>21</sup> destaca que os conjuntos de significados apresentam-se sob a forma de arte, língua, religião e ciência, e implicam em relações voltadas para ver e pensar o real, nesta perspectiva o mundo social é tido como representação. É válido destacar que esta relação social entre os atores, como analisa Bourdieu<sup>22</sup>, é marcada pela existência do poder simbólico exercido pela ausência de importância dada a sua existência. Trata-se de um poder ignorado, que fundamenta e movimenta uma série de outros poderes e atos. O poder simbólico é o poder invisível exercido com a cumplicidade daqueles que ignoram sua sujeição a esse poder, sendo que a utilização desse poder simbólico privilegia ações adotadas com a intencionalidade de criação de mecanismos de controle social e conseqüentemente a produção da memória surge como um espaço de poder. Corroborando esta análise, Le Goff<sup>23</sup> traz reflexões importantes sobre o estudo da memória social como um dos meios fundamentais de abordar os problemas do

---

<sup>18</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

<sup>19</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7ª ED. São Paulo: Perspectiva, 2001.

<sup>20</sup> BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

<sup>21</sup> CHARTIER, Roger. *O mundo como representação. Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 5, n. 11. p. 172-191, 1991.

<sup>22</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

<sup>23</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

tempo e da história. Destacando que a utilização da memória é alvo de disputa pelas forças sociais, pois o seu domínio significa controlar os fatos que merecem ser lembrados e aqueles que devem ser esquecidos ou silenciados. A memória se coloca como um objeto de e em disputa, pois evidencia experiências sociais diferentes por parte dos atores envolvidos e cada grupo busca o espaço para a manifestação de seus feitos.

A Nova História Cultural contribuiu para a recolocação da noção de discurso no centro da História Cultural, considerando a linguagem e as práticas discursivas que constituem a vida social e dão embasamento a uma noção mais ampla de cultura. De acordo com Burke<sup>24</sup>, a cultura é uma palavra imprecisa que apresenta muitas definições concorrentes, sendo, portanto, um sistema de significados, atitudes e valores partilhados. Para Chartier<sup>25</sup>, todo o escrito obedece a padrões de pensamento e formas de apreensão do real e que ao representar certas situações, os próprios textos criam realidades, assim surgem novos paradigmas no qual se destacam os de prática e representação. Para o autor, não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo. Já Certeau<sup>26</sup>, descreve que as práticas sociais estão inseridas nas estratégias e táticas cotidianas dos sujeitos, que dotados de querer e poder articulam e manipulam estratégias. As pessoas não são simplesmente submissas aos processos disciplinares da sociedade, pois, ao interagir com esses processos, as pessoas têm a capacidade de usar parte dos elementos oriundos dos próprios processos a favor de seus interesses pessoais.

A Escola de Annales<sup>27</sup>, surgida na França no início do século XX, estabelece uma das influências mais representativa e duradoura no que se refere à Historiografia Ocidental e apesar de ter mantido as mulheres fora das principais discussões ao direcionar as pesquisas do âmbito político para o social, possibilitou estudos sobre a vida privada, as práticas cotidianas, a família, a sexualidade, entre outros. E estes temas proporcionaram maior visibilidade da participação e dos feitos das mulheres na história. É importante destacar que o desenvolvimento da nova História Cultural e suas inúmeras abordagens, manteve a tradição dos *Annales*, adotando uma farta diversidade de métodos, conceitos e temas o que tem permitido o estabelecimento de um novo olhar sobre pessoas, grupos e objetos que habitualmente foram “esquecidos” e possuem poucos documentos sobre seus feitos. Assim, a

---

<sup>24</sup> BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

<sup>25</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

<sup>26</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>27</sup> Sobre o assunto ver BARROS, José de Assunção. *A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento*. Revista História em Reflexão: Vol. 4 nº 8, UFGD – Dourados, jul./dez. 2010a, pág.1-29.

Nova História Cultural se coloca no campo da pesquisa historiográfica aberta a novas conexões com os campos de saber e conseqüentemente proporciona aos historiadores um rico espaço para a pesquisa e uma melhor compreensão e interpretação das relações que envolvem estes sujeitos.

O desenvolvimento da Nova História Cultural, preocupada em retratar os conflitos e as estratificações existentes nas classes sociais, possibilitou a análise das mulheres como sujeitos da história. Esta preocupação tem permitido um novo olhar sobre a história das mulheres, todavia, um longo caminho foi percorrido para que tal fato se tornasse possível, diante disso Burke<sup>28</sup> já destacava que havia muito pouco a ser dito sobre as mulheres por falta de provas, destacando que existia uma predisposição da historiografia de adotar um comportamento parcial e insuficiente, deixando claro o perfil da historiografia eminentemente masculino, que excluía as mulheres dos diversos segmentos sociais. Esse papel de insignificância relegado ao público feminino, como afirma Perrot<sup>29</sup>, foi quase sempre justificado pela falta de fontes históricas sobre a existência das mulheres.

De acordo com Revel<sup>30</sup> há a necessidade de os historiadores delimitarem e recortarem os seus objetos de estudo, pois de acordo com o pensador, cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, dos processos sociais e, portanto, está inserido nos contextos de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Sendo assim, a Nova História contribuiu para que os pesquisadores direcionassem sua atenção às atuações do público feminino dentro dos diversos campos sociais. A História das Mulheres, que está intimamente ligada à História Social e à História Cultural, tornou-se um campo de pesquisa específico dentro das discussões teóricas da Nova História. A exclusão da história que foi imposta às mulheres, conforme afirma Perrot<sup>31</sup>, tornou-se um elemento motivador para dar visibilidade às produções e estudos dos pesquisadores sobre gênero e mulheres na História. Em consonância com este pensamento, Burke<sup>32</sup> chama a atenção para uma historiografia que tem possibilitado aos historiadores o exame de uma maior variedade de evidências e, deste modo, as mulheres, antes excluídas, tornaram-se personagens mais frequentes.

As novas abordagens metodológicas, possibilitadas pela Nova História Cultural, priorizando as experiências cotidianas de homens e mulheres e a visão de que as realidades

---

<sup>28</sup> BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 7- 37.

<sup>29</sup> PERROT, Michele. *Minha História das Mulheres*. 2ª Ed., São Paulo: Contexto, 2012.

<sup>30</sup> REVEL, 1998.

<sup>31</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

<sup>32</sup> BURKE, 1992.

são social e culturalmente construídas nas relações existentes entre os inúmeros agentes, interesses e práticas, trouxe um novo vigor para a produção do conhecimento histórico. Não obstante a história tornou-se como um campo de possibilidades, em que os diferentes sujeitos sociais têm diferentes formas de contemplar o real e, por isso, formas diferentes de intervir no real. Para o pesquisador, tornou-se possível pensar o processo de escrita da história abordando novas temáticas e, assim, ampliando o campo de pesquisa, levando ao desenvolvimento de outras vertentes da história.

A micro-história e a história da vida cotidiana são exemplos de formas de análise historiográficas que nos servem como reações contra o estudo de grandes tendências, mediante a utilização de novos métodos e fontes de pesquisa. A história da memória, por exemplo, como bem destaca Rouso<sup>33</sup>, tem se voltado para os grupos diretamente sensibilizados pela questão do passado e de seu papel na formação e manutenção de uma identidade coletiva, constituindo enfim um elemento essencial na análise das culturas políticas. Dialogando com Le Goff<sup>34</sup> pode-se apontar que ao historiador não cabe fazer papel de ingênuo diante de um documento, pois se deve trabalhar de forma a permitir que todos os grupos possam registrar seus feitos e serem conhecidos pelas gerações vindouras. Nesta perspectiva, o registro das histórias das mulheres se apresenta como uma nova modalidade historiográfica e campo de saber que, além de questionar os modelos históricos tradicionais, está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução.

As transformações ocorridas na historiografia, articuladas ao Movimento Social Feminista, a partir de fins da década de 1960, foram essenciais no processo em que as mulheres foram alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres. Joan Scott<sup>35</sup> propõe que a história seja escrita sobre como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, enquanto categorias de identidade foram construídos. Para escrever esta história, é preciso observar os significados variáveis e contraditórios que são atribuídos à diferença sexual. As mulheres são agentes históricos e possuem uma historicidade das relações entre os sexos, relativa às ações cotidianas. Ainda, de acordo com Scott<sup>36</sup>, tais experiências iniciais de inclusão das mulheres como ser humano

---

<sup>33</sup> ROUSSO, Henry. A Memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 93-102.

<sup>34</sup> LE GOFF, 1990.

<sup>35</sup> Este artigo foi traduzido e publicado no Brasil, cf. em SCOTT, Joan W. Prefácio a *gender and politics of history*. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-27, 1994, p. 11.

<sup>36</sup> SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. 4<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

universal trouxeram à tona uma situação plena de ambiguidades. Afinal, ao solicitar que a história fosse suplementada com informações sobre as mulheres afirmava-se não só o caráter incompleto daquela disciplina, mas também que o domínio que os historiadores tinham do passado era parcial. Este fato era demolidor para uma realidade que definia a história e seus agentes já estabelecidos como verdadeiros ou, pelo menos, como reflexões aprimoradas sobre o que teve importância no passado.

A inclusão da categoria de análise de gênero no campo historiográfico foi caracterizada por uma trajetória difícil, conforme descrevem Soihet e Pedro<sup>37</sup>. Nas Ciências Humanas, a disciplina História foi a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de ‘mulher’ ou de ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa histórica. A trajetória, costumeiramente ‘cautelosa’, desta disciplina e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagens, retardaram significativamente o avanço das discussões. Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’.

Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres também estavam sendo igualmente contempladas, o que não correspondia à realidade. Como descreve Tedeschi<sup>38</sup>, o sujeito cartesiano, unitário e centrado, que está na gênese do projeto científico, é macho, branco e europeu, e, longe de representar um ser universal, esta visão retrata a experiência e a perspectiva de um homem muito particular. Gonçalves<sup>39</sup> afirma que não era de se admirar, portanto, o predomínio na narrativa histórica de inquietações com o político e com o público, as quais enalteciam os homens em suas práticas e atos tidos como heroicos, excluindo, quase que por completo, as mulheres enquanto personagens e produtoras da história. Esta narrativa privilegiava fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam.

A desconstrução desta narrativa histórica como verdadeira, possibilitou a expansão de pesquisas sobre o sexo feminino que propiciaram a emergência da História das Mulheres. Como afirma Scott<sup>40</sup>, o advento desse campo particular de pesquisa, na Europa e nos Estados Unidos, correlacionou-se à política, mais pontualmente à política feminista que atingiu seu

---

<sup>37</sup> SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, dezembro, 2007, p. 281-300.

<sup>38</sup> TEDESCHI, Losandro Antonio. *As mulheres e a história: uma introdução teórico-metodológica*. Dourados: Editora da UFGD, 2012. p. 144.

<sup>39</sup> GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 48-49.

<sup>40</sup> SCOTT, 1992.

esplendor entre os anos de 1960 e 1970. Nesta mesma linha de análise, Costa<sup>41</sup> afirma que este foi o intervalo no qual as mulheres tiveram o comando de sua vida reprodutiva, com a propagação da pílula anticoncepcional, e estenderam sua presença no mercado de trabalho, na educação e na política. Ainda, de acordo com Costa, a história das mulheres, a princípio estabelecida pelas ativistas feministas, estava incluída aos esforços de acompanhar os novos questionamentos que essa prática acarretava para a vida das mulheres. Sendo assim, fez-se inevitável afastar o sexo feminino da reclusão tipificada pela exclusão, pela indiferença e pelo privado, fato este que foi favorecido pelos trabalhos aplicados a constatar que as mulheres também eram parte do movimento histórico e que foram vítimas da injustiça e da exclusão.

Soihet<sup>42</sup> destaca a importância do trabalho de resgate da história da mulher dentro do movimento feminista, enfatizando que o uso do termo “mulher” no singular, que inseria todas as mulheres como categoria única dos indivíduos do sexo feminino, colaborou para a unificação da causa feminina. Não obstante, no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, as tensões advindas das particularidades de cada segmento tornaram-se cada vez mais latentes, desfazendo a “História da Mulher” em “História das Mulheres”, campo histórico que se expandiu para o estudo sobre a mulher no seu cotidiano, trabalho, lutas, protagonismos, família, maternidade e sexualidade. A História das Mulheres a partir dessa expansão passou a estudar as mais diversas formas de ser mulher, superando o primeiro momento de unificação enquanto categoria feminina e diversificando o campo de estudos acerca da feminilidade na História. No entendimento de Costa<sup>43</sup>, o desenvolvimento da História das Mulheres se deu também aos novos aspectos que foram tomados pelas tendências historiográficas, no Brasil e no exterior, que adquiriam força nesse período. É salutar lembrarmos que até a década de 1970 prevalecia as reflexões estruturalistas que se alicerçavam nos recortes macrossociais, nas circunstâncias econômicas e nas categorias sociais, que obtinham a percepção do passado histórico. Nesse método analítico, o sujeito e as questões relativas ao espaço privado eram inexploradas, o que, portanto, colaborava para a invisibilidade das mulheres na história.

As décadas de 1970 e 1980 foram de notável importância para a inclusão das mulheres nos trabalhos historiográficos ao colocar em debate a visão homogênea do “Homem Universal”. Não obstante, deve-se destacar que essas novas abordagens não anularam completamente com o silêncio que obstinava em envolver os estudos sobre as mulheres.

---

<sup>41</sup> COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 190.

<sup>42</sup> SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 276-279.

<sup>43</sup> COSTA, 2003.

Como afirma Del Priore<sup>44</sup>, essas mulheres ascendiam ao palco somente quando pretendiam alterar a supremacia masculina ou quando eram introduzidas nos estudos sobre as minorias. Por isso, fez-se necessária novas indagações e outro olhar sobre as fontes analisando não mais a separação binária homem/mulher, mas sim o masculino e o feminino em suas relações sociais, obtendo nos fatos e condutas cotidianas os espaços no qual se acomodava a relação homem-mulher. Rago<sup>45</sup> destaca que a expansão dos estudos feministas não só resgatou a figura histórica da mulher, como também marcou o início da fase desconstrutivista do feminismo acadêmico, período no qual foi possível identificar o começo do uso da palavra “gênero”<sup>46</sup> nos estudos acerca das relações entre mulheres e homens.

Conforme analisa Pedro<sup>47</sup>, o uso do gênero veio do questionamento da universalidade do emprego do masculino para se referir a diferentes grupos, já que o uso do termo “homem universal” excluía do debate as questões relacionadas às mulheres. A explicação de Soihet<sup>48</sup> foi que o uso do gênero, iniciado pelas pesquisadoras norte-americanas, tinha o intuito de negar determinismos biológicos e apontar as construções sociais que permeiam as relações entre mulheres e homens, além do caráter relacional entre eles. A perspectiva do gênero traz para a história não apenas uma nova forma de se fazer a história das mulheres, mas também acrescenta novas possibilidades à sua escrita. Nesse sentido, é possível reconhecer que a categoria gênero aumentou o seu espaço na produção historiográfica ocasionando o enfoque analítico do sexo para as experiências sociais em detrimento do determinismo “biológico” e “natural” que aparentemente controlavam as diferenças e relações entre homens e mulheres.

A aplicação do “gênero” como instrumento analítico tem por objetivo fundamental fundamentar que o “masculino” e o “feminino” são elaborados em suas relações e interações num demarcado espaço e tempo, isto é, são concepções socioculturais e, conseqüentemente, históricas. A partir de então, segundo considera Del Priore<sup>49</sup>, a solução foi modificar a abordagem e abraçar o campo histórico como um todo sem limitá-lo ao espaço do feminino. Era essencial questionar as fontes documentais relacionadas às mulheres de outra maneira, na

---

<sup>44</sup> DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 220.

<sup>45</sup> RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Labrys – Estudos feministas*, n. 3, janeiro/julho, 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/marga1.htm>. Acesso em: 01 de fev. de 2015.

<sup>46</sup> Por gênero entende-se, conforme SCOTT, Joan. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.” Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990 a percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual.

<sup>47</sup> PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, v. 24, n. 1, São Paulo, 2005 p. 77-98.

<sup>48</sup> SOIHET, 1997.

<sup>49</sup> DEL PRIORE, 1998.

qual a divisão sexual dos papéis é que seria assinalada. A utilização do gênero como categoria de análise ocorreu primeiramente por Scott<sup>50</sup>, no final da década de 1980, sendo propagado no Brasil nos anos de 1990. Em seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, Scott discutiu não só a aplicação do termo nas pesquisas históricas, mas também a sua importância para o campo do saber como um todo, articulando pela primeira vez o conceito de gênero ao de poder. Scott sustenta a ideia de que o gênero dentro da pesquisa histórica funciona como um elemento constitutivo das relações entre os sexos, construído a partir das representações simbólicas e normativas que são expressas por doutrinas políticas, educacionais e científicas que, até então, se baseavam na oposição binária entre masculino e feminino.

Segundo Gonçalves<sup>51</sup>, o uso do conceito “gênero” na qualidade de instrumento analítico tem por propósito principal comprovar que o “masculino” e o “feminino” são concebidos em suas relações e interações num delimitado tempo e espaço. Esse instrumento analítico também foi valioso ao apresentar a questão da “diferença” em noções que enfocavam a ideia de unicidade nas categorias masculina e feminina no seio da História. É importante destacar a análise de Rago<sup>52</sup>, abordando que uma das queixas tradicionais aos estudos sobre as mulheres era o uso da categoria mulher como organização social e empírica estática, em uma concepção essencialista que perde as heterogeneidades de sujeitos incluídos em tal categoria. A aplicação do gênero como categoria de análise privilegiou as múltiplas identidades femininas que passam a ser compreendidas em sentidos diversos, tais como raça, etnia, classe e sexualidade. A partir da categoria gênero as concepções universais sendo de homens ou mulheres estariam superadas sendo associado ao contexto social, o que, levou a consideração da “diferença na diferença”. Não cabendo mais o uso do termo mulher sem qualificá-lo, como por exemplo, mulheres mestiças, judias, camponesas, negras, operárias, homossexuais, trabalhadoras.

Scott<sup>53</sup> analisa que a utilização do termo “gênero” substituindo o termo “mulheres” nos títulos de artigos e livros não significou necessariamente em uma reflexão ou mudança na abordagem, métodos e categorias de análise empregadas. E, sim, ocorreu por se pensar que o termo “gênero” estava mais ligado a uma terminologia científica e “mulheres” à política feminista, que tanto incomodava os historiadores “tradicionais”. Ainda de acordo com Scott<sup>54</sup>,

---

<sup>50</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

<sup>51</sup> GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

<sup>52</sup> RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

<sup>53</sup> SCOTT, 1995.

<sup>54</sup> SCOTT, 1995, p.75.

gênero é uma forma primária de dar significação às relações de poder e é empregado para designar as relações sociais entre os sexos, podendo ser considerado

Uma forma de indicar ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado.

Corroborando com a análise, Nader<sup>55</sup> descreve que o conceito de gênero é importante para explicar os significados que as sociedades elaboram sobre o que é ser mulher e ser homem, a partir das características que são observadas tanto no corpo feminino como no masculino. Nesta perspectiva, a autora afirma que o conceito de gênero evoluiu tornando-se uma referência para a construção social das diferenças entre homens e mulheres, sem invalidar as diferenças biológicas que existem entre os sexos. A introdução do gênero como categoria de análise propiciou a desconstrução de argumentos até então irrefutáveis, como o dos absolutos “masculino” e “feminino”, identificando nas moldagens recíprocas o poder e a opressão impressos nas práticas culturais.

Tedeschi<sup>56</sup> observa que a compreensão de gênero como uma construção tem como base aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, dentre outros, e este modo de compreender o gênero permite a ampliação das possibilidades das abordagens históricas. A íntima vinculação do gênero com as relações de poder e a definição de gênero enquanto representação passa a servir como ferramenta de análise. Estes dois aspectos não podem ser admitidos e nem mensurados como elementos separados ou estanques, mas constitutivos de realidades e eventos historicamente situados. Ainda, de acordo com Tedeschi<sup>57</sup>, incorporar a história das mulheres na elaboração do conhecimento histórico é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação, que se encontra vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução. Elas são agentes históricos e possui uma historicidade das relações entre os sexos, relativa às ações cotidianas. Deste modo, a historiografia revisitada foi especialmente relevante ao dar voz às mulheres silenciadas na história oficial.

A utilização dos novos critérios e abordagens nas últimas décadas da História Cultural contribuiu imensamente no esforço de constatar respostas para os questionamentos

---

<sup>55</sup> NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. *Mulher e gênero em debate: representações, poder e ideologia*. Vitória: EDUFES, 2014.

<sup>56</sup> TEDESCHI, 2012.

<sup>57</sup> TEDESCHI, 2012.

procedentes das várias incertezas que passavam a encorajar os pesquisadores. Para Soihet<sup>58</sup>, a categoria de gênero expande o seu espaço na construção historiográfica acarretando a enfoque analítico do sexo para as vivências sociais em prejuízo ao determinismo “biológico” e “natural” que teoricamente determinava as singularidades e relações entre homens e mulheres. A partir de então, conforme Del Priori<sup>59</sup>,

A solução foi mudar a abordagem. Tornava urgente abraçar o campo histórico como um todo, sem restringi-lo ao território do feminino. Era preciso interrogar as fontes documentais sobre as mulheres de outra maneira. Doravante, a divisão sexual dos papéis é que seria sublinhada.

A História das Mulheres e das relações de gênero, sem dúvida, possuem uma ligação muito forte com o movimento de emancipação feminina que ressurgiu na década de 1960. Entretanto, Scott<sup>60</sup> defende que tomar tais campos de estudo como meros reflexos da ação política não são suficientes. Para a autora, é preferível falar em contribuições recíprocas entre a História das Mulheres e das relações de gênero e o movimento feminista, num processo complexo e dinâmico que envolveu as reivindicações das mulheres, mas também a expansão dos limites da disciplina histórica.

Soihet e Pedro<sup>61</sup> afirmam que foi graças aos movimentos sociais e aos movimentos feministas que o campo historiográfico intitulado "História das Mulheres e das Relações de Gênero" foi incluso como tema nas pesquisas científicas. Muitas pesquisadoras e pesquisadores tem procurado destacar as vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado e sua atuação no presente. Ainda, de acordo com as autoras, o quadro hoje da história das mulheres é marcado por divergência de posições, debates e controvérsias. São diversas as correntes presentes na historiografia atual e que enxergam a teoria como ferramenta indispensável à construção do conhecimento histórico sobre as mulheres e, assim, se configuram como um meio que possibilita esclarecer os processos sociais que foram “esquecidos” pela abordagem histórica tradicional.

As transformações ocorridas na historiografia a partir de fins da década de 60 do século XX, articuladas à explosão do feminismo, tiveram papel decisivo no processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da

---

<sup>58</sup> SOIHET, 1997.

<sup>59</sup> DEL PRIORI, 1998, p. 224.

<sup>60</sup> SCOTT, 1992.

<sup>61</sup> SOIHET; PEDRO, 2007.

História das Mulheres. Conforme também destaca Rago<sup>62</sup>, as mulheres converteram-se em sujeitos sociais que compunham a História, que defrontavam contra as declarações de poder e geravam percepções e suas próprias experiências. A história das mulheres abordadas pelas representações possibilitou trazer ao cenário atual a análise dos discursos de construção das identidades e da interpretação masculina do mundo e, conforme afirma Tedeschi<sup>63</sup>, compete aos homens e mulheres contribuírem para desnaturalização dessa história, sendo preciso partilhar com a comunidade de historiadoras e historiadores da necessidade de continuamente escrever e reescrever a história a partir de uma posição do presente, que é o lugar de nossa escrita.

Em concordância com este pensamento, Nader<sup>64</sup> afirma que a fragmentação do sujeito universal possibilitado pela Nova História permitiu a abertura do espaço para o estudo da minoria e contribuiu para desconstruir a identidade feminina que foi inserida no campo das relações sociais e de poder. A utilização do conceito de gênero se configurou como importante instrumento no campo das políticas públicas para identificar os interesses das mulheres e lutar na defesa de seus direitos como seres humanos. A mulher deve ser inserida no estudo da História como sujeito que participou ativamente da construção dos momentos históricos, cotidianos ou excepcionais. Conforme a análise de Tedeschi<sup>65</sup>, a História das mulheres envolve a história de suas famílias, do seu cotidiano, de seu trabalho, de sua atuação nos espaços públicos e privados, de suas representações na literatura e na política. Nesta perspectiva, na qual a invisibilidade soberana imposta às mulheres prevaleceu por séculos, é importante demonstrar como foi construída a noção do espaço público e privado para mulheres e homens e, conseqüentemente, como se deu a construção dos papéis sociais ao longo da história. Apesar disso não se pode perder de vista o surgimento e consolidação do movimento feminista e suas lutas travadas em proteção à participação política das mulheres.

### **1.1 Mulheres no exercício político espírito-santense.**

O direito ao exercício do voto foi conquistado pelas mulheres na década de 30 do século XX, com a promulgação do Decreto nº 21.076, ocorrido no governo de Getúlio Vargas no ano de 1932. Entretanto, o voto feminino estava condicionado a certas condições, ou seja, somente as mulheres casadas com autorização dos maridos e mulheres solteiras ou viúvas que

---

<sup>62</sup> RAGO, 1995.

<sup>63</sup> TEDESCHI, 2012.

<sup>64</sup> NADER, 2014.

<sup>65</sup> TEDESCHI, 2012.

possuíssem renda própria poderiam exercer o direito de votar e serem eleitas. Nesse mesmo período Carlota de Queirós<sup>66</sup>, a primeira mulher eleita para a Câmara dos Deputados no Brasil e, também, a primeira no contexto latino americano. A história da trajetória da presença feminina no ambiente político brasileiro é marcada por avanços e retrocessos, sendo que o Brasil foi o quarto país no continente americano a assegurar o direito de voto às mulheres, entretanto, somente em 1946 o direito ao voto para ambos os sexos foi equiparado.

No Brasil é bem evidenciado que as mulheres são menos presentes nos espaços de decisões políticas do que os homens e, conseqüentemente, exercem menor autoridade e menos poder político. Miguel e Biroli<sup>67</sup> afirmam que pode ser somado a este cenário político a situação de desigualdade feminina, que ainda é manifestada no mercado de trabalho, na representação da mídia e na disposição dos recursos econômicos. Em relação à inserção das mulheres no espaço do poder legislativo, Azevedo e Rabat<sup>68</sup>, mostram que no período, que se estende entre 1932 e 1985 ocorreram onze pleitos eleitorais e somente trinta e uma deputadas federais foram eleitas. Somente após o ano de 1986 que as mulheres conseguiram um maior espaço no campo legislativo e apesar disso, na maioria deste espaço o número de mulheres eleitas encontrava-se abaixo de 10 pontos percentuais.

A história política do Espírito Santo seguiu um roteiro similar ao que ocorreu no restante do país, fato que fica evidente ao analisar a participação de algumas mulheres que ousaram adentrar este espaço por portas tão estreitas. A trajetória política das mulheres tem sido um referencial para a compreensão das barreiras existentes ao acesso ao campo político, bem como tem demonstrado que é preciso enfrentar barreiras para que as vozes femininas ganhem espaços na sociedade e as mulheres se sintam representadas. A conquista do espaço político por algumas mulheres demonstra que é possível fazer política em um ambiente no qual as mulheres não são bem vistas. Ao longo dos anos, foram travadas várias lutas contra o discurso social machista que é o reflexo de uma sociedade caracterizada pelo modelo patriarcal.

É importante destacar que a história da emancipação política das mulheres no Espírito Santo começa com Emiliana Vianna Emery (1874-1957) que, segundo o livro “*Dicionário*

---

<sup>66</sup> Sobre Carlota de Queiros ver: ORIÁ, Ricardo. Mulheres no parlamento brasileiro: Carlota Pereira de Queiroz. *Plenarium*, Brasília, v.1, n.1, p. 240-246, nov., 2004.

<sup>67</sup> MIGUEL; Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

<sup>68</sup> AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Márcio Nuno. *Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto*. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2011.

*Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*”, de Schumacher e Brazil,<sup>69</sup> foi a primeira mulher eleitora no Estado do Espírito Santo e a primeira eleitora do Brasil a ter o direito de votar efetivado, sendo, inclusive, felicitada por Bertha Lutz, uma das pioneiras do feminismo no Brasil. O livro apresenta um histórico de Emiliana Vianna Emery, nascida na Freguesia do Veado, localidade pertencente ao município de Alegre, casou-se aos 13 anos de idade. Tornou-se viúva ainda na juventude com sete filhos que ficaram sob sua responsabilidade, fato este que a impulsionou a desenvolver atividades que não eram da “natureza feminina”. Schumacher e Brazil descrevem que a construção de uma ferrovia próxima ao vilarejo onde residia oportunizou que Emiliana desenvolvesse diversas atividades comerciais e políticas na região. Para poder atender a demanda gerada pela construção da ferrovia, construiu um forno para assar pães e junto com seus filhos passou a vender café, leite e pão aos trabalhadores. Tornou-se também costureira, prestando este serviço aos trabalhadores da ferrovia. Com a conclusão das obras passou a vender seus produtos na própria plataforma da estação. Ao final da década de 1920, já possuía uma fábrica de doces e um hotel, se destacando como uma próspera empresária.

Emiliana Vianna Emery apresentou grande protagonismo na vida política da vila sendo uma das principais responsáveis pela emancipação política da Freguesia do Veado, atualmente denominada Guaçuí. Também teve participação na construção da igreja católica na vila, assim como da vinda e estabelecimento de um padre para a localidade, sendo, de acordo com Schumacher e Brazil<sup>70</sup>, a responsável pela coleta das assinaturas do abaixo assinado exigido pelo bispo ao qual a Paróquia estaria jurisdicionada, para que fosse autorizada a sagração da igreja. Em virtude de todas as dificuldades enfrentadas, atreladas à condição de inferioridade das mulheres na sociedade da época, Emiliana Vianna Emery sentiu a vontade de mudar esta situação política. Para tanto, com a certeza que somente através do voto poderia modificar o panorama de desigualdades ao qual estava envolta, requereu o direito de votar, alegando que tinha todos os requisitos necessários para tal, pois era “chefe de família”. Schumacher e Brazil<sup>71</sup> afirmam que em 15 de julho de 1929, em uma sentença histórica, o juiz da Comarca de Alegre, Dr. Aloysio Aderito de Menezes, deferiu o pedido da requerente, que se tornou a primeira eleitora do Estado do Espírito Santo.

A atuação de Emiliana Vianna Emery na política local a colocou em uma posição de vanguarda no Estado do Espírito Santo e até mesmo no Brasil. Conforme descrevem

---

<sup>69</sup> SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

<sup>70</sup> SCHUMACHER; BRAZIL, 2000.

<sup>71</sup> SCHUMACHER; BRAZIL, 2000.

Schumacher e Brazil, ela foi escolhida como presidente de honra da União Democrática Nacional (UDN), partido antigetulista que ganhou a sua adesão após a implantação do Estado Novo feita no governo Vargas. É a capixaba com maior notoriedade de que se tem notícia em termos de participação política até meados do século XX.

Emiliana Vianna Emery contribuiu enormemente para a subversão do papel de inferioridade atribuído às mulheres na esfera pública em sua história de vida. Aos 83 anos de idade, no ano de 1957, veio a óbito, porém seus feitos memoráveis permanecem bastante visíveis e são exemplos de como mulher e política podem caminhar alinhadas. Em 1992, foi homenageada pela Academia Feminina Espírito-Santense de Letras com o título de membro da Galeria dos Notáveis.



**Figura 1-** Emiliana Vianna Emery, a primeira eleitora do Brasil – Revista *O Cruzeiro*, junho de 1950 (Foto de José Medeiros).

Outra mulher de destaque na política espírito-santense, Judith Leão Castello Ribeiro, que foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado. Nasceu em 31 de agosto de 1898, no município da Serra. Filha da união de duas famílias de origem

portuguesa, sua mãe se chamava Maria Grata Leão Castello e seu pai João Dalmácio Castello. Sua vida escolar foi iniciada na escola primária do município de Serra e depois fez o exame de admissão, ingressando no Colégio do Carmo, no qual obteve o diploma do Curso Normal o que lhe permitiu começar a atuar como professora ainda bem jovem no Ginásio São Vicente de Paulo. Em 1932, assume a cátedra de Ciências Pedagógicas na Escola Normal Pedro II, exercendo esta função até 1963, quando se aposenta. Voltou a lecionar no Ginásio São Vicente de Paulo até 1974, quando se aposenta definitivamente. Ao longo de sua carreira como professora, ministrou vários cursos em diversas áreas do conhecimento, tais como Geografia, Psicologia, Sociologia e Pedagogia.

Judith Leão Castello Ribeiro era de uma família influente na política local, especificamente no município da Serra. Seu irmão, Rômulo Leão Castello, foi prefeito da cidade entre 1947 e 1951. Foi casada com Talma Rodrigues Ribeiro, que também foi prefeito da Serra no período de 1945 a 1946, permaneceram juntos até o dia da morte do esposo, no ano de 1982. O casal não teve filhos, mas ajudaram a cuidar dos sobrinhos e também de várias outras crianças carentes da cidade. No campo político, decidiu adentrar o espaço da política formal como candidata à Assembleia Legislativa, no ano de 1934 e, o fato de discordar do regime de Interventoria que vigorava no Estado, fez com que sua candidatura fosse avulsa a qualquer partido político, já que de acordo com o sistema vigente a legenda partidária não era obrigatória. Foi a primeira mulher capixaba, e uma das primeiras mulheres no Brasil, a concorrer em um pleito eleitoral, porém não foi eleita neste pleito.

No ano de 1947, Judith Leão Castello Ribeiro novamente concorreu à eleição para uma vaga na Assembleia pelo Partido Social Democrática (PSD), juntamente com Maria Frechiani do Partido da Representação Popular (PRP) e Bráulia Barbosa dos Santos do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com a votação de 1.170 votos de um total de 27.528 eleitores no Estado (4,25% do eleitorado), Judith Leão Castello Ribeiro se tornou a primeira mulher do Espírito Santo a ocupar uma cadeira de deputada na Assembleia Legislativa.<sup>72</sup> Judith Leão Castello Ribeiro exerceu quatro mandatos consecutivos como deputada estadual, sendo em todos escolhida pelo voto popular. No ano de 1962 não obteve a votação necessária e ficou como suplente, encerrando sua carreira política no ano de 1965, aos 65 anos de idade. Durante quase duas décadas foi a única mulher em cargo político no Estado do Espírito Santo.

---

<sup>72</sup> Diário Oficial Eletrônico da Câmara da Serra. Disponível em [http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-judith\\_leao\\_castello\\_ribeiro](http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-judith_leao_castello_ribeiro). Acesso em 09 jan. 2017.

De acordo com Almeida<sup>73</sup>, Judith Leão Castello Ribeiro, em seu discurso de posse, no Teatro Glória, em Vitória, ressaltou a importância da mulher na vida pública e, durante sua trajetória como presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, função que ocupou ininterruptamente de 1947 a 1962, apresentou centenas de projetos, destinando diversas emendas para construção de escolas e hospitais no interior do estado. A lei estadual nº 915/1954 que concede o direito de quatro meses de licença maternidade a mulheres servidoras públicas foi de sua autoria.



**Figura 2** - Judith Leão Castello Ribeiro, no dia em que recebeu a Comenda Jerônimo Monteiro, entre o ex-governador e Sra. Carlos Lindenberg. Fonte: Jornal *A Gazeta* - Caderno Semanário, 18/03/1979.

Em 1949, com o apoio Academia Espírito-Santense de Letras, fundou a Academia Espírito-Santense Feminina de Letras, sendo eleita a primeira Presidente da diretoria e, em

---

<sup>73</sup> ALMEIDA, Simone Patrocínio de. *A mídia na construção da representação social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988 – 2000)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013, 240p.

1981, foi a primeira mulher a compor a Academia Espírito-Santense de Letras. Sua participação na vida pública foi marcada por atuações em diversas instituições, como a Associação Espírito-Santense de Imprensa (1949), o Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo (1949) e a Academia Anapolina de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás (1979). Mesmo com muitos compromissos públicos, Judith Leão Castello Ribeiro ainda escrevia periodicamente para o Jornal “Diário da Manhã” e para a Revista da Educação, Revista Vida Capixaba, Revista do DSP e Revista Canaã, a maioria do Estado do Espírito Santo<sup>74</sup>. No ano de 1980 organizou seus textos e crônicas publicadas, como um livro intitulado *Presença*. Souza<sup>75</sup> afirma que Judith Leão Castello Ribeiro desafiou sua condição de gênero ao assumir a vida pública, tendo sido uma mulher muito ativa, determinada e comprometida com os valores da família, da religião e da educação que lhe serviram como base em sua atuação política. Embora nunca tenha assumido identificação com as organizações feministas, o seu “fazer” político apresentou proximidades com as ideias do feminismo liberal que vigorou no início do século XX.

## **1.2 - Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo: trajetórias.**

As mulheres no Espírito Santo enfrentaram diversas dificuldades históricas e sociais inerentes ao processo de incorporação feminina na política, estas dificuldades ocorrem em virtude de as mulheres pertencerem historicamente a uma sociedade caracterizada por ações patriarcais, na qual a política ficou restrita a um assunto masculino, e muito vagarosamente conquistaram o direito à participação e a representação política. O campo político impõe às mulheres alternativas mais onerosas do que aos homens, uma vez que o fato de “Ser Mulher” encontra-se carregado de simbolismo de subalternidade que dificultam o acesso feminino às esferas do poder político.

Desafiando este poder e seguindo os passos de Emiliana Vianna Emery e Judith Leão Castello Ribeiro, outras mulheres se inseriram na política legislativa capixaba, destacando-se entre elas Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo, cujas trajetórias e produções políticas são objetos de estudo da presente dissertação.

Nascida em Vitória, no estado do Espírito Santo, no dia 03 de fevereiro de 1939, sendo

---

<sup>74</sup> Diário Oficial Eletrônico da Câmara da Serra. Disponível em [http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-judith\\_leao\\_castello\\_ribeiro](http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-judith_leao_castello_ribeiro). Acesso em 09 jan. 2017.

<sup>75</sup> SOUZA, Dayane Santos de. Entre o Espírito Santo e Brasília: mulheres, carreiras políticas e o legislativo brasileiro a partir da redemocratização. 2014. 265 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

dentre os cinco irmãos, a filha mais velha de Luciano Bevilacqua e Victoria Azevedo Bevilacqua. Concluiu o ensino primário no estado de Minas Gerais e, de volta ao Espírito Santo, estudou na Escola Normal Pedro II, que funcionava ao lado esquerdo do Palácio Anchieta, onde é hoje a escola Maria Ortiz, obtendo o diploma de normalista. Iniciou sua carreira como professora particular que atendia nas residências da cidade de Vitória. Com o passar do tempo, começou a substituir professoras que já atuavam na rede educacional, até que, por meio de um concurso público, foi aprovada e tornou-se professora efetiva da rede pública da educação estadual. Em 1957, apenas com 18 anos de idade, assumiu um cargo público na esfera administrativa do poder executivo estadual, trabalhando na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo, localizada no Palácio Anchieta, sede do governo.

Segundo Souza<sup>76</sup>, sua atuação chamou a atenção do secretário de educação que a convidou para ser assessora no gabinete da Secretaria de Educação, exercendo a função por alguns anos, o que a oportunizou a desenvolver um capital de relações com diversos representantes políticos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). Fez seu curso de Direito na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), integrou o Centro Acadêmico e neste local pôde conhecer outras figuras de destaque do cenário estadual, tais como José Ignácio Ferreira, que foi eleito governador do Espírito Santo em 1999. Neste período, como estudante chegou a participar da União Democrática Nacional (UDN) feminina e de várias assembleias de estudantes. Apesar de concluir o curso de Direito, não exerceu a função de advogada, optando por dedicar sua vida profissional especialmente à educação.

Foi durante o contexto da ditadura militar que Myrthes Bevilacqua Corradi sentiu a necessidade de se mobilizar politicamente, tornando a mobilização como um projeto político necessário à sua vida. Associada a União dos Professores Primários do Espírito Santo<sup>77</sup> (UPPES), entidade de organização dos professores primários no estado, foi convidada para compor o Conselho e, de acordo com Damartini<sup>78</sup>, sua militância pelos direitos dos professores criou as condições para que Myrthes Bevilacqua Corradi fosse escolhida presidenta da instituição, exercendo a função por dois mandatos: de 1973 a 1977 e de 1977 a

---

<sup>76</sup> SOUZA, 2014.

<sup>77</sup> No ano de 1979 a UPPES passou a ser a União dos Professores do Espírito Santo (UPES) e em 1989 a entidade foi transformada em sindicato, passando a ser denominada SINDIUPES (Sindicato dos (as) Trabalhadores (as) em Educação Pública do Espírito Santo). Fonte: SINDIUPES. História. Disponível em: <http://sindiupes.org.br/historia/> Acesso em janeiro de 2017.

<sup>78</sup> DAMARTINI, Márcio Gomes. *A vigilância da polícia política aos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo (1973-1981)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2016, 175 f.

1981. Damartini<sup>79</sup> enfatiza que o contexto político da ditadura militar vivido no período da gestão de Myrthes Bevilácqua Corradi à frente da UPES e a sua constante luta na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação da rede capixaba, fez com que a professora fosse taxada de subversiva por Edson Machado – líder da Assembleia Legislativa no período do governo de Élcio Álvares – e que fosse criado, pela Polícia Política Capixaba, um dossiê individual com 147 páginas de documentos.

Fagundes e Angelo<sup>80</sup> explicam que a estrutura repressiva que foi criada no Espírito Santo, mais do que controlar os subversivos tinha como objetivo silenciar e impedir manifestações públicas. Entre os grupos mais vigiados nas terras capixabas destacam-se os militantes das instituições sindicais, os movimentos estudantis, membros estudantis, membros da imprensa alternativa e participantes dos partidos políticos. A chegada de Myrthes Bevilácqua Corradi na UPES, segundo Soares<sup>81</sup>, trouxe uma profissionalização ao magistério capixaba. A intensidade do seu trabalho deu uma significação à atuação do magistério, fortalecendo a categoria. Sua atuação à frente da entidade teve o cuidado de evitar o confronto com as autoridades e de conseguir trazer as lutas e demandas do magistério para o centro das discussões, possibilitando uma visibilidade por parte da mídia e da sociedade capixaba. Como afirma Damartini<sup>82</sup>, as visitas realizadas pelo interior do Estado permitiram que a presidente da UPES apresentasse ao magistério uma nova entidade, mais próxima e atenta às demandas dos professores, sendo legitimada como um canal de diálogo entre os educadores e o governo.

Em sua gestão à frente da UPES, o magistério capixaba manteve diálogo com outros movimentos de trabalhadores, tanto da iniciativa privada como de profissionais liberais, participando de forma ativa da organização da Frente Sindical no Estado. Nas reuniões que foram realizadas em busca de articular a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), era comum a participação dos professores, sendo que na maioria das vezes a única liderança feminina que participava das mesas era a presidente Myrthes Bevilácqua Corradi.

Na realização do I Encontro das Classes Trabalhadoras do Espírito Santo (ENCLAT-ES), ocorrido em 1981, a União dos Professores levou uma grande delegação ao encontro reforçando a ligação entre o magistério capixaba com os demais trabalhadores. Em virtude do

---

<sup>79</sup> DAMARTINI, 2016.

<sup>80</sup> FAGUNDES, Pedro Ernesto; ANGELO, Vitor Amorim de. Grandes projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política. In: Pedro Ernesto Fagundes; Vitor Angelo de Amorim; Ueber de Oliveira. (Org.). *O Estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)*. 1ªed. Vitória: GM Editora, 2014, v. 1, p. 140-164.

<sup>81</sup> SOARES, Renato Viana. *Retrato Escrito: a reconstrução da imagem das(os) professoras(es) através da mídia impressa (1945/1995)*. Vitória: ITB, 2005.

<sup>82</sup> DAMARTINI, 2016.

tamanho alcançado e o grau de politização e mobilização, a categoria foi pioneira nos movimentos grevistas dos funcionários públicos, abrindo espaço para as manifestações que iriam parar o Estado na década de 1980. A categoria participou de eventos importantes como na campanha contra a instalação da usina nuclear no Espírito Santo e nas comemorações do Dia do Trabalhador. Damartini<sup>83</sup> destaca que a publicação do caderno especial, em 28 de outubro de 1980, pelo Jornal *A Tribuna*<sup>84</sup>, intitulado “Funcionário Público: nem herói, nem vilão”, aponta Myrthes Bevilacqua Corradi como a grande liderança que a classe teve nos últimos 50 anos. Sua atuação e importância foram reconhecidas não somente pelos 18 mil professores que integravam o quadro do magistério, mas também pela classe política e pela comunidade de um modo geral, dentro e fora do Estado.



**Figura 3** - Myrthes Bevilacqua Corradi durante entrevista concedida para a TV Assembleia no ano de 2011. Fonte: Arquivo pessoal.

---

<sup>83</sup> DAMARTINI, 2016.

<sup>84</sup> *A Tribuna*, 28/10/1980, p. 215. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

Souza<sup>85</sup> descreve que o trabalho realizado por Myrthes Bevilácqua Corradi, ao longo dos oito anos em que esteve à frente da UPES, permitiu a transformação da entidade em uma grande classe que passou a ser respeitada e capaz de fazer mobilizações nunca antes pensadas para uma categoria que nasceu da classe média. Ainda nas palavras da autora, foi a atuação à frente da UPES que deu as condições para a impulsão e o fortalecimento da candidatura de Myrthes Bevilácqua Corradi à Câmara dos Deputados, em 1982, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e, conseqüentemente, de sua eleição, fazendo com que ela se tornasse a primeira mulher capixaba a alcançar o legislativo federal, atuando em um cenário composto majoritariamente por homens.

A participação de mulheres na política do Espírito Santo também encontra uma forte referência na pessoa de Luzia Alves Toledo. Nascida em 05 de janeiro de 1942, no município de Mimoso do Sul, Espírito Santo, Luzia Alves Toledo é filha dos trabalhadores rurais José Alves Toledo e Diolinda Maria da Conceição. Com seis anos de idade ficou órfã de pai e sua mãe, sem condições financeiras para oferecer uma vida de oportunidades, permitiu que sua filha fosse criada pelo então prefeito da cidade de Mimoso do Sul, Rubens Rangel, e por sua esposa, Helena Di Giorgio Rangel. Apesar de não ter sido oficialmente adotada, foi criada como se fosse filha do casal, *locus* no qual passou a conviver com o cotidiano político ao qual o pai de criação estava inserido. Coursou o ensino médio no Colégio Estadual e na Escola Normal Monsenhor Elias Tomasi, na cidade de Mimoso, tornando-se, mais tarde professora e diretora da Escola Normal Monsenhor Elias Tomasi. Luzia Alves Toledo deu seguimento aos seus estudos e formou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito. Com o diploma do curso de Direito exerceu por quase vinte anos a função de advogada sênior da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), até a decisão de dedicar-se exclusivamente a carreira política.

Filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi uma das colaboradoras para a fundação deste Partido no Espírito Santo, em 1988. Como membro integrante do partido, desempenhou várias atividades, tendo sido a primeira secretária-geral do primeiro Diretório Regional, delegada do Diretório Nacional, primeira vice-presidenta da Executiva Regional, sendo escolhida à presidência da sigla na terceira Convenção do Partido e, como tal incentivou a criação do PSDB Mulher, do PSDB Jovem e do PSDB da Melhor Idade, no estado. Foi eleita vereadora pelo município de Vitória por dois mandatos (1989 -1992 e 1993 - 1996), sendo que em seu segundo mandato, a convite do Governador da época Vitor Buaz

---

<sup>85</sup> SOUZA, 2014.

(1995-1999), comandou a Secretaria de Estado Extraordinária da Representação do Poder Executivo do Espírito Santo, em Brasília. Em 1996, concorreu como vice-prefeita na chapa do candidato a prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas e, com a eleição da chapa, assumiu o comando da prefeitura em diversas oportunidades.

Ainda filiada ao PSDB, foi membro das Comissões de Justiça, Educação e Direitos Humanos e, no ano de 1999, entra para a História política do Estado como a primeira mulher Senadora do Espírito Santo ao assumir vaga de José Ignácio, que havia abdicado ao cargo por ter sido eleito governador do Estado. Em sua atuação como Senadora, se tornou a primeira mulher da sigla do PSDB a assumir a vice-presidência da Comissão de Educação do Senado Federal. Seu mandato durou aproximadamente um ano e meio, o que não a impediu de ter sido a recordista em proposições na casa, pois apresentou cerca de sessenta e duas proposições.<sup>86</sup>



**Figura 4:** Luzia Alves Toledo em pronunciamento na tribuna da Assembleia Legislativa (Foto Divulgação/Ales).

---

<sup>86</sup> Fonte: Senado Federal. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/158>. Acesso em 17 de janeiro de 2018.

A convite do Governador da época José Ignácio (1999 – 2002), abdica do mandato de senadora para chefiar a Secretaria de Estado de Turismo, assumindo logo depois a Secretaria de Estado da Cultura e dos Esportes. Sua trajetória política e as experiências consolidadas ao longo dos anos como vereadora, senadora e secretária em algumas pastas do poder executivo, permitiu colocar seu nome para concorrer ao pleito de 2002 como candidata a deputada estadual na ALES, conquistando uma votação superior aos dezesseis mil votos, o que não foi suficiente para sua eleição, ficando como primeira suplente do partido.

Dois anos após a eleição, com a saída de Gilson Amaro titular ocupante do cargo de deputado, que havia sido eleito prefeito de Santa Tereza, Luzia Alves Toledo assumiu a vaga de deputada estadual. Após sua inserção na casa legislativa, foi reeleita por mais três mandatos (2006/2010, 2010/2014, 2014/2018), dando ênfase na sua atuação às questões sociais, desenvolvendo diversos projetos de leis, dedicados em especial ao atendimento das demandas das mulheres capixabas.

A conquista do acesso feminino nos espaços públicos e conseqüentemente a reivindicação pelos seus direitos de cidadãs e novos espaços de lutas, foram possíveis graças aos diversos atos de coragem adotados por essas mulheres, que ousaram transpor as barreiras construídas ao longo da história política. É necessário dá visibilidade a essas mulheres, escrever sobre suas experiências e sobre os desafios vivenciados, pois as lutas femininas têm como objetivo transformar a representação da mulher na sociedade. A escrita da história tem um importante papel de resgate destes feitos, além de comprovar que as mulheres foram muito mais do que simples coadjuvantes nos diversos contextos sociais vividos, foram protagonistas da própria história.

Ao escrever sobre a trajetória de mulheres que contribuíram para a construção de uma História Política das mulheres espírito-santenses, é importante destacar o pensamento de Perrot<sup>87</sup>, ao afirmar que em diversas sociedades o silêncio e a invisibilidade das mulheres fazem parte da ordem social, além de observar que a atuação de algumas mulheres nessa trajetória de luta por direitos, contribuiu para a construção da democracia e cidadania no Brasil.

---

<sup>87</sup> PERROT, 2012.

## CAPÍTULO 2

### 2. Política e poder: o espaço de cada um

A promoção de trabalhos e estudos que refletem sobre a participação da mulher na política institucional tem destacado que existem diferentes formas de exclusão pelas quais as mulheres foram submetidas ao longo da história. Tal situação retrata uma realidade que foi socialmente construída e por isso possível de ser alterada, o que já vem sendo percebido, apesar de ocorrer em uma velocidade abaixo do ideal. Bourdieu<sup>88</sup> descreve que as diferenças existentes entre homens e mulheres, que são observadas em diferentes campos de atuação, se apresentam como manifestação concreta dos pensamentos e, por isso, de aplicação universal, e são registradas como diferença de natureza biológica. Essas diferenças são transferidas para o campo social, sendo ali naturalizadas e, conseqüentemente, percebida como natural, normal e inevitável, sendo assim legitimadas.

Ainda de acordo com o Bourdieu<sup>89</sup>, existe uma naturalização da construção social que legitima essa diferença histórica de inferioridade da mulher em relação ao homem. Para o sociólogo, as próprias mudanças pelas quais as mulheres vêm passando obedece à mesma lógica tradicional, na qual os homens exercem um domínio no espaço público e nas áreas de poder, enquanto que as mulheres ficam destinadas majoritariamente ao espaço privado. Conforme analisa Matos<sup>90</sup>, nas democracias ocidentais a definição de espaços e conquistas de direitos ocorreu de modo totalmente assimétrico para homens e mulheres, o que resultou na instalação e perpetuação de profundas desigualdades políticas. Pesquisas e dados retratam a existência de uma sub-representação das mulheres nos parlamentos e órgãos legislativos, o que representa uma desigualdade no campo político que também pode ser percebido no campo socioeconômico.

Nesse contexto de diferenciação de oportunidades e atuação no campo político, o feminismo foi crucial para a mudança de paradigma político/social ao trazer para o debate a subordinação feminina nas sociedades contemporâneas, conforme afirmam Miguel e Birolí<sup>91</sup>, pois possibilitou a abertura de portas para se questionar as categorias centrais por meio das

---

<sup>88</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

<sup>89</sup> BOURDIEU, 2011.

<sup>90</sup> MATOS, Marlise. Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres: novos horizontes para 2010? *Debate: Opinião Pública e Conjuntura Política*, v. 2, 2010, p.31-59.

<sup>91</sup> MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo. Editorial Bomtempo, 2015.

quais é pensado o universo da política. Ainda de acordo com o autor, é impossível discutir a teoria política sem levar em consideração o pensamento feminista que confronta as desigualdades e instituições vigentes de diversas maneiras e perspectivas.

Para Pateman<sup>92</sup>, a existência da dualidade entre o público e o privado é a questão central do movimento feminista, pois as críticas feministas são dirigidas principalmente à separação e à oposição entre as esferas pública e privada na teoria e na prática liberal. A autora descreve que a história entre mulheres e o estado liberal reporta-se à origem do liberalismo, quando o Contrato Social, que embora seja convencionalmente apresentado como uma história de liberdade foi feito exclusivamente entre homens e por eles, e seu caráter sexual revela uma história de sujeição que é sustentada em grande parte pela oposição público-privado, ou seja, a liberdade pública dos indivíduos se fundamenta na coerção das mulheres, o que aponta para o desenvolvimento de um liberalismo patriarcal.

Miguel e Biroli<sup>93</sup> afirmam que no contrato social é analisado ao mesmo tempo, as diversas instituições que organizam a sociedade contemporânea e as abordagens predominantes na teoria política, fundadas na ficção de um contrato social que garante a existência de indivíduos livres e iguais. O entendimento de que “a liberdade civil não é universal”, conforme afirma Pateman<sup>94</sup>, é um atributo masculino que orienta muitas das leituras sobre os paradoxos e as contradições da cidadania das mulheres, reproduzindo formas de dominação e opressão. Por essa razão, as desigualdades de gênero são, assim, reveladoras de uma série de mecanismos que impedem a realização efetiva de uma política mais plural, ou seja,

Na consciência popular (e acadêmica), a dualidade entre o feminino e masculino costuma servir para sintetizar ou representar a série (ou o círculo) de separações e oposições liberais: feminino ou – natureza, pessoal, emocional, amor, privado, intuição, moralidade, atribuição, particular, sujeição; masculino – ou, cultura, político, razão, justiça, público, filosofia, poder, êxito, universal, liberdade. A mais fundamental e geral dessas oposições associa as mulheres à natureza e os homens à cultura.<sup>95</sup>

Corroborando com este pensamento, Nader<sup>96</sup> destaca que o poder masculino apresenta várias nuances e está presente em todas as camadas sociais, inclusive no interior dos grupos

---

<sup>92</sup> PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

<sup>93</sup> MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 55-80.

<sup>94</sup> PATEMAN, 1993.

<sup>95</sup> MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 62.

<sup>96</sup> NADER, Maria Beatriz. Masculinidade: interesse e violência. In: MAIOR, Paulo Souto; LEITE, Juçara Luzia (Orgs.). *Flexões de Gênero: História, sensibilidade e narrativas*. 1ª Ed. Jundiaí: Paco, 2017.

políticos. Ainda de acordo com a autora, este poder é resultado de um longo percurso construído em um espaço político e social de interesses. Não obstante, Barsted<sup>97</sup> reconhece que os direitos humanos relacionados às mulheres alcançaram avanços ao longo da trajetória feminina, fruto de um notável esforço para a produção legislativa voltada para a ampliação do próprio conceito de cidadania. Ao considerar tal situação, identifica-se que no Brasil a Constituição Federal, de 1988, passou a consolidar os direitos e deveres iguais a todas as pessoas, independente de raça, gênero ou credo. Não obstante, surge uma mulher que busca os direitos igualitários, tanto na vida profissional como na política. Uma mulher contemporânea, que anseia em ter suas ideias colocadas em pauta e de contribuir para uma sociedade moderna, podendo ser considerada igual perante a lei e a sociedade.

No entendimento de Pinto<sup>98</sup>, a nova posição da mulher no mundo do trabalho, concomitante às lutas do movimento feminista, trouxe mudanças importantes na relação das mulheres com o mundo público e contribuiu significativamente para muitas das conquistas femininas, inclusive no campo das políticas públicas. Entretanto, na vida política partidária essa ocupação é considerada pela autora ainda muito tímida, e existem várias dificuldades que são colocadas às mulheres que anseiam a participação efetiva no mundo político. Tais dificuldades estão relacionadas à própria natureza da participação política efetivadas pela democracia liberal e à dinâmica do movimento feminista e sua relação com a política. Além disso, outra razão que explica as dificuldades da entrada das mulheres no mundo da política é a posição central que a mulher ainda ocupa na organização da vida familiar.

A construção da esfera pública no caso do Brasil, especificamente, é caracterizada em um campo dominado por homens brancos, com rendimentos e nível educacional acima da média do restante da população, e isso conseqüentemente exclui os grupos minoritários de uma participação política mais efetiva. As formas estruturais de concentração do poder no campo político são caracterizadas pela marginalização das mulheres, pois existe uma formação de estereótipos em relação à participação das pessoas deste sexo no campo da política, que é vista como “negócio de homem”. Biroli<sup>99</sup> afirma que existe uma naturalização quanto à exclusão das mulheres na esfera política, como se não houvesse interesse pelo debate

---

<sup>97</sup> BARSTED, Leila Linhares. *Os avanços no reconhecimento dos direitos das mulheres*. Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

<sup>98</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, p. 98-112, março/maio, 2001.

<sup>99</sup> BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, n. 34, janeiro-junho, p. 269-299, 2010.

e participação na política institucional, pois as mulheres estariam voltadas para o que lhes seria mais importante: o lar e a maternidade.

Em um estudo realizado por Simões<sup>100</sup>, a autora aponta que homens e mulheres identificam o “estereótipo da política como negócio de homem”, o que se configura como um dos fatores do distanciamento das mulheres da atividade política. Para as mulheres, a atividade política se apresenta como algo difícil que exige instrução e preparo, além de capacidade natural de liderança e capacidade racional. Talvez isso ocorra porque as mulheres são delimitadas como sensitivas instintivas e intuitivas.

Para Costa<sup>101</sup>, até o fim do século XX, os estudos feministas priorizavam muito pouco o acesso das mulheres no espaço da política e, apesar de significativos avanços no que se refere aos estudos sobre as mulheres nas questões de sexualidade, saúde, violência e até mesmo na construção de uma teoria feminista, a participação da mulher na política ficou em um plano secundário e assim fragmentado. Raramente as mulheres alcançavam altos postos da hierarquia do poder do Estado e quando isso ocorria eram designadas para funções da educação e de bem-estar social, áreas voltadas para o cuidado, atividades que as mulheres devem desenvolver no espaço doméstico. A atuação das mulheres, quando ocupantes de cargos públicos, geralmente reflete as práticas do mundo privado.

Na institucionalização da política brasileira poucas foram às mulheres que conseguiram romper a barreira de domínio do poder masculino e alcançar os altos escalões dos ministérios mais importantes para a estrutura administrativa do país, ou ainda na área jurídica e ascender aos tribunais superiores. A atuação feminina na política representativa, na análise de Costa<sup>102</sup>, é a representação da manifestação da estrutura patriarcal a qual estas mulheres foram e estão submetidas, criando um modelo cultural, no qual a maternidade é determinada como elemento constitutivo da identidade cultural e da própria personalidade feminina. Nesta perspectiva, a atuação política das mulheres é um reflexo da sua condição social e é a partir do exercício do seu papel de gênero, que lhes é atribuído como mães e donas de casa, que irão assumir lutas políticas e ocupar espaços públicos na busca da garantia de suas reivindicações.

Biroli<sup>103</sup> identifica que na democracia contemporânea, apesar de existir a concessão para uma participação feminina na política, existem diversas barreiras que impedem o livre desenvolvimento democrático. Dentre as barreiras pode-se citar a apatia feminina criada pelo

---

<sup>100</sup> SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>101</sup> COSTA, 1988.

<sup>102</sup> COSTA, 1988.

<sup>103</sup> BIROLI, 2010.

discurso masculino no campo político. Corroborando com este pensamento Miguel e Biroli<sup>104</sup> explicam que a condição da mulher nas carreiras políticas é analisada a partir de três vertentes críticas: a primeira vertente apresenta as instituições políticas como espaços patriarcais de exclusão da mulher; a segunda estuda os padrões culturais que determinam o espaço político como masculino; e, a terceira vertente, enfatiza os aspectos estruturais do papel da mulher e do homem na esfera privada e na esfera pública, que fazem com que a mulher tenha menos tempo livre e menos acesso aos recursos necessários ao ingresso na carreira política. As instituições políticas liberais são construídas tendo como base o patriarcalismo, centrado na dicotomia público/privado o que conseqüentemente legitima a manutenção da subordinação feminina.

Os direitos de controle estão nas mãos de um dos contratantes e a diferença entre homens e mulheres é, nesse sentido específico, aquela entre quem contrata ativamente e quem é objeto de um contrato que determina sua condição de subordinação. Assim, nos contratos que dão origem aos direitos individuais e nas instituições que os asseguram, ainda no século XX, estaria presente a representação da diferença sexual como diferença política.<sup>105</sup>

Saffioti<sup>106</sup> enfatiza que na sociedade brasileira, caracterizada por uma tradição patriarcal, as reproduções dos papéis sociais que foram construídos histórica e culturalmente, permitem a continuidade de valores e práticas sociais que perpetuam as desigualdades entre mulheres e homens. As práticas cotidianas são agentes que dificultam a inserção feminina nos espaços de política e dos processos decisórios, acarretando uma baixa representatividade das mulheres nesses espaços de poder. As mulheres ao longo deste processo histórico e cultural, foram estigmatizadas como inferiores e incapazes de serem dirigentes de órgãos de poder, ou em qualquer situação em que ela se encontre acima do poder masculino. Ainda nas palavras de Saffioti<sup>107</sup>, as pessoas são socializadas para manter o pensamento andrógino, machista, classista e sexista, estabelecido pelo patriarcado como poder político organizado e legitimado pelo aparato estatal por meio da naturalização das diferenças sexuais. No entanto, o trato dessas diferenças sentidas nas atividades cotidianas tem sua origem nas relações sociais baseadas nas diferenças de gênero. Foi o desenvolvimento da sociedade patriarcal que impôs regras de sociabilidade definidora de comportamentos e traços culturais baseados nessas diferenças, sendo uma delas o papel que a mulher ocupa na sociedade.

---

<sup>104</sup> MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 03, p. 653-679, 2010.

<sup>105</sup> MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 658

<sup>106</sup> SAFFIOTI, 2004.

<sup>107</sup> SAFFIOTI, 2004.

Os papéis sociais, de acordo com Costa<sup>108</sup>, compreendem pensamentos e comportamentos que definem a consciência coletiva dentro de um cenário social. Nessa perspectiva, as relações sociais apresentam uma tendência hierarquizante que determinam e legitimam a atribuição do papel a ser desempenhado por cada sujeito participante e é dentro desse cenário construído pela sociedade que são justificadas as discriminações sociais. Heilborn<sup>109</sup> afirma que as atitudes e ações dos indivíduos que se diferenciam pelo sexo variam de sociedade para sociedade e de tempos em tempos, sendo que o que se espera do comportamento de uma pessoa de determinado sexo é fruto das convenções sociais relacionados ao gênero e em um contexto social específico. A ideia relacionada ao que se espera da mulher e do homem enfatiza a atribuição dos papéis e identidades para ambos os sexos, formando um sistema simbolicamente construído.

O estabelecimento dessa organização social que ocorre entre os indivíduos faz com que comportamentos tidos como adequados se solidifiquem e se tornem o modelo de comportamento esperado pelos demais atores sociais. Com o passar do tempo, os padrões de comportamentos são formados implicando que sejam vistos como naturais, como se cada pessoa fosse programada para seguir os modelos de comportamentos pré-determinados. Branden<sup>110</sup> descreve que essa forma organizacional da sociedade, com divisões sociais e separação das atribuições a serem exercidas por homens e mulheres, permitiu a caracterização do papel que deve ser exercido pelo homem e do papel a ser exercido pela mulher. Corroborando com essa análise, Nader<sup>111</sup> descreve que, historicamente, os papéis sociais masculinos e femininos foram essencialmente diferentes e a sociedade de modo geral espera que a mulher exerça um papel de submissão e voltada para o espaço privado, aceitando a sua condição sem questionamentos. Em relação ao homem, é esperado que seja corajoso, racional e atue no espaço público, sendo visto como provedor e chefe da família. Ainda de acordo com a autora, é esperado pela sociedade que cada sexo desenvolva as atribuições relacionadas ao seu papel social, o que acarreta que os espaços de atuação da mulher e do homem sejam delimitados, criando campos de atuação específicos para cada sexo, ou seja, a legitimação de um papel social masculino e um papel social feminino.

---

<sup>108</sup> COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia: introdução à Ciência da Sociedade*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

<sup>109</sup> HEILBORN, Maria Luiza. Gênero: uma breve introdução. In: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM (Org.). *Gênero e Desenvolvimento Institucional em ONGs*. Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/NMPP, 1995, p. 1-28.

<sup>110</sup> BRANDEN, Nathaniel. *A psicologia do amor romântico*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

<sup>111</sup> NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. *Dimensões: Revista de História da UFES*, Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002.

No que se refere aos espaços de atuação de cada gênero, Badinter<sup>112</sup> afirma que a construção da ideologia patriarcal masculina afastou as mulheres dos espaços de atividades de poder lançando-as para uma prática de modelo de vida contido e discreto. Esse entendimento do papel feminino contribuiu para que as mulheres se mantivessem afastadas das atividades públicas sob o risco de serem vistas como um ser corruptível e subversivo. Não obstante, a existência de vários mecanismos que buscaram impedir o acesso das mulheres ao espaço político, não significou uma aceitação passiva desta imposição social. Coimbra<sup>113</sup> afirma que na década de 1980 no Brasil, a luta das mulheres se consolidou, quando nesse período foi organizada uma mobilização dos movimentos de mulheres junto aos constituintes resultando na incorporação de várias reivindicações ao texto da Constituição de 1988.

Dentre as principais reivindicações merecem destaques a igualdade entre homens e mulheres, a licença à gestante e a licença paternidade, a proibição de diferença de salários e a igualdade de direitos e deveres na sociedade conjugal. E, durante a Constituinte, estimuladas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), deputadas e senadoras formaram uma aliança suprapartidária para a interlocução com os movimentos de mulheres, ação para defender os direitos das mulheres junto aos constituintes no Congresso Nacional em Brasília que ficou conhecida como “lobby do batom”.<sup>114</sup>

O “lobby do batom” produziu um significativo reconhecimento dos direitos das mulheres, sendo que mais de 80% das demandas apresentadas – alternando entre o princípio geral da igualdade de gênero e demandas específicas como a licença maternidade de quatro meses – foram aprovadas e reconhecidas pelo Estado Brasileiro na Constituição Federal. O esforço desses movimentos na exigência do exercício pleno da cidadania e de um olhar mais atento do governo para as questões femininas possibilitou uma rearticulação do cenário político, no qual diversos partidos políticos passaram a se reorganizar para a incorporação das pautas das mulheres, criando setores específicos para sua atuação. De acordo com Coimbra<sup>115</sup>, ocorreu um avanço significativo durante este período no que se refere aos direitos femininos, pois é possível notar um reconhecimento do Estado da condição feminina com o surgimento de políticas adotadas para o enfrentamento e superação das privações, discriminações e opressões vivenciadas pelas mulheres brasileiras. Foram criados os Conselhos dos Direitos da

---

<sup>112</sup> BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

<sup>113</sup> COIMBRA, Patrícia. *Direito das mulheres pós-constituição: um estudo descritivo*. 2011. Monografia (Especialização em Processo Legislativo) – Câmara dos Deputados, Brasília, 2011. 67p.

<sup>114</sup> Sobre o assunto ver COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Labrys - Estudos Feministas*, v. 5, n. 2, p. 1-20, jan./jul., 2005.

<sup>115</sup> COIMBRA, 2011.

Mulher, programas específicos de Saúde integral e de prevenção e atendimento às vítimas de Violência Sexual e Doméstica e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs. A autora ainda acrescenta que a luta pela democratização das relações de gênero perdurou e com a Constituição Federal de 1988 as mulheres conquistaram a igualdade jurídica em diversos setores.

Não obstante, apesar dos diversos avanços na conquista da cidadania, na participação política e atuação na vida pública, ainda é possível observar que as mulheres continuam a ocupar menos espaços que os homens nessas esferas. Perrot<sup>116</sup> afirma que essa segmentação público/privado e os “lugares sociais” historicamente e culturalmente atribuídos a homens e mulheres reforçaram a ideia de que a política, em especial, foi o *locus* reservado ao homem, pois estava relacionado diretamente ao espaço público instituído como palco da atuação masculina.

### **2.1. O espaço público como palco de atuação masculina.**

O significado de espaço público e de privado diferem conforme a cultura, o país, a época e o próprio indivíduo. O público e o privado e o seu grau de oposição dependem do modo como são encarados pelos diversos povos e culturas do mundo. Segundo Arendt<sup>117</sup>, em seus estudos sobre a esfera pública, a construção da *polis* foi precedida pela destruição da organização social baseada no parentesco, à custa da esfera privada familiar. Na Grécia Antiga, a esfera doméstica era o espaço no qual os homens viviam juntos em função de suas necessidades e exigências para a sobrevivência. A manutenção individual da família era responsabilidade do homem, e à mulher cabia possibilitar a sobrevivência da espécie. Ainda de acordo com a autora, a comunidade familiar nasceu da necessidade de se conservar e isso determinou todas as atividades que ocorriam em seu meio. A esfera privada era o lugar de trabalho e de vida das mulheres e escravos, sendo o homem o cabeça da família – o *paterfamilias* – que governava com poderes absolutos.

O advento da Idade Média fez com que a dicotomia entre público e privado perdesse muito do seu significado. A ascensão da Igreja Católica e a conseqüente promoção do secular e do religioso, em diversos aspectos, esteve relacionado a ascensão do privado e do público. Arendt<sup>118</sup> afirma que no mundo feudal o secular passa a representar o mesmo que a esfera

---

<sup>116</sup> PERROT, 1992.

<sup>117</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

<sup>118</sup> ARENDT, 2007.

privada representava para a antiguidade grega e o padrão doméstico de organização se expande às outras formas de organização como, por exemplo, as companhias mercantis e as organizações profissionais. O feudo se estrutura como base do poder patriarcal e, dentro dele se desenvolve a organização econômica e social do trabalho. Corroborando com este pensamento, Habermas<sup>119</sup> sustenta que a autoridade privada está fundida em uma unidade inseparável, pois ambas são manifestações de um único poder. Sendo assim, é possível compreender que a organização econômica e social esteja associada aos bens fundiários, podendo ser tratadas como direitos privados e bem adquiridos.

Esta nova forma de organização diminuiu, de certa forma, a dicotomia rígida entre público e privado dominante na Idade Antiga, e conseqüentemente essas mudanças ocorridas mantiveram as mulheres excluídas da cidadania e sujeitas a toda uma série de restrições e normas legais que limitavam seus direitos dentro e fora da família. Com o advento da modernidade surge uma nova classe – a burguesia – que será a responsável por profundas transformações na estrutura do poder, trazendo à esfera pública o próprio processo da vida, emergindo daí o que Arendt<sup>120</sup> chama “sociedade de massas”. Assim, o surgimento desta sociedade, além de anular a antiga diferença entre público e privado, produz uma mudança em seu significado, no qual o privado passa a ser somente uma esfera da intimidade e o social não é mais que uma redefinição do público em função do privado. A nova classe, que se baseia em uma economia de mercado, já não se satisfaz com o comércio citadino, buscando a ampliação dos mercados e a perspectiva de maiores lucros. E, para atender a essas exigências, são necessárias políticas mais garantidas, uniformes e estáveis, possíveis somente através da existência de uma autoridade única e forte. O poder público está ao alcance somente daqueles que formam parte do corpo burocrático desse Estado que se constitui e a ele são subordinados. Através desse corpo burocrático, o poder central e absoluto se manifesta e estende seu poder a todo o território nacional e a todos os súditos. Os que não formam parte desse corpo estão excluídos da participação no poder público, e, portanto, da esfera pública. Como aborda Costa<sup>121</sup>

[...] o poder político, como um poder formal, se manteve afastado das mulheres. À exceção das rainhas e princesas, que tinham acesso ao poder formal por força da hereditariedade e da dinastia, as mulheres não assumiram cargos públicos, a não ser

---

<sup>119</sup> HABERMAS, Jürgen. *A mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

<sup>120</sup> ARENDT, 2007.

<sup>121</sup> COSTA, 1998, p. 57

quando eram reconhecidas oficialmente como cidadãs (direitos municipais) e estavam sob proteção de leis urbanas.

Habermas<sup>122</sup> afirma que o espaço público teve origem na Europa ocidental dos séculos XVII e XVIII, quando a classe burguesa começou a utilizar o espaço público para questionar o monopólio estatal da coisa pública e o poder arbitrário do Estado. No espaço público as pessoas podiam discutir e analisar as suas ideias, contrapondo-se ao poder público estatal. Utilizando como parâmetro o modelo de Weintraub, Aboim<sup>123</sup> apresenta quatro significações para a oposição público/privado. O primeiro é baseado no modelo da economia liberal, que associa a divisão público/privado à distinção entre Estado e mercado e traduz a necessidade de regular as relações entre Estado, economia e população. Um segundo significado é o discutido em autores como Arendt e Habermas, que concebem um modelo de esfera pública como sociedade civil distinta tanto do Estado como do mercado, mas essencial para a criação de uma comunidade ativa de cidadãos capazes de sustentar uma sociedade democrática. Um terceiro significado, presente nas obras de Ariès e Sennet, traz a definição de público não apenas como político, mas como espaço de sociabilidade oposto à clausura do doméstico e da família. E, por fim, o nosso foco de análise, o quarto significado, criado a partir do feminismo, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos nos finais do século XIX, que associa o privado à família e o público à ordem política e econômica, procurando demonstrar a conexão entre uma ordem de gênero desigual e a construção moderna da dicotomia criada entre público e privado.

A datar do século XIX, quando a disciplina histórica se torna científica, foi construída a ideia do espaço público como palco do domínio masculino e conseqüentemente um espaço utilizado para validar e legitimar o exercício do poder patriarcal. Essa concepção que tinha a tendência de ocultar as relações de poder e violência na esfera privada, ao mesmo tempo idealizava a mulher sob um modelo de subserviência e fragilidade. Neste sentido, os lugares sociais foram ocupados pelas mulheres, em diferentes épocas e locais, em uma posição de subordinação aos homens, que validaram este posicionamento social como mecanismo do exercício do poder político. Como bem destaca Perrot<sup>124</sup>,

---

<sup>122</sup> HABERMAS, 2003.

<sup>123</sup> ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, janeiro-abril, p. 95-117, 2012.

<sup>124</sup> PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9 n. 18, p. 9-18, 1989.p.10.

O século XIX claramente distinguiu as esferas, pública e privada, cuja disposição condiciona o equilíbrio geral. Muito provavelmente, essas esferas não recobrem exatamente a divisão dos sexos, mas, grosso modo, o mundo público, sobretudo econômico e político é reservado aos homens, e é este que conta. Essa definição, clara e voluntarista, dos papéis se traduziu na retirada das mulheres de determinados lugares: a Bolsa, os bancos, os grandes mercados de negócios, o Parlamento, os clubes, os círculos de discussão e cafés, locais privilegiados da sociabilidade masculina.

Perrot<sup>125</sup> descreve que o jeito de narrar a história estava centrada na esfera pública, contemplando as ações políticas das figuras masculinas. Nesse sentido, uma análise mais apurada acerca das mulheres não era viável e, por isso, impossível, pois as atuações das mulheres nos espaços públicos eram limitadas e bem raras. Ainda de acordo com a autora, os homens investiram em uma organização racional da sociedade, na qual a teoria das esferas pública e privada foi uma das formas mais elaboradas. Um novo equilíbrio entre os sexos se estabeleceu baseado na tentativa de exclusão das mulheres da vida pública. Assim, com os poderes que adquiriram, os homens buscaram limitar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, estabelecendo concepções a respeito dos tipos de trabalho que seriam mais adequados para as mulheres.

No decorrer da história moderna e contemporânea as profissões ligadas ao magistério, ao cuidado de idosos e de crianças, secretárias em escritórios e atendentes em lojas eram socialmente mais bem aceitas quando exercidas pelas mulheres, pois trazia implícita a ideia de uma vocação “natural” feminina para essas atividades. Além disso, Perrot<sup>126</sup> destaca que também a leitura e a escrita eram proibidas às mulheres, pois era entendido que o domínio da palavra escrita era um monopólio masculino. O governo, a cidade, o político, o público, eram instâncias que privilegiam somente a ação masculina. Os homens eram os responsáveis sociais pelas famílias e, dentro das casas, a palavra deles se sobrepunha a das mulheres. Era na família, ou seja, no setor privado, que as mulheres poderiam desenvolver melhor seus poderes. Logo, o privado era a esfera de atuação feminina.<sup>127</sup>

Badinter<sup>128</sup> apresenta uma análise que coaduna com essa concepção quando diz que a mulher era responsável pela vida doméstica, poupando o homem dos problemas presentes no cotidiano familiar. E, era o homem, com a vida voltada para o mundo público, que devia proteger a mulher dos complicados problemas do mundo fora de casa, para que assim ela

---

<sup>125</sup> PERROT, 1989.

<sup>126</sup> PERROT, 1989.

<sup>127</sup> Sobre o assunto ver VECCHIO, Silvana. A boa esposa. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres*. A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990. Vol 2.

<sup>128</sup> BADINTER, Elizabeth. *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

possa ter melhor desempenho em seu trabalho no lar. Essa visão binária é resultado do complexo sistema político e social próprio ao século XIX, no qual a atuação e a presença dos sujeitos masculinos nos campos ligados ao poder restringiu a atuação das mulheres aos espaços considerados apropriados para a sua socialização, como casas, clubes e Igreja. Para Perrot<sup>129</sup>, às mulheres cabia a esfera íntima e privada de convivência, em detrimento das esferas públicas. As experiências concretas e as práticas cotidianas das mulheres foram subestimadas, porque os procedimentos de registro, dos quais a história é tributária, são frutos de uma seleção que privilegia o mundo público, sobretudo o econômico e o político que estava reservado aos homens.

Em sua análise sobre a condição humana, Arendt<sup>130</sup> destaca a existência dessa distinção entre a esfera de vida privada e a esfera de vida pública. As esferas da família e da política são colocadas em planos diferentes e separadas, consequentemente definindo de modo implícito o papel e o campo de atuação reservado ao homem e a mulher no âmbito do contexto social. Como foi destacado por Nader<sup>131</sup>, essa diferença dentro da sociedade estabelece os destinos e os direitos do homem e da mulher, ou seja, à fêmea fica o comando do espaço privado, do lar e ao macho, o acesso ao mundo público, a produção e a política. Engels<sup>132</sup> analisa que essa organização do Estado nasceu para garantir a diferenciação social e a manutenção dos privilégios, destacando que aqueles que são os detentores do poder econômico estão aptos para o exercício do poder político e a riqueza passa a ser valorizada como o bem supremo. Como também define Weber<sup>133</sup>, o poder significa, dentro de uma relação social, impor a vontade própria, mesmo contra a resistência, corroborando com a ideia de que a acumulação de riquezas possibilita e estrutura a divisão da sociedade e, consequentemente, o domínio de um grupo em relação ao outro.

Ariès e Duby<sup>134</sup> destacam que os ricos sempre se sentiram figuras públicas, logo fizeram da utilização de diversos eventos uma obrigação para destacar os seus prestígios, confirmando sua condição de “estrela social”, reforçando a relação entre poder político e prestígio social. Chauí<sup>135</sup> faz um apontamento afirmando que privilégios e carências

---

<sup>129</sup> PERROT, 1989.

<sup>130</sup> ARENDT, 2007.

<sup>131</sup> NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2ª Ed. Vitória: Edufes, 2001.

<sup>132</sup> ENGELS, Friedrich. *Origens da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

<sup>133</sup> WEBER, Max. *Conceitos sociológicos fundamentais*. Covilhã: Editora da Universidade da Beira Interior, 2010.

<sup>134</sup> ARIÈS, Philippe; DUBY, George. *História da Vida Privada. Do Império Romano ao ano mil*. VEYNE, Paul (Org.) São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>135</sup> CHAUI, Marilena. Ética e violência. *Revista teoria e Debate*. São Paulo, n. 39, 1998

determinam a desigualdade econômica, social e política, e isso contraria o princípio democrático da igualdade, em consonância com o pensamento de Engels em relação ao surgimento do Estado e sua função. Perrot<sup>136</sup>, no livro *Minha história das Mulheres*, faz a reflexão na qual o homem está situado no mundo político e público como um lugar “natural” de sua intelectualidade e racionalidade.

A história narrada e descrita a partir da compreensão desse mundo público e político fez com que as mulheres fossem invisibilizadas em seu relato a partir do momento que as situaram, ao mesmo tempo, nos âmbitos do privado e do cotidiano doméstico, e estes espaços não seriam importantes para a compreensão dos grandes acontecimentos. Essa perspectiva contribuiu para que as mulheres e suas histórias fossem reduzidas em espaços considerados irrelevantes para o pensamento histórico e social. Ainda de acordo com Perrot<sup>137</sup>, ser uma mulher na política é ir contra a essência da feminilidade, pois a posição da mulher estava vinculada à função do cuidado do espaço privado. Nessa perspectiva, a vida pública se relaciona com a prática da racionalidade enquanto que na esfera da vida privada restava o silêncio e o isolamento. A autora destaca que a presença feminina foi constantemente apagada, bem como seus vestígios, sendo o próprio casamento utilizado para a legitimação da subordinação feminina e aceitação de sua função social. O espaço público foi construído como um palco no qual este domínio masculino o utiliza para validar e legitimar o exercício do poder patriarcal. Esse modelo de representação social posicionavam as mulheres em um estado de exclusão e discriminação social e, de acordo com Chartier,<sup>138</sup>

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação.

Weber<sup>139</sup> acrescenta que o exercício da legitimação do poder político encontra-se relacionado a um domínio organizado, que condiciona à obediência para com os portadores do poder, e dialoga com Bourdieu<sup>140</sup> que afirma que são em instâncias como o estado que se encontram os lugares de elaboração e imposição de princípios de dominação. O

---

<sup>136</sup> PERROT, 2012.

<sup>137</sup> PERROT, 2012.

<sup>138</sup> CHARTIER, 1990.

<sup>139</sup> WEBER, Max. *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2008.

<sup>140</sup> BOURDIEU, 1998.

desenvolvimento da história reservou às mulheres esse papel de obediência e, conseqüentemente, maiores dificuldades para uma legítima representação política que as contemplassem como sujeitos da história. A função política torna-se um instrumento de imposição ou legitimação de uma classe sobre outra e isso se configura como uma forma de violência simbólica, pois segundo Bourdieu<sup>141</sup>,

É enquanto instrumento estruturado e estruturante de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que a fundamentam e contribuindo assim, segundo expressão de Weber, para a domesticação dos dominados.

O acesso das mulheres ao exercício da função política encontra-se desigualmente ordenado nas sociedades ocidentais, pois há uma significativa desproporção no ingresso de mulheres ao espaço público. Bourdieu<sup>142</sup> evidencia que a existência do campo político representa um espaço de tomadas de posição, pois é o *locus* de uma disputa pelo poder. As relações de domínios entre os atores e as instituições são encarregadas pelas conquistas de posição, promovendo posturas e ações, e nessa dinâmica os sujeitos que possuem o maior domínio dos recursos legitimados no campo político, apresentam maiores capacidades de terem suas convicções e preferências atendidas, submetendo os demais à imposição de um modelo social e político a ser seguido.

No caso específico da política brasileira, essa configuração de poder retrata a imposição do mundo masculino em detrimento do mundo feminino. Costa<sup>143</sup> afirma que a participação da mulher na vida política sempre foi limitada por esta ser uma atividade pública e, socialmente, sempre foi reconhecida como uma atividade masculina. Por isso, durante muitos anos, a sociedade brasileira enquadrou a mulher em um modelo de subserviência e fragilidade. E esse modelo foi tão enfatizado e propagado, que muitas mulheres acreditavam que essas características lhes eram inatas. Assim, a historiografia construiu a dicotomia público/privado localizando em seus limites pré-estabelecidos homens e mulheres como sujeitos determinados pelos espaços que ocupavam, envoltos em ações específicas delimitadas pela natureza do seu sexo e pela posição de seus corpos no mundo.

---

<sup>141</sup> BOURDIEU, 1988, p. 11

<sup>142</sup> BOURDIEU, 1992.

<sup>143</sup> COSTA, 1988.

Ainda de acordo com Costa<sup>144</sup>, foi neste espaço privado/doméstico que o patriarcado agiu com maestria, usando de força física para aprisionar as mulheres e para torná-las dóceis, mas, também, soube utilizar instrumentos mais sofisticados e poderosos como, por exemplo, a educação, que não modelava apenas o comportamento, mas também o indivíduo. Esse processo de socialização das meninas começava desde a mais tenra idade e, diferindo completamente da educação dos meninos, não trabalha a individualidade, mas a sua domesticação. Não se tratava de uma educação formal, com base em conhecimentos universais, mas de um processo de disciplinamento específico, de caráter ideológico, no sentido de construir o ideal de esposa e dona de casa perfeita, bem como de mãe virtuosa. Essas características ideológicas eram reunidas em uma única mulher que representava o modelo feminino necessário à sociedade burguesa. Costa<sup>145</sup> acrescenta que essa menina seria moldada pela emoção, fazendo com que essa nova mulher continuasse satisfazendo plenamente às relações sociais patriarcais, ou seja, sendo afetiva, passiva e dependente.

Nessa perspectiva, Matos<sup>146</sup> afirma que as esferas sexuais foram explicitadas na delimitação dos espaços para os sexos em oposição constante, sendo as representações da família e do lar espaços para a localização das mulheres e o público e seus desdobramentos econômicos e políticos como espaços dos homens. E esses espaços foram estabelecidos como local da realização das potencialidades masculinas e femininas. Perrot<sup>147</sup> salienta que, apesar das fronteiras entre o público e o privado mudarem com o tempo, foi no século XIX que ocorreu esta divisão na questão entre o Estado e o indivíduo privado, no sentido de constituir um espaço político, em larga medida inseparável do público, do qual as mulheres foram excluídas. Soihet<sup>148</sup> aborda o fato de os historiadores sociais suporem as mulheres em uma categoria homogeneizada, ou seja, eram pessoas biologicamente femininas que se movimentavam em papéis e contextos sociais diferentes, mas sua essência, enquanto mulher, não se alterava. O discurso naturalista proclamava a divisão sexual, onde cada sexo tinha sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar, pré-determinados.

Como descreve Del Priore<sup>149</sup> ocorreu um longo processo de domesticação da mulher que possuía o sentido de torná-la responsável pelos afazeres domésticos, o cuidado da família,

---

<sup>144</sup> COSTA, 1988.

<sup>145</sup> COSTA, 1988.

<sup>146</sup> MATOS, Maria Izilda. *Por uma história das mulheres*. São Paulo: Edusc, 2000.

<sup>147</sup> PERROT, 1988.

<sup>148</sup> SOIHET, 1997.

<sup>149</sup> DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: Olympio, 1993.

conseguir um casamento e gerar filhos. A análise de Nader<sup>150</sup> reforça esta ideia, ao descrever que tanto a educação doméstica quanto a escolar instruíam a mulher a viver junto a um homem dando-lhe seu corpo, sua vida e sua força de trabalho. O desdobramento da prática política e social voltada ao domínio de um sexo sobre o outro permitiu o surgimento do debate sobre as relações de gêneros e Beauvoir<sup>151</sup> faz parte das intelectuais que colaboram para esse debate afirmando que não se nasce mulher e sim se torna ao longo da existência e da inserção social, e essa mulher é vista como um ser desprovido de capacidade política. Corroborando com esse ideário, Nader<sup>152</sup> destaca que existe uma íntima relação entre o social e o biológico, apesar de a construção de gênero ser indubitavelmente um processo social e histórico. São as relações políticas que estabelecem os lugares de homens e mulheres. Seus papéis sociais.

Scott<sup>153</sup>, uma das principais teóricas que pesquisam sobre a utilização da categoria de gênero na história, afirma que o gênero se transforma em uma forma de indicar as “construções sociais”, sobre os papéis tidos como próprios tanto para os homens como também para as mulheres. A autora profere que,

Os debates em torno de gênero procuravam explicar as diferenças entre os sexos invocando a “natureza”, e sempre buscaram perpetuar tais diferenças por meios legais. Por uma espécie de lógica circular, uma presumida essência, seja do homem, seja da mulher, acabou por constituir-se como justificativa para leis e atitudes políticas, quando, na verdade, essa ‘essência’ – histórica e contextualmente variável – não era senão um efeito das leis e das ações políticas.<sup>154</sup>

Ainda em conformidade com Scott<sup>155</sup>, a possibilidade aberta pelas feministas de produzir evidências pela invocação da “diferença sexual” esteve relacionada com a condição paradoxal em que se engendraram as práticas e os discursos do feminismo, uma vez que o feminismo havia se constituído, historicamente, como um protesto contra a exclusão política da mulher, destacando que a mesma tem um papel a ser desempenhado em seu destino e por vezes é um papel apenas secundário.

---

<sup>150</sup> NADER, Maria Beatriz. *Paradoxos do Progresso: A dialética da relação mulher, casamento e trabalho*. Vitória: Edufes, 2013.

<sup>151</sup> BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

<sup>152</sup> NADER, 2011.

<sup>153</sup> SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

<sup>154</sup> SCOTT, 2002, p. 27.

<sup>155</sup> SCOTT, 2002.

Por sua vez, Pateman<sup>156</sup> reitera que a construção patriarcal da diferença entre masculino e feminino é a diferença política entre liberdade e a sujeição e que o domínio sexual é o principal meio de afirmação da masculinidade. Para a autora, a liberdade civil é uma condição masculina vinculada ao direito patriarcal que é passado de pai para os filhos homens que, ao conquistarem sua liberdade, buscam assegurar as mulheres como suas propriedades. Machado<sup>157</sup> traz uma nova perspectiva sobre a utilização do conceito de relações de gênero ao afirmar a existência de um “patriarcado contemporâneo”, que indica uma autoridade patriarcal legítima aos olhos dos sujeitos sociais, que são sustentadas pela naturalização da diferença sexual. O patriarcado vai além de um sistema de dominação modelado pela ideologia machista. Como descreve Saffioti<sup>158</sup>, é um sistema de exploração que socializa o homem para a subjugação da mulher e esta para a submissão ao “poder do macho”, além de os homens deterem o poder de determinar a conduta das demais categorias sociais. O patriarcado significa as relações de poder entre homens e mulheres que se caracterizam pela subordinação feminina ao sistema patriarcal.

Essa relação dos papéis sociais desenvolvidos ao longo da história, reservados a homens e mulheres, sempre beneficiou o homem como sujeito político e a mulher como um ser destinado ao seu determinismo biológico. Como afirma Nader<sup>159</sup>, o domínio masculino na sociedade ocidental é entendido pela lógica que rege o poder do homem sobre toda a família e principalmente em relação à mulher a sociedade espera que cada sexo cumpra as atribuições pertinentes ao seu papel social, delimitando assim os espaços de atuação do homem e da mulher, construindo a identidade sexual de cada um. Esse modelo herdado da família patriarcal promoveu a divisão manifesta de sexismo designando a cada pessoa o seu papel e comportamento esperado, de acordo com o sexo – Homem: sujeito superior e mulher ser submisso. Por sua vez, Pinsk e Pedro<sup>160</sup> complementam afirmando que essa subordinação estava atrelada ao casamento e, conseqüentemente, à maternidade, determinando o papel da boa esposa e da boa mãe, ou seja, o comportamento esperado das mulheres. E inserida nesta realidade, a ordem política existe para a manutenção da supremacia masculina fortalecendo as desigualdades de oportunidades entre os seres e garantindo a hegemonia do sexo masculino.

---

<sup>156</sup> PATEMAN, 1993.

<sup>157</sup> MACHADO Lia Zanotta. *Feminismo em Movimento*. São Paulo: Editora Francis, 2010.

<sup>158</sup> SAFFIOTI, 2004.

<sup>159</sup> NADER, 2013.

<sup>160</sup> PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

Nesse entendimento, Dahlerup<sup>161</sup> afirma que, historicamente, a dominação masculina sobre as mulheres tem sido reestruturada conforme os processos de transformações políticas, sociais, culturais e, sobretudo, econômicas, passando a fazer parte da estrutura da sociedade atual. Para o autor, as bases da sociedade moderna se assentaram sobre este novo modelo de feminino e de masculino, que separou e caracterizou os espaços de forma que o privado/doméstico tornou-se feminino e o público ou não doméstico tornou-se masculino. Ao mesmo tempo estes espaços passaram a funcionar como instituições socializadoras e formadoras dos gêneros, separando e hierarquizando os sexos, de modo que a sociedade passou a ser organizada pelo parâmetro da divisão sexual, determinando uma ordem moral e dualista baseada no poder social entre o masculino/hegemônico e o feminino/ passivo. Corroborando com essa análise, Beauvoir<sup>162</sup> afirma que a mulher é definida pelo homem, não sendo considerado um ser provido de autonomia. O homem se coloca como o Sujeito, àquele que é o ser absoluto, enquanto que a mulher é simplesmente o outro.

Bourdieu<sup>163</sup> descreve que essa determinação da diferença entre homens e mulheres posiciona a mulher como inferior e dominada nesse sistema de dualismos, na qual os agentes específicos, o homem e a mulher, e as instituições como o Estado, Igreja, família e escolas são estruturadas e estruturantes no processo de naturalização da dominação, ou seja, estes agentes ao mesmo tempo em que têm poder de moldar a sociedade são por ela moldados. E uma vez que dominantes e dominados possuem a mesma percepção de suas relações de gênero, a dominação masculina é tida como condição verdadeira universal.

A análise dos papéis historicamente atribuídos aos homens e às mulheres ao longo da história nos permite questionar a conformação da sociedade e os mecanismos de poder imbricados nas relações nas quais elas estão inseridas. Embora as mulheres estiveram desprezadas da gestão da política e da administração dos bens públicos, Perrot<sup>164</sup> afirma que elas nunca estiveram totalmente ausentes, suas vozes podem ser ouvidas, ainda que com menor frequência, nos espaços privados e também públicos. Ainda que a fala e a escrita sobre temas públicos e políticos tenham sido vetadas às mulheres e que muitas delas acabassem se desinteressando por esses assuntos, algumas mulheres, principalmente as líderes operárias e as

---

<sup>161</sup> DAHLERUP, Drude. Conceptos confusos. Realidad confusa: una discusión teórica sobre el Estado patriarcal. In: SASSOON, Anne (Org.). *Las mujeres y el Estado*. Madrid: Vindicación Feminista, 1987, p. 111 - 150.

<sup>162</sup> BEAUVOIR, 1970.

<sup>163</sup> BOURDIEU, 2011.

<sup>164</sup> PERROT, 1988.

feministas sufragistas, descobriram que o domínio da palavra era um caminho para pleitear direitos políticos, sociais e econômicos.

## **2.2 O movimento feminista e a luta pela participação da mulher na política.**

A francesa Olympe de Gournay, contestando as relações entre homens e mulheres e criticando o autoritarismo masculino, propôs a “Declaração dos Direitos da Mulher”, que continha reivindicações feministas de um cunho eminentemente político. Sua luta feminina buscava ir além do cenário político e se estendia às questões ligadas à revolução e a vida pública. Eram as mulheres lutando pela consolidação do poder popular em contraponto ao poder burguês, iniciando uma batalha histórica em torno do direito de participar ativamente da vida pública, no campo do trabalho, da educação e da representatividade política.<sup>165</sup>

Assim, durante todo o período de consolidação da sociedade moderna, as mulheres se mantiveram na resistência e, por isso mesmo, foram consideradas uma ameaça pela ordem burguesa nascente. A burguesia, consolidada no processo da Revolução Francesa, reafirmava a ideia do patriarcado, assegurando o homem como o chefe da família e a mulher ocupando um papel secundário, relacionado ao cuidado do lar. Gurgel <sup>166</sup>destaca que nessa conjuntura do desenvolvimento da burguesia, a mulher estava impedida de exercer a participação na política e a hierarquia na família era reafirmada como base para a organização social.

Em 1843, Flora Tristan, no livro *Operária*<sup>167</sup>, propôs a criação de uma Associação Internacional de Trabalhadores e Trabalhadoras, afirmando a indissociabilidade da luta das mulheres com a luta de classe. Foi a primeira socialista a reclamar os direitos trabalhistas das mulheres por acreditar que os males do mundo advinham da incompreensão de que, os direitos naturais eram imprescindíveis para o ser mulher. Até o período de 1800, as lutas feministas tinham natureza de mobilização essencialmente igualitária no âmbito de direitos políticos e sociais. Dentre os direitos reivindicados, os direitos trabalhistas eram os que mais tinham resistência da sociedade. Poucos anos depois, em 1868, foi criada a Liga das Mulheres, uma associação feminista que tinha como objetivo afrontar a resistência burguesa após a decisão de negativa ao trabalho feminino, ocorrida no Congresso da 1ª Internacional

---

<sup>165</sup> Sobre o assunto ver SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Coleção Sociologia Brasileira, Petrópolis: Vozes, 1979, Vol. 4;

<sup>166</sup> GURGEL, Telma. *Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade*, 2010;

<sup>167</sup> Sobre o assunto ver VERGARA, Moema de Rezende. A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 13, p. 223-251,1999;

dos Trabalhadores. Somente após o ano de 1871, com o surgimento da Comuna de Paris, as reivindicações pela igualdade entre os sexos cederam lugar a causa comum da conquista de uma sociedade regida pelos interesses da classe trabalhadora. Apesar de Miguel & Biroli<sup>168</sup>, afirmarem a importância do sufrágio para a primeira onda do movimento feminista que se firmava no início do século XX, não se pode desconsiderar outras reivindicações feitas pelas mulheres, como por exemplo, o direito a inserção no mercado de trabalho e construção de creches, dentre outros.

Nesse contexto de lutas e resistências, as mulheres tiveram grande contribuição nas ações de boicote, confronto e resistência ao poder dominante, assumindo um claro compromisso de classe com a luta socialista. Vergara<sup>169</sup> destaca que as lutas das mulheres, neste período, foram direcionadas tanto para as estruturas de Estado e parlamento, na reivindicação dos direitos civis e políticos, como para as organizações de trabalhadores, no sentido de buscar o apoio para as suas reivindicações que, acima de tudo, clamavam por igualdade e liberdade para todos. As francesas revolucionárias traziam assim, para o Estado Moderno, a necessidade de organizar a diferença de maneira igualitária, sendo necessária uma relação política de igualdade que era proclamada como condição de cidadania para todos.

A consolidação do Estado Moderno, o estabelecimento do capitalismo e a expansão de uma industrialização nascente vão impactar na vida das mulheres que permaneceram excluídas dos direitos civis e políticos. É neste contexto de grandes mudanças que a luta sufragista surgiu. Miguel e Biroli<sup>170</sup> afirmam que a conquista de voto foi por muitas décadas o principal ponto do movimento feminista e que da metade do século XIX ao início do século XX o sufrágio foi a face pública das reivindicações femininas. Era defendido pelo movimento que o sufrágio universal iria possibilitar o acesso das mulheres ao parlamento e conseqüentemente abriria a possibilidade de mudança no conjunto das leis e instituições. A luta sufragista também garantiria uma ampla aliança entre as mulheres, unificando posições políticas diferentes. Para Gurgel<sup>171</sup>, a luta pelo direito ao sufrágio mobilizou as mulheres por décadas em diferentes regiões e países do globo. Inicialmente nos Estados Unidos, e, também, em alguns países europeus, as sufragistas desenvolveram estratégias pela mudança da Constituição Federal, e, em outra frente, buscaram mudanças na Constituição de cada estado. Essa mobilização pelo direito ao voto envolveu milhares de mulheres e diversas ações

---

<sup>168</sup> MIGUEL; BIROLI, 2015.

<sup>169</sup> VERGARA, 1999.

<sup>170</sup> MIGUEL; BIROLI, 2015.

<sup>171</sup> GURGEL, 2010.

em busca do direito de votar e ser votada. As sufragistas utilizavam dos argumentos que as vidas das mulheres só poderiam melhorar quando os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino. Era consenso entre as participantes do movimento que as muitas desigualdades com que se confrontavam jamais seriam corrigidas enquanto não tivessem o direito de voto. O direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim.<sup>172</sup>

Gurgel<sup>173</sup> destaca que dentre as características deste movimento, o seu caráter de massa foi, sem dúvidas, o que mais desafiou as feministas socialistas no interior das organizações sindicais. No que se refere ao debate em torno da pauta sufragista e de seu papel na luta revolucionária das mulheres, o debate mobilizou, articulou e ao mesmo tempo, dividiu a ação das feministas e foi indispensável para o fortalecimento do posicionamento político do movimento no sentido de articular a luta das mulheres com a luta pela emancipação humana. As mulheres ao adentrarem no mundo do trabalho enfrentaram forte resistência por parte dos trabalhadores que, dominados pela ideologia patriarcal, consideravam a presença feminina uma ameaça aos seus empregos e também um desvirtuamento do papel tradicional das mulheres que, para eles, deveria se reduzir ao cuidado do lar. Desse modo, as mulheres precisaram desafiar as próprias organizações sindicais para aceitá-las como parte e, portanto, assumirem suas reivindicações por salários iguais e direitos políticos.

De acordo com Mesquita<sup>174</sup> o processo de construção da cidadania nas sociedades ocidentais proporcionou avanços e conquistas para os homens, mas para as mulheres esta cidadania foi construída de maneira desigual, com diferenciações baseadas nas questões de gênero, recebendo influências das particularidades históricas que envolvem a trajetória feminina até os tempos atuais. Miguel e Biroli<sup>175</sup> analisam que, após vários anos de lutas que culminaram na conquista ao direito de voto em diversos países, o que se viu foi que, apesar da obtenção do sufrágio feminino, a continuidade de uma elite política formada quase exclusivamente por homens e com o desenvolvimento de ações políticas voltadas para esses mesmos homens, permaneceu praticamente inalterada. Na visão de Pateman<sup>176</sup>, o problema do feminismo emancipacionista do século XIX foi o fato de a luta pela inserção da mulher no

---

<sup>172</sup> Sobre o assunto ver ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores, Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002;

<sup>173</sup> GURGEL, 2010.

<sup>174</sup> MESQUITA, Adriana de Andrade. *Com licença, eu vou à luta!* O desafio de inserção das mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho. Rio de Janeiro. 2005.. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, UFF, 2005. 208p.

<sup>175</sup> MIGUEL; BIROLI, 2015.

<sup>176</sup> PATEMAN, 1993.

espaço público não ter sido conjugada com uma crítica do espaço doméstico como o *locus* do feminino, permitindo assim a consolidação da teoria liberal ao longo dos séculos como a ideologia do Estado capitalista centrado na separação entre as esferas privada e pública.

A plataforma inicial do feminismo se efetiva ao longo do século XX e permitiu ao movimento focar em mecanismos menos evidentes da reprodução da subordinação das mulheres. Foi no decorrer de sua constituição como movimento sociopolítico, que o feminismo vem no curso da história lutando pela defesa e ampliação dos direitos das mulheres. Desta forma, o feminismo surge e se organiza como movimento estruturado, a partir do fenômeno da modernidade no contexto da revolução Francesa e, essa primeira fase ficou também conhecida como “primeira onda feminista”. As principais lutas concretas desse período referem-se à formação profissional e a representação política, reivindicando o acesso à educação formal, ao trabalho remunerado e ao voto<sup>177</sup>.

Para Beauvoir<sup>178</sup> não há exagero em afirmar que o feminismo contemporâneo é fundado com a percepção que a mulher torna-se mulher a partir de sua inserção social, pois não há determinismo nenhum para a construção do ser mulher, é uma construção social instituída pela civilização. A obra *Segundo Sexo*, da referida autora, lança os paradigmas teóricos do feminismo contemporâneo ao contestar todo determinismo biológico ou destino divino.

O advento do século XX trouxe consigo diversas mudanças sociais e políticas. E nesse rol, o movimento feminista, que surge nos Estados Unidos e se alastra por todos os países industrialmente avançados, traz em sua doutrina a luta contra a opressão de todas as mulheres e a recusa ao conceito de desigualdade natural e de inferioridade existente entre os sexos. Muitas mulheres, no decorrer da história, não aceitaram tal situação e se rebelaram contra essa condição, reivindicando e lutando por igualdade e liberdade, o que conseqüentemente fez com que muitas pagassem com suas próprias vidas. O pensamento de Beauvoir deu embasamento a diversos assuntos adormecidos, principalmente no tocante aos estudos de gênero. Sobre isto Pinto<sup>179</sup> declara que

Este feminismo inicial, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e só aparecerá novamente, com importância, na década de 1960. No decorrer destes trinta anos um livro marcará as mulheres e será fundamental para a nova onda do feminismo: *O segundo sexo*, de Simone de

---

<sup>177</sup> MIGUEL; BIROLI, 2015.

<sup>178</sup> BEAUVOIR, 1980.

<sup>179</sup> PINTO, 2010, p.16.

Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher”.

O empoderamento e as lutas feministas foram ganhando cada vez mais espaço no decorrer do século XX, colocando em xeque os valores conservadores que orientavam a sociedade. Neste momento as feministas passam, então, a defender que a hierarquia entre os sexos não é resultado de um determinismo biológico e sim de uma construção social, incorporando o questionamento das raízes culturais das desigualdades que vai para além da luta por direitos civis e políticos.

Saffioti<sup>180</sup> descreve que a segunda onda feminista compreendeu o período entre as décadas de 1960 e 1980 e incorporou diversas frentes de luta, denunciando o patriarcado como forma de expressão do poder político exercido através da dominação masculina. Para a autora, a inferiorização das mulheres ultrapassava o campo do privado e invadia todos os espaços da sociedade, representando uma estrutura de poder baseada tanto na violência quanto na ideologia.<sup>181</sup> A partir de então, o próprio movimento feminista, também influenciado por outras organizações políticas e movimentos sociais, critica seu caráter burguês-liberal de outrora, fazendo recortes de classe e raça, relações de poder e transversalidade de opressões estruturais para além do gênero, como bem analisa Butler<sup>182</sup>. É nesse período em que se formulam as problematizações acerca das diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual, desmitificando a naturalização de papéis sociais que seriam inerentes a homens ou mulheres.

As décadas de 1980 e 1990 foram caracterizadas pelo desenvolvimento do poder do mercado globalizado transnacional e do enfraquecimento dos movimentos sociais que encontravam um panorama repressivo, ideológico e econômico completamente desfavorável aos impulsos populares. Com o movimento feminista não foi diferente e, a partir de então, há divergências teóricas fundamentais sobre a real existência e fundamentação de uma terceira onda do movimento. Para Butler<sup>183</sup>, a construção de uma categoria mulheres como um sujeito estável, coerente e universal provoca concepções incertas e oculta as diferenças no interior dessa categoria, sendo que a representação se constrói por meio de mecanismos de exclusão, através dos quais são marginalizados todos os que não conseguem satisfazer certos requisitos normativos não expressos.

---

<sup>180</sup> SAFFIOTI, 2004.

<sup>181</sup> Também foi nesse período que se iniciaram campanhas contra a violência de gênero que atinge as mulheres até os dias atuais. “Quem ama não mata” e o “Privado também é político” foram campanhas organizadas pelo movimento feminista que tomava força no Brasil em um momento de grandes mudanças culturais.

<sup>182</sup> BUTLER, Judith. *El genero em disputa*. Barcelona. Paidós. 2007.

<sup>183</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

A terceira onda, por sua vez, abrange as tentativas de desconstrução da categoria mulher como um sujeito coletivo unificado que partilha as mesmas opressões, os mesmos problemas e a mesma história, ou seja, o pós-feminismo têm por objetivo desconstruir/desestabilizar o gênero enquanto categoria fixa e imutável, pois se trata de reivindicar a diferença dentro da diferença. Macedo<sup>184</sup> afirma que as mulheres não são iguais aos homens, mas elas tampouco são todas iguais entre si, pois sofrem as consequências da diferença de outros elementos, tais como raça, classe, origem e religião. A terceira geração do feminismo buscou desconstruir e desnaturalizar essa concepção, sendo entendido por Scott<sup>185</sup>, como uma categoria relacional e política, uma vez que ocorre em um campo discursivo e histórico das relações de poder e sendo um instrumento metodológico que permita compreender os processos em torno das identidades de gênero em uma ótica sistêmica. Tal perspectiva destaca a importância de se chegar aos processos históricos que formam configurações das relações entre os gêneros.

Butler<sup>186</sup> observou como o sexo, nos estudos feministas, foi feito matéria fixa onde cabia ou o gênero masculino ou o feminino, sem ambiguidades, gerando um movimento de essencialização das identidades. Os sujeitos que constroem na sexualidade práticas divergentes a essa binariedade não são alcançados pelos modelos explicativos desenvolvidos nos debates feministas até então. As análises pós-estruturalistas e pós-modernas provocaram deslocamentos na teoria feminista que começam a desconstruir a homogeneidade da categoria “mulheres”, concomitantemente em que no campo da política feminista as distinções entre as próprias mulheres são evidenciadas. É o momento de ganho de maior autonomia de certos grupos dentro do movimento feminista, como os de mulheres negras, lésbicas ou trabalhadoras rurais, na qual as pluralidades femininas, que parecem ter sido esquecidas pelos idealizadores do conceito de gênero, são reconhecidas. Rago<sup>187</sup> defende que há uma ou mais de uma epistemologia feminista, o que significa considerar como existente uma reflexão própria do campo feminista sobre as concepções e formas de se produzir conhecimento, desde que não se considere epistemologia como um modo único, exclusivo e absoluto de fazer ciência. Uma forma feminista de fazer ciência é um “modo feminino” de produção científica, um modo que traz em si a experiência “de gênero” das mulheres no mundo.

---

<sup>184</sup> MACEDO, Ana Gabriela. Pós-feminismo. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 14, n. 3, set/dez., p. 813-817, 2006.

<sup>185</sup> SCOTT, 1990.

<sup>186</sup> BUTLER, 2003.

<sup>187</sup> RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 21-41.

É evidente que as mulheres têm uma experiência própria do mundo e da vida, diferente da dos homens, tanto porque têm uma vivência corporal específica, como porque as relações sociais de gênero têm historicamente definido lugares distintos para mulheres e homens na vida social. Rago<sup>188</sup> afirma que cada pessoa é um ser humano em uma diversidade de experimentação do mundo, marcada não somente pelo gênero, mas pela classe, pela raça, pela orientação sexual e por outras formas de inserção no mundo. O próprio feminismo tem sido enfático, nas últimas décadas, em buscar explicitar a diversidade cultural, social e política – bem como as desigualdades – nas experiências das mulheres. Nesse sentido, Rago<sup>189</sup> profere que não há como negar,

[...] que os feminismos criaram modos específicos de existência mais integrados e humanizados, desfazendo as oposições binárias que hierarquizam razão e emoção, público e privado, masculino e feminino, heterossexualidade e homossexualidade. Inventaram eticamente, ao defenderem outros lugares sociais para as mulheres e sua cultura, e operam no sentido de renovar o imaginário político e cultural de nossa época, principalmente em relação aos feminismos do século XIX e início do século XX.

O pensamento feminista, no Brasil, surge no século XIX, introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta, com a publicação das obras *Conselhos à Minha Filha*, de 1842, *Opúsculo Humanitário*, de 1853, e *A Mulher*, de 1856, além da tradução da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, *A vindication of the Rights of Women*, de 1832. Para Costa & Sardemberg<sup>190</sup> essas obras marcam o despertar de uma consciência crítica acerca da situação feminina na sociedade brasileira. O desenvolvimento dessas primeiras manifestações irá ocorrer principalmente por meio da imprensa feminina que era o principal meio de propagação das ideias feministas. Nesse período, as mulheres já representavam uma boa parte da força de trabalho crescente na industrialização do país, em especial nas indústrias têxteis. Ainda de acordo Costa & Sardemberg, a criação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, ocorrida em 1919, transformada em Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), em 1922, certamente permitiu que a luta pelo sufrágio feminino ganhasse mais força. Tendo como líder Bertha Lutz, uma das figuras mais significativas do feminismo no Brasil, a FBPF será o ponto de partida para a criação de várias outras associações de mulheres em todo o país. A FBPF foi a primeira entidade de mulheres na esfera nacional, tornando-se assim, a

---

<sup>188</sup> RAGO, 1998.

<sup>189</sup> RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2013.p.27.

<sup>190</sup> COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria. *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

principal responsável pela luta sufragista no Brasil, uma luta que se travou quase que exclusivamente a nível parlamentar.

Pinto<sup>191</sup> descreve Bertha Lutz como bióloga e cientista de grande importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Direito que foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. Pinheiro<sup>192</sup> explica que foi na eleição de 1934, a primeira após a conquista do voto feminino, que o Brasil teve 214 deputados federais eleitos, sendo apenas uma mulher titular, Carlota Pereira de Queiroz, e uma suplente, Bertha Lutz, empossada após a morte de um dos deputados, no ano 1936. Esse resultado eleitoral, para Borba<sup>193</sup>, expressa que o preconceito existente no período contra as sufragistas, o não-envolvimento das mulheres de outras classes sociais e o pequeno número de candidatas, são fatores que podem explicar o fraco desempenho nessa primeira eleição. O regime do Estado Novo que foi implantado por Getúlio Vargas, em 1937, caracterizado pelo autoritarismo, fecha o Congresso e apenas cinco anos após as mulheres terem conquistado o direito ao voto, todas as conquistas consagradas na Constituição de 1934 ficam apenas no papel.

Pode-se caracterizar esse primeiro momento do movimento feminista, como de caráter pouco favorável às mudanças no que tange ao questionamento da separação sexual dos papéis de gênero, ademais fortaleciam esses papéis, rótulos e tradições na medida em que empregavam as ideias e personificações das virtudes domésticas e maternas como motivação para suas reivindicações. Segundo Molyneux<sup>194</sup>,

As mulheres aceitaram o princípio da diferença sexual, mas o rechaçaram como fundamento para a discriminação injustificada. As líderes dos movimentos de mulheres criticaram seu tratamento diante da lei e impugnaram os termos de sua exclusão social e política, mas o fizeram de forma que reconheciam a importância do seu papel na família, um argumento que foi utilizado tanto pelas feministas quanto pelos estados, ainda que com fins distintos.

---

<sup>191</sup> PINTO, 2010.

<sup>192</sup> PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

<sup>193</sup> BORBA, Ângela. Legislando para as mulheres. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 153-172.

<sup>194</sup> MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina*. Un estudio teórico comparado. Madrid: Catedra, 2003. p. 79.

No Brasil nos anos de 1940 a 1960 no Brasil, as feministas se envolveram com o Partido Comunista que acreditavam uma vez “resolvido” os problemas do país, como para o povo, as mulheres teriam seus direitos reconhecidos. Esse fato fez com que as feministas se dividissem, porque muitas não concordaram com o pensamento comunista e só voltariam a reivindicar direitos como um movimento anos depois, em 1960 no que ficou conhecida como a segunda onda do movimento feminista. No entanto, diferentemente dos Estados Unidos e da Europa, o cenário no Brasil não estava favorável para a construção de movimentos libertários. O golpe militar de 1964 implantado no Brasil iniciou um longo período de repressão total contra aqueles que questionavam ou se opunham ao regime. Os atos de mulheres, simultaneamente aos demais movimentos populares foram importunados e muitos deles silenciados. O regime militar via com grandes desconfianças as manifestações feministas, que eram entendidas como moralmente perigosas e de caráter político. Entretanto, apesar da vigilância e da repressão, Pinto<sup>195</sup> afirma que foi nesse ambiente autoritário que ocorreram as primeiras manifestações feministas no Brasil, na década de 1970.

O movimento feminista brasileiro dos anos 1970 fez parte de um grande e diverso movimento que associava as lutas em combate, aos modelos de violência das mulheres na sociedade com as batalhas pela redemocratização, o Estado era o oponente comum. A identidade feminista estava relacionada à existência de uma política associada a um conjunto de conteúdos de interesse característicos das mulheres aderindo a combinadas normas de organização e atuando nos espaços públicos peculiares, podendo ser citado como, as organizações feministas autônomas. De acordo com Rago<sup>196</sup>, a partir da década de 1970, a presença das mulheres na universidade foi crescente e isso contribuiu para o desenvolvimento desta identidade feminina, o que gerou uma relativa feminização da academia e das maneiras como os saberes eram produzidos. Essas mulheres nas universidades que buscavam pleitear o seu lugar na História, possibilitaram que as problematizações e inquietações do universo feminino emergissem do anonimato. A cultura feminina ganhou maior visibilidade com a presença dessas mulheres nos espaços universitários, bem como as produções de caráter acadêmico que foram difundidas. Corroborando com essa análise, Soihet<sup>197</sup> destaca que a segunda onda do feminismo contribuiu para o debate acadêmico acerca da condição feminina na sociedade, na medida em que suas reivindicações criaram uma demanda por informações concernentes às questões femininas que estavam sendo discutidas. O movimento feminista

---

<sup>195</sup> PINTO 2010.

<sup>196</sup> RAGO, Margareth. Descobrendo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 89-98, 1998.

<sup>197</sup> SOIHETE, 1997.

passa a exigir que a historiografia ampliasse seus estudos e evidenciasse o papel das mulheres na história e destacasse a opressão patriarcal de que elas eram os alvos.

No ano de 1975 foram realizadas diversas atividades públicas em várias cidades brasileiras, como parte das festividades do Ano Internacional da Mulher, proporcionado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essas atividades juntando mulheres motivadas em discutir a condição feminina na sociedade, à luz das propostas do “novo” movimento feminista que, neste momento, avançava na Europa e nos Estados Unidos. Costa e Sardenberg<sup>198</sup> descrevem que um clima de eventual distensão política do regime militar juntamente com o patrocínio da ONU possibilitou às mulheres organizarem-se publicamente pela primeira vez desde os movimentos dos anos 1967-1968. Figueiredo<sup>199</sup> afirma que o Ano Internacional da Mulher, possibilitou o surgimento de novos grupos de mulheres em todo o país, foram grupos de estudos e de reflexão e outros de reflexão e ação. Em 1975 foi criado o jornal *Brasil Mulher*, em Londrina, no estado do Paraná, vinculado ao Movimento Feminino pela Anistia e difundido por ex-presas políticas. No início de 1976, um grupo de mulheres universitárias e antigas militantes do movimento estudantil começam a publicar o jornal *Nós Mulheres*, sendo desde o seu primeiro número auto-identificado como feminista. *O Brasil Mulher*, ainda neste ano, também se posicionava abertamente como um jornal feminista. A partir de 1978, estes dois jornais se transformaram nos principais porta-vozes do movimento feminista brasileiro.

No início dos anos 1980, ao mesmo tempo em que ganhava peso no país uma consciência mais ampla da discriminação das mulheres, começam a surgir divergências expressas na relação do movimento de mulheres com a luta política do final da ditadura e nos projetos de construção do movimento. Como analisam Costa e Sardenberg<sup>200</sup>, foram organizados encontros de mulheres e congressos para discutir elementos de sua opressão específica, possibilitando um aumento do número de organizações de mulheres vinculadas ao movimento popular. Novos dilemas foram apresentados ao movimento feminista, pois o crescimento do movimento fez do eleitorado feminino um objeto do interesse partidário e de seus candidatos, que passaram a introduzir as reivindicações das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais, criando Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias.

---

<sup>198</sup> COSTA; SARDENBERG, 2008.

<sup>199</sup> FIGUEIREDO, Mariza. A evolução do feminismo no Brasil. In: *O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas y perspectivas*. Salvador: NEIM/UFBA, 1988.

<sup>200</sup> COSTA; SARDENBERG, 2008.

Até o principal partido da direita na época, o Partido Democrático Social (PDS), criou seu Comitê Feminino e, a eleição de partidos políticos de oposição para alguns governos estaduais e municipais, impeliu as feministas a reavaliarem sua posição perante o Estado. Como afirma Lobo<sup>201</sup>

A reorganização partidária começou a descaracterizar as práticas autônomas dos movimentos, os grupos se dividiram e se desmancharam. Na divisão muitas feministas se concentraram nos partidos, outras permaneceram somente no movimento. Os discursos feministas invadiram os discursos partidários, mas as práticas autônomas se reduziram.

No entanto, a partir do avanço das posições do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no processo de transição, após as eleições de 1982, é possível perceber a elaboração de uma política mais coerente no sentido de fazer modificações na situação da mulher, e que passam a ser alvo de atenção na política burguesa como um setor social específico. Como descrevem Costa e Sardenberg<sup>202</sup>, várias foram as razões que levaram o Estado a desenvolver, em relação à mulher, elementos de modernização de sua forma de dominação, procurando cooptar diferentes setores do movimento social e assimilar em suas iniciativas parte das reivindicações levantadas por esses movimentos. O movimento feminista neste período, ocorrido no Brasil e em outros países da América Latina, reconheceu a competência do Estado moderno em influenciar a sociedade, não só de modo opressor, mas também mediante leis, políticas sociais e econômicas, de ações de bem-estar, de instrumentos disciplinares da cultura e comunicação públicas. O Estado poderia ser um adepto indispensável na transformação da condição feminina.<sup>203</sup>

No decorrer do período da Assembleia Nacional Constituinte, 1987-1988, juntamente com o movimento feminista autônomo e distintas organizações do movimento de mulheres de todo o país, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher dirigiu a campanha nacional “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, com o propósito de vincular à Constituição que estava sendo elaborada as reivindicações das mulheres. Ocorreram eventos em todo o país e, *a posteriori*, as proposições regionais foram estruturadas em um encontro nacional com a presença de duas mil mulheres. Essas demandas foram mostradas à sociedade civil e aos constituintes, através da Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte. A partir

---

<sup>201</sup> LOBO, Elizabete Souza. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. Porto Alegre, *Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, 1987.p. 50.

LOBO, 1987, p. 50

<sup>202</sup> COSTA; SARDENBERG, 2008.

<sup>203</sup> MOLYNEUX, 2003.

desses eventos, as mulheres ocuparam o Congresso Nacional, e eram mulheres brancas, negras, índias, mestiças, intelectuais, operárias, professoras, artistas, camponesas, empregadas domésticas, patroas, todas juntas na proteção da elaboração de uma legislação mais igualitária. Pinto<sup>204</sup> expressa muito bem esse quadro ao afirmar que

A presença constante das feministas no cenário da Constituinte e a consequente ‘conversão’ da bancada feminina apontam para formas de participação distintas da exercida pelo voto, formas estas que não podem ser ignoradas e que talvez constituam a forma mais acessível de participação política das feministas. Este tipo de ação política, própria dos movimentos sociais, não passa pela representação. Constitui-se em pressão organizada, tem tido retornos significativos em momentos de mobilização e pode ser entendida como uma resposta à falência do sistema partidário como espaço de participação.

A década de 1980 foi o momento de maior engajamento das mulheres na militância pela garantia de seus direitos, em função da redemocratização do regime político no país. Inúmeros grupos e coletivos juntaram-se à causa das mulheres, trazendo, dentre outras, novas pautas como violência, igualdade no casamento, direito a terra e orientação sexual. Os espaços públicos foram tomados pelos anseios femininos. Como resultado da mobilização dos grupos de mulheres, a Constituição de 1988 assegurou um conjunto de direitos, sendo os mais significativos a existência do Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) no Ministério da Saúde, a criação de delegacias da mulher e os conselhos estaduais e municipais. A presença de militantes do movimento feminista durante os trabalhos constituintes e a capacidade que as mulheres tiveram de fazer pressão, vencer resistências e fazer que fossem incorporadas suas demandas no texto da Carta Constitucional, aponta para um fenômeno que não pode ser desprezado. Trata-se de formas alternativas de participação política que não passam pela representação. Atuar politicamente por meio de pressão organizada, capaz inclusive de ser propositiva, foi uma das principais marcas do movimento feminista brasileiro da década de 1980.<sup>205</sup>

A aprovação da Constituição Federal de 1988, com muitos direitos garantidos à mulher, foi a maior vitória do movimento feminista no Brasil, no entanto, os direitos assegurados pela Carta Magna e a grande mobilização de mulheres no final da década de 1980 não foram capazes, de motivar a participação feminina nas várias posições parlamentares. A chegada da década de 1990 se apresentou em uma situação de vulnerabilidade dos organismos

---

<sup>204</sup> PINTO, Celi Jardim. Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani.; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 195-230. p. 265

<sup>205</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

de governo para mulheres, paralisados pelo clima conservador predominante no Estado e o descrédito no movimento autônomo. Os conselhos existentes funcionavam em situações escassas, isolados do movimento e desprestigiados na esfera governamental. Não obstante, é importante reconhecer que das primeiras manifestações feministas, ao fim do século XX o movimento de mulheres cresce, obrigando a sociedade brasileira reconhecer as especificidades da condição feminina e das desigualdades sociais de sexo, legitimando, gradativamente as lutas, as propostas e as conquistas. Apesar de o feminismo do início da década de 1990 dispor de uma feição menos visível para a sociedade, vai se mostrar mais atuante ao ter incorporado ao cotidiano das mulheres e famílias brasileiras,

[...]questões inicialmente levantadas por feministas, como a questão dos direitos da mulher, da sexualidade feminina, da violência sexual ou mesmo da ainda polêmica questão do aborto, que antes provocavam fortes reações contrárias, se não verdadeiros escândalos, hoje já são tratadas abertamente em público, sem causarem grandes constrangimentos. Entram nas salas de visita das “melhores famílias” e nas salas de aulas dos colégios “mais tradicionais”. Em algumas instâncias, foram incorporadas aos programas e plataformas de partidos políticos, figurando inclusive nos discursos e campanhas televisivas dos recentemente presidenciais. Sem esquecer o fato constatado de que muitas das bandeiras feministas já se transformaram em direitos constitucionais extensivos a todas as brasileiras.<sup>206</sup>

A trajetória do movimento feminista brasileiro trata-se de uma história permeada por disputas, conflitos e tendências ideológicas que dificultam a observação do movimento como algo homogêneo e unificado. Afinal, as motivações e os objetivos dos grupos feministas que surgiram no país diferem nas suas percepções do feminismo e na articulação com questões específicas das mulheres. No entanto, como aponta Mouffe<sup>207</sup>, essa experiência de mais de um século de lutas por uma legislação igualitária e a consciência de que a igualdade jurídica por si só não conduz a uma real transformação na condição feminina e, muito menos, nas relações patriarcais dominantes na sociedade, serviu como combustível ao movimento feminista no direcionamento de suas lutas para o estabelecimento de políticas públicas e planos de ações específicos voltados para a melhoria da condição de vida das mulheres e a construção de uma igualdade que leve em consideração as diferenças de gênero e, principalmente o engajamento de mulheres na política brasileira.

---

<sup>206</sup> COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 45.

<sup>207</sup> MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva, 1996.

## CAPÍTULO 3

### 3. Trajetória da representatividade feminina no poder legislativo.

O movimento feminista ocorrido no Brasil ao longo do século XX veio contribuir para a visibilidade das mulheres na luta por um espaço de igualdade de direitos e foi através dessa busca incessante que surgiram as políticas em defesa e sustentação das mulheres. A partir da década de 80 do século XX, o Brasil passa por um marco importante em sua História Política que foi caracterizado por inúmeras manifestações sociais reivindicando participação política e o fim do regime militar, como, por exemplo, o Movimento pelas *Diretas Já*. A promulgação da Constituição Federal do Brasil, de 1988, é um grande símbolo da luta por esta igualdade, pois acarretou em novas buscas pela identidade feminina e compreende a determinação de que todas as pessoas são iguais perante a lei, o que conduz ao entendimento de que a mulher possui os mesmos direitos do homem e, deste modo, a participação feminina na sociedade brasileira visa ultrapassar o que um dia lhes foi negado, principalmente quando se refere ao poder legislativo.

Em contraste com toda a efervescência política presente nesse período, pouquíssimas mulheres foram escolhidas através do voto para a representatividade e o exercício do poder legislativo nos diversos estados que compunham o país. Pateman<sup>208</sup> afirma que no decorrer do último século as mulheres obtiveram avanços com relação a sua posição social, econômica e política, mas ainda vivem em uma situação passível de questionamentos em relação ao pleno exercício de seus direitos. Apesar de o sufrágio ter sido instituído em muitos países, a autora questiona se de fato em todos esses países é possível que homens e mulheres igualmente façam uso do poder de voto. No entanto, Avelar<sup>209</sup> destaca que, graças às mudanças sociais, culturais e políticas que ocorreram na sociedade brasileira, foi possível chegar ao atual cenário de inserção das mulheres na representação política. As rupturas com os padrões familiares patriarcais, o surgimento de novas estruturas de família e as novas formas de trabalho impactaram diretamente sobre o papel que a mulher tem assumido ao fim do século

---

<sup>208</sup> PATEMAN, Carole. Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos. Tradução de Tereza Tavares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 89, p. 29-49. Disponível em: <https://rccs.revues.org/3666>. Acesso em 02 de nov. 2018.

<sup>209</sup> AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. Fundação Konrad Adenauer, Editora da Unesp, São Paulo, 2001.

XX e início do século XXI. Toda esta alteração social, cultural e política resultou no fortalecimento de uma consciência feminista que busca romper com a dominação masculina.

São inegáveis as conquistas alcançadas pelas mulheres na esfera política ao longo dos últimos anos e o senso de 2010, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>210</sup>, destaca que as mulheres são maioria em relação aos homens entre os cerca de 190 milhões de brasileiros. Apesar destes indicadores, existe uma baixa representação feminina na política brasileira quando comparado aos números de homens eleitos. É importante destacar que o desenvolvimento da vida política no Brasil toma corpo e se consolida dentro dos espaços considerados efetivamente masculinos. O sistema político não associa os direitos humanos aos direitos das mulheres, na maioria das vezes a mulher foi e continua sendo vítima de uma segregação em virtude de um comportamento machista, excludente e, por conseguinte violento. Rangel<sup>211</sup> avalia tal segregação afirmando que,

Embora constitua um grave problema em regimes representativos, e seja apontado como um sintoma de *déficit* democrático, o alijamento das mulheres dos espaços de poder e decisão tem sido visto como uma bandeira menor e uma questão pontual, sobretudo por parte dos indivíduos investidos em cargos políticos – homens, brancos, heterossexuais, cristãos e proprietários, em sua maioria esmagadora.

Por esse motivo, é possível afirmar que a falta de representatividade das mulheres na política e nos espaços decisivos da sociedade contribuiu para que não tenham existido maiores avanços nas pautas defendidas pelos movimentos feministas. O sistema político brasileiro se caracteriza por criar um estado de exclusão e discriminação social, pautado na ideia de superioridade masculina. Em sintonia com essa caracterização, Pinto<sup>212</sup> afirma que houve inúmeras transformações importantes no Brasil no que diz respeito à relação das mulheres com o mundo público, entretanto, a presença das mulheres em cargo eletivo encontra-se em situação muito insatisfatória e longe de um quadro de igualdade de participação entre os gêneros, explicitando assim uma participação política feminina aquém de um ideal. Corroborando com esta ideia, Phillips<sup>213</sup> afirma que esta ausência feminina das estruturas de poder no país reflete em sua dificuldade de se constituir enquanto sujeito político demandante, pois os interesses de um grupo são mais protegidos quando representados por quem compartilha das mesmas experiências. A desigualdade de gênero que ocorre na sociedade

---

<sup>210</sup> IBGE. *Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Série estudos e pesquisas*, nº 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

<sup>211</sup> RANGEL, 2014, p. 6

<sup>212</sup> PINTO, 2001.

<sup>213</sup> PHILLIPS, Anne. De uma Política de Ideias a uma Política de Presença? *Estudos Feministas*, vol. 9, n. 1. Florianópolis, 2001, pp. 268-290.

brasileira ao longo de sua história política se configurou como um processo que situou a mulher num patamar de inferioridade ao homem. Trata-se de uma situação que agrava a condição feminina de competir em todos os setores da vivência humana, como, por exemplo, no trabalho na qual muitas vezes a sua remuneração é inferior à do homem, mesmo estando nas mesmas condições de qualificação.

As diferenças entre homens e mulheres, na análise de Bourdieu<sup>214</sup>, são existentes em diferentes campos, se apresentam como esquemas de pensamento de aplicação universal e se registram como diferenças de natureza, inscritas na objetividade. As diferenças biológicas são transferidas para o campo social, sendo então naturalizadas e percebidas como normal e inevitável e assim legitimadas. Há, portanto, uma naturalização da construção social que legitima a histórica diferença e inferioridade da mulher perante o homem. Pesquisas e dados referentes à participação da mulher na política brasileira mostram que as mulheres continuam a ser sub-representadas nos parlamentos e órgãos legislativos, representando uma desigualdade no campo político que também é reflexo de uma desigualdade no campo social e econômico. Matos<sup>215</sup> analisa que as democracias ocidentais definiram espaços e conquistas de direitos de modo completamente diferenciado para homens e mulheres, instaurando e perpetuando profundas desigualdades políticas. Nesse aspecto, como analisa Bourdieu<sup>216</sup>, há um constante conflito entre a preocupação com o âmbito profissional e o âmbito doméstico, considerando que este tem sido socialmente construído como o espaço da mulher. Para este autor,

(...) as mulheres que atingiram os mais altos cargos (chefe, diretora em um ministério etc.) têm que ‘pagar’, de certo modo, por este sucesso profissional com um menor sucesso na ordem doméstica (divórcio, casamento tardio, celibato, dificuldades ou fracassos com os filhos etc.); ou, ao contrário, que o sucesso na empresa doméstica tem muitas vezes por contrapartida uma renúncia parcial ou total a maior sucesso profissional.<sup>217</sup>

Em consonância com esse pensamento, Martello<sup>218</sup> afirma que o contrato de predomínio dos homens em relação às mulheres, tem como implicação a configuração do espaço público enquanto refúgio masculino e reclusão das mulheres ao ambiente privado, que relacionado à maternidade e emoção, é classificado como um espaço reduzido à propagação

---

<sup>214</sup> BOURDIEU, 2011.

<sup>215</sup> MATOS, Marlise. Movimento e Teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

<sup>216</sup> BOURDIEU, 2011.

<sup>217</sup> BOURDIEU, 2011, p. 126.

<sup>218</sup> MARTELLO, 2012.

da vida, por isso um espaço não político. Essas vinculações são naturalizadas pelo meio de atribuição de características de personalidade que pressupostamente fundamentaria a adaptação desses sujeitos aos espaços que lhes foram conferidos.

No que se refere ao Brasil, de acordo com dados levantados pela União Interparlamentar<sup>219</sup> (UIP, 2012), através do Programa para Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD, 2011), o país encontra-se em uma posição crítica, quando se atribui à equidade entre homens e mulheres e à representação da mulher nos parlamentos. Os dados apresentados por tais instituições demonstram que, não obstante significativos avanços obtidos pelas mulheres, desde a conquista do direito ao voto, em 1932, há ainda um longo caminho a ser percorrido para alcançar uma efetiva igualdade de direitos e de representação política por parte das mulheres.

**Tabela 1:** Percentual de mulheres nas câmaras de diversos países.



Fonte: União Inter-Parlamentar

**Fonte:** União Inter-Parlamentar.

<sup>219</sup> UNIÃO INTERPARLAMENTAR. Posição dos países quanto à participação da mulher nas casas legislativas. 2012. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>. Acessado em 23/11/2017.

Para favorecer a compreensão da trajetória feminina na política brasileira faz-se necessário analisar que nos últimos tempos a mulher tem procurado seu espaço na política, demonstrando a escolha de participar dos poderes legislativos, como também do executivo mediante ao voto eleitoral. Apesar de os números serem ainda pouco expressivos, desde o início do século XX as mulheres brasileiras almejavam fazer parte dos poderes legislativos e executivo no país, conforme se pode observar na Tabela 2.

**Tabela 2:** Evolução das mulheres na vida política brasileira

<b>Ano/Personagem</b>	<b>Fato</b>
1910 - Deolinda Dalho, Feminista, professora e indianista.	Fundou o Partido Feminino Republicano – PFR;
1917 - Deolinda Dalho	Promoveu uma passeata com quase 100 mulheres pelo direito ao voto;
1918 - Berta Lutz, Ativista e bióloga brasileira.	Foi a segunda parlamentar eleita. Com um grupo de mulheres criou no Rio de Janeiro a organização chamada Liga para Emancipação Intelectual da Mulher;
1919 – participantes - Berta Lutz e Olga de Paiva Meira, Ativista feminista e escritora	Realização da Primeira Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho;
1922 - Berta Lutz	Organizou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino;
1929 - Alzira Soriano de Souza	1ª prefeita eleita no Brasil, Rio Grande do Norte, cidade de Lages;
1932 - Decreto n. 21.076 do Presidente Getúlio Vargas	Normatização das eleições no Brasil regulamentando o alistamento e o processo eleitoral no país;
1933 - Carlota de Queirós	Eleita a primeira deputada federal do País;
1934 - Carlota Pereira de Queirós, médica, pedagoga e política brasileira.	Direito incorporado à primeira Constituição, em 1934, com ajuda de Carlota Pereira de Queirós, primeira constituinte brasileira;
1934- Antonieta de Barros, professora.	Eleita para a Assembleia de Santa Catarina. Ela foi a primeira parlamentar negra da História do Brasil;
1975 -	I Conferencia Mundial da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU;
1975 -	Comemora-se o Ano Internacional da Mulher em todo o mundo;
1975 -	Ocorre a fundação do Centro da Mulher Brasileira;
1979 - Euníce Michiles	Tornou-se a primeira senadora do Brasil;
<b>1982 - <u>Myrthes Bevilacqua</u></b>	<b>Primeira mulher capixaba eleita para o cargo de Deputada Federal com 46.604 votos;</b>
Entre 24 de ago.1982 e 15 de	Brasil teve a primeira mulher ministra. Foi ocupando a pasta da Educação e

mar. de 1985 - Esther de Figueiredo Ferraz	Cultura;
1985 -	Ocorre a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
1989 -	Ocorre a primeira candidatura de uma mulher para a presidência da República. A candidata era Maria Pio de Abreu, do PN (Partido Nacional);
1994 - Roseana Sarney	Primeira mulher escolhida pelo voto popular para chefiar um estado, o Maranhão;
1995 - lei 9.100/95	Previa que cada partido ou coligação deveria reservar uma cota mínima de 20% das vagas para a candidatura de mulheres;
1997 - lei 9.504/97	Que em seu art. 10, § 3º passou a obrigar que cada partido ou coligação reservasse o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo a cargos legislativos, a fim de aumentar a presença feminina no cenário político brasileiro;
<b><u>1999 - Luzia Alves Toledo</u></b>	<b>Primeira mulher capixaba a tomar posse no Senado Federal como suplente de José Ignácio Ferreira eleito governador do estado do Espírito Santo em 1998;</b>
2002 -	Criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher;
2003 -	Transformada em Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM);
2011 - Dilma Rousseff	Primeira mulher presidente do Brasil;
2011 - (Rose de Freitas, do Espírito Santo) e do Senado (Marta Suplicy, de São Paulo).	No Parlamento, foram eleitas as primeiras vice-presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado;

**Fonte:** Adaptado de Coimbra (2011) e Santos (2012).

Como afirma Sow<sup>220</sup>, apesar dos números ainda pouco expressivos, a Constituição Federal de 1988 assegurou vários mecanismos de defesa dos direitos da mulher para que ela pudesse alcançar com dignidade o exercício da cidadania. Todavia, Paiva<sup>221</sup> analisa que a presença das mulheres na Câmara de Deputados iniciou uma trajetória ascendente, tanto em relação ao número de candidatas quando de parlamentares eleitas a partir dos anos oitenta, é nítido que a estabilidade tem sido a tendência no número de cadeiras conquistadas. Essa estabilidade se encontra em um patamar que mantém a grande desigualdade em termos de gênero, uma vez que a bancada feminina tem se mantido em cerca 8% desde o início da 52ª Legislatura (2003-2007). O que fica evidente é que apesar da ampliação considerável das

<sup>220</sup> SOW, Marilene Mendes. A participação feminina na construção de um parlamento democrático. *E-legis*, v. 5, n. 2, p. 79-94, 2010.

<sup>221</sup> PAIVA, Denise; Henrique, Ana Lúcia; SILVA, Gabriela Peixoto Oliveira. Atuação das mulheres no Poder Legislativo Federal e Estadual e no Brasil: ainda muito distante da paridade de gênero. *Cadernos ADENAUER* (São Paulo), v. 3, p. 167-182, 2013.

candidaturas femininas este fato não implicou em um aumento correspondente do número de eleitas, como se evidencia na Tabela 3:

**Tabela 3:** Total de Mulheres Candidatas e Eleitas para a Câmara de Deputados 1934-2010

Legislatura	Número de Candidatas	Total de Eleitas
36ª Legislatura	1	1
37ª Legislatura	-	2
38ª Legislatura	18	0
39ª Legislatura	9	1
40ª Legislatura	13	3
41ª Legislatura	8	2
42ª Legislatura	9	2
43ª Legislatura	13	6
44ª Legislatura	4	1
45ª Legislatura	4	1
46ª Legislatura	-	4
47ª Legislatura	58	8
48ª Legislatura	166	26
49ª Legislatura	-	29
50ª Legislatura	189	32
51ª Legislatura	352	29
52ª Legislatura	490	42
53ª Legislatura	737	45
54ª Legislatura	1268	45
55ª Legislatura	2603	77

**Fonte:** Adaptado de TSE, CFEMEA, Backes, 2011.

\*Não foi possível a informação sobre o número de candidatas para a 49ª legislatura;

\*\* Não foi possível a informação sobre o número de candidatos e eleitos para as legislaturas descritas;

O baixo número de mulheres na política representativa brasileira encontra-se ainda fortemente influenciado pela situação de dominação masculina. Como descreve Bourdieu<sup>222</sup>, a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificativa, configurando-se, portanto, em uma visão androcêntrica que se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la e, embora seja verdade que se encontram mulheres em todas as esferas do espaço social, político e econômico, suas oportunidades de acesso e seus índices de representação diminuem à medida que se atingem posições mais elevadas. Essa dominação masculina do campo político gera a permanência de diversas barreiras de nível sociológico e político, o que dificulta a inserção e manutenção da mulher na política brasileira. Ainda sobre a ausência feminina na política brasileira, Matos<sup>223</sup> mostra que,

<sup>222</sup> BOURDIEU, 2011.

<sup>223</sup> MATOS, 2010, p. 33

Ao longo de 73 anos (1936-2009)<sup>224</sup> a representação feminina passou de 1% para 9%: com todas as intensas e duradouras transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas no Brasil, ao longo deste mesmo período, é extremamente desproporcional a participação político-institucional das mulheres, contrastando, inclusive, com a sua significativa presença em outras áreas. As mulheres são hoje, no Brasil, 51,3% da população brasileira, totalizam 42,7% da população economicamente ativa, e 26,8% são “pessoas de referência” dos domicílios brasileiros, e 51,2% do eleitorado nacional (TSE, 2000). Por que, então, a presença das mulheres nos poderes decisórios tem avançado tão lentamente? Qual é o impacto disso para a o exercício de cidadania das mulheres brasileiras? Estas são perguntas que precisamos nos fazer.

Diante desses questionamentos sugere-se a necessidade de se ampliar a participação da mulher na política brasileira, pois, além de corrigir uma discriminação histórica se pode assim consolidar e aperfeiçoar a democracia brasileira, permitindo o direito legítimo de se candidatar e atuar em um cenário de forma mais equânime, já a partir dos estados da federação.

### **3.1. Política e Trabalho**

A redemocratização do Brasil ganhou maiores evidências a partir da década de 80 do século XX, com diversas ações tanto políticas como sociais que mostravam a derrocada do regime militar permitindo, por exemplo, a participação de novos partidos no processo eleitoral que ocorreria em 1982. Para Oliveira e Pereira<sup>225</sup> no Espírito Santo, o quadro político-partidário que prosperou naquele contexto foi reflexo do que ocorreu no cenário nacional, uma vez que as principais agremiações políticas também se fizeram representar em solo espírito-santense. O contexto político capixaba era dominado por dois grandes temas, o primeiro relacionado ao processo de redemocratização do Brasil e o segundo estava relacionado ao quadro de deterioração econômica no qual o Estado encontrava-se envolto. A criação de novos partidos políticos possibilitada pela reforma partidária, o que para Oliveira e Pereira<sup>226</sup>, iniciava um grande movimento de diversos partidos no sentido de organização visando a eleição que ocorreria em 1982. Os partidos como Partido Democrático Social, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Democrático Trabalhista e Partido dos Trabalhadores buscavam a definição dos candidatos que iriam concorrer às eleições para o poder executivo do Estado. Neste cenário despontaram, dentre outros sujeitos políticos,

---

<sup>224</sup> O Brasil conquistou o sufrágio feminino em 1932, mas foi apenas em 1936 que a primeira mulher parlamentar foi eleita. Trata-se de Carlota Pereira de Queirós.

<sup>225</sup> OLIVEIRA, Ueber José de; PEREIRA, Valter Pires. Eleições no Espírito Santo: da hegemonia do PMDB à fragmentação partidária (1982/1992). *Revista Ágora* (Vitória), v. 7, p. 1-32, 2008.

<sup>226</sup> OLIVEIRA; PEREIRA, 2008, p. 03.

Gerson Camata, Theodorico Ferraço, Élcio Alvares, Eurico Rezende, com o interesse na coordenação dos rumos políticos do Estado. A disputa para o governo do Espírito Santo trouxe Gerson Camata (PMDB) como o grande vencedor, com 60,3% dos votos válidos, seguido de Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen (PDS), que teve 38% dos votos válidos, Perly Cipriano (PT), que alcançou 1,4% dos votos válidos, e o candidato do PDT Oswaldo Mármore, com apenas 0,2% dos votos, como segue demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 4:** Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo - 1982.

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>% Votos</b>	<b>Válidos (%)</b>
<b>Gerson Camata</b>	<b>PMDB</b>	<b>448.164</b>	<b>54,30</b>	<b>60,34</b>
Carlito Von Schilgem	PDS	282.189	34,19	38,02
Perly Cipriano	PT	10.482	1,27	1,41
Oswaldo Mármore	PDT	1.239	0,15	0,17
Votos Brancos	–	63.785	7,73	–
Votos Nulos	–	19.523	2,37	–
Total de Votos Válidos	–	742,074	–	100
Total de votos apurados	–	825.392	100	–

**Fonte:** TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo).

O Estado do Espírito Santo não teve nenhuma mulher candidata ao cargo maior do poder executivo até as eleições de 1994, quando Rose de Freitas disputou as eleições pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), alcançando 12,94% dos votos válidos. Este padrão com eleição de candidatos homens ao cargo do poder executivo no Estado também foi mantido nas eleições da década de 90 do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, sendo que nenhuma mulher foi eleita ao cargo de Governador do Espírito Santo. Das eleições<sup>227</sup> ocorridas entre 1986 até o ano de 2014, para o Senado Federal, apenas Luzia Alves Toledo, que concorreu pelo PSDB, ocupou o cargo como suplente, assumindo no ano de 1999, e permanecendo até o ano de 2000. Também Rose de Freitas que foi eleita pelo PMDB, em 2014, para exercer o mandato no período de 2015 a 2023.

No que se refere à representatividade das mulheres no poder legislativo do Espírito Santo e no Congresso Nacional, é possível descrever quais foram as mulheres que conquistaram esses espaços através dos votos, como se pode verificar na tabela abaixo.

<sup>227</sup> Dados disponíveis em: <http://www.tre-es.jus.br/> período 1986 a 2018.

**Tabela 5:** Mulheres eleitas para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo e para o Congresso Nacional 1982 – 2018.

ANO	DEPUTADAS ELEITAS	DEPUTADAS ELEITAS
	Assembleia Legislativa do Espírito Santo	Congresso Nacional
<b>1982</b>	Rose de Freitas – PMDB	<b>Myrthes Bevilacqua Corradi – PMDB</b>
<b>1986</b>	Nenhuma mulher eleita	Rose de Freitas – PMDB
<b>1990</b>	Maria da Penha Feu Rosa – PTB Brice Bragato – PT	Rose de Freitas – PSDB Rita Camata – PMDB Etevalda Grassi de Menezes – PMDB
<b>1994</b>	Brice Bragato – PT Fátima Couzi – PSDB	Rita Camata – PMDB
<b>1998</b>	Fátima Couzi – PSDB	Rita Camata – PMDB
<b>2002</b>	Sueli Vidigal – PDT Fátima Couzi – PPB Maria José Vellozo Lucas – PSDB Brice Bragato – PT Janete de Sá – PSB	Iriny Lopes – PT Rose de Freitas – PSDB
<b>2006</b>	<b>Luzia Alves Toledo</b> <sup>228</sup> – PTB Janete de Sá – PSB Maria Aparecida Denadai – PDT	Sueli Vidigal – PDT Rita Camata – PMDB Rose de Freitas – PMDB Iriny Lopes – PT
<b>2010</b>	<b>Luzia Alves Toledo – PMDB</b> Lúcia Dornellas – PT	Sueli Vidigal – PDT Rose de Freitas – PMDB Iriny Lopes – PT Lauriete – PSC
<b>2014</b>	<b>Luzia Alves Toledo – PMDB</b> Janete de Sá – PMN Raquel Lessa – PSD Eliana Dadalto – PTC	<b>Nenhuma mulher eleita</b>
<b>2018</b>	Janete de Sá – PMN Iriny Lopes – PT Raquel Lessa – PROS	Norma Ayub <sup>229</sup> - DEM Drª Soraya Manato – PSL Lauriete – PR

**Fonte:** Adaptado de TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Ao observarmos o total de mulheres que conquistaram um espaço no poder legislativo nas esferas estadual e nacional, fica bem evidente a ocorrência de um desequilíbrio na representatividade feminina na política legislativa. A desproporção torna-se mais perceptível

<sup>228</sup> Luzia Alves Toledo tomou posse em 2004 como suplente de Gilson Amaro, que assumiu a prefeitura do município de Santa Tereza – ES.

<sup>229</sup> Com a eleição do deputado Max Filho (PSDB) para a prefeitura de Vila Velha em 2016, Norma Ayub assumiu o cargo em 02/01/2017 para cumprir o restante do mandato até janeiro de 2019.

especialmente no total de mulheres ocupantes ao cargo na Assembleia Legislativa do Espírito Santo como segue demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 6:** Total de cadeiras e percentual de mulheres eleitas para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo e para o Congresso Nacional 1982\* – 2018.

ANO	CADEIRAS	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO	%	CADEIRAS	CONGRESSO NACIONAL	%
1982	27	01	3,7%	09	01	11,1%
1986	30	-	0%	10	01	10%
1990	30	02	6,7%	10	03	30%
1994	30	02	6,7%	10	01	10%
1998	30	01	3,4%	10	01	10%
2002	30	05	16,7%	10	02	20%
2006	30	03	10%	10	04	40%
2010	30	02	6,7%	10	04	40%
2014	30	04	13,4%	10	-	0%
2018	30	03	10%	10	03	30%

**Fonte:** Adaptado de TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

\* Nas legislaturas de 1982 os números de vagas disponibilizadas para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo foi de 27 cadeiras e para o Congresso Nacional 09 cadeiras. Nas legislaturas subsequentes foram disponibilizadas 30 cadeiras para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo e 10 para o Congresso Nacional.

No que se refere ao poder legislativo espírito-santense é possível perceber uma grande oscilação no número da participação feminina, que se encontra bem abaixo quando comparada a atuação masculina. Nessa linha de análise Matos<sup>230</sup>, apresenta algumas reflexões que evidenciam a realidade da (sub) representação feminina parlamentar em todo o mundo, destacando o caso do Brasil que, em 2009, encontrava-se entre os trinta últimos países, segundo dados da União Interparlamentar (IPU, 2009), fato ainda atual. Esta evidência da pouca participação política feminina se apresenta de forma micro no Estado do Espírito Santo o que, conseqüentemente, se constitui em um grande desafio ao projeto democrático no que diz respeito à equidade de gênero. A pouca representatividade da atuação política feminina, é alimentada por diversos fatores que, em grande parte, estão ligados aos processos de socialização de homens e mulheres, sobretudo na modernidade ocidental. De acordo com Miguel<sup>231</sup>,

A posição da mulher numa sociedade patriarcal não é apenas diferente da posição do homem. Ela carrega os signos da subalternidade. A mulher possui menos acesso às posições de poder, menos controle dos bens materiais. Está mais sujeita à violência e

<sup>230</sup> MATOS, 2010.

<sup>231</sup> MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: A presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 25-49, jun. 2010.p. 44.

à humilhação. O feminino transita socialmente como a marca do inferior, do frágil, do irracional. É o outro do universal masculino.

A diferenciação entre o que é atribuição do feminino e o que é do masculino está muito presente na sociedade brasileira e, conseqüentemente, na sociedade capixaba. Um exemplo desta diferenciação seria a questão da liderança, para um, e das tarefas domésticas, para outro. De acordo com Avelar<sup>232</sup>, outro aspecto relevante diz respeito a situação conjugal e maternal fazendo com que a mulher tenha menos tempo do que o homem para se dedicar à carreira e, no caso específico, à política, tomando como prioridades aquelas que lhe são socialmente atribuídas, como a formação do lar e a maternidade. Corroborando esse pensamento, Miguel<sup>233</sup> destaca que a ausência das mulheres na representação política favorece a perpetuação das condições de seu próprio afastamento reafirmando a esfera pública, e a política, como território masculino. É importante também enfatizar, neste processo de frágil atuação feminina na política capixaba, a falta de condições estruturais que distanciam as mulheres das posições de poder. As mulheres ainda são socializadas sob valores diferentes, tendo como aspecto central o lado emocional que é importante para relações familiares, mas pouco valorizado nas relações estabelecidas na esfera pública, na qual o comportamento masculino é dominante.

A pouca representatividade da atuação de mulheres na política espírito-santense, não será a característica principal para os variados campos de atuação no mundo do trabalho dentro da sociedade capixaba. Nader<sup>234</sup> descreve que as mulheres tornaram-se mais visíveis nos espaços de trabalho, de consumo e também de lazer, e adotaram novos comportamentos sociais que vão contribuir para a construção de uma nova mulher, mais moderna e bem informada. A partir dos anos 80 do século XX, o mercado capixaba se firmou como um grande parceiro da emancipação da mulher vitoriense, outras profissões foram sobressaindo em detrimento da profissão doméstica. Nessas novas profissões, a participação feminina se fará presente em trabalhos na esfera burocrática e ocorre também um aumento do trabalho feminino entre os profissionais liberais. Nader<sup>235</sup> descreve que o setor de indústria e da construção civil abriu centenas de vagas para a mão de obra feminina a partir dos anos de 1980, tornando o trabalho feminino fora do âmbito doméstico um sinal concreto da sua emancipação. No período de 1990 a 2000, o trabalho doméstico tornou-se, então, obsoleto, na

---

<sup>232</sup> AVELAR, 2001.

<sup>233</sup> MIGUEL, 2010.

<sup>234</sup> NADER, 2013.

<sup>235</sup> NADER, 2013.

vida feminina capixaba. Essa mudança no entendimento de trabalho para as mulheres trouxe a compreensão de que o conceito de trabalho feminino, definido socialmente como um trabalho manual, frágil, no qual para seu desempenho não se exige raciocínio, perdeu seu status social e torna-se algo indesejado para as mulheres. Diversos campos de trabalho passam a ser ocupados pela mão de obra feminina. Nader<sup>236</sup> afirma que,

Nos anos de 1990, o processo de feminização do mercado capixaba entrou em franca ascensão. Assim como nos serviços de administração empresarial, de contabilidade, de comunicação, de tecnologia, de informática e de assistência social, as mulheres aumentaram sua participação em empresas que atuavam no ramo de turismo, de comércio exterior e de escolas de formação profissional – em níveis de graduação e pós-graduação. Nessa época, muitas mulheres competiram em condições de igualdade de conhecimentos com os homens e superaram as barreiras que insistiam em existir no mercado de trabalho, e chama atenção a tendência à ocupação feminina em cargos executivos, nas posições de comando das empresas, como presidente, gerente-geral ou função equivalente.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)<sup>237</sup> realizou um estudo denominado “A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho do Espírito Santo e Grande Vitória, entre as décadas de 1990 e 2000” apresentando um quadro geral da participação feminina no mercado de trabalho do Espírito Santo e da Região Metropolitana de Vitória no fim do século XX. Foi constatado que no estado capixaba, o segmento das ocupações exercido por mulheres teve um crescimento significativo, saindo de 42,3% para 42,9%, entre os anos 2003 e 2007, como podemos ver abaixo:

**Tabela 7** – Distribuição dos ocupados, segundo sexo – Brasil e Espírito Santo – 2003/2007.

Sexos	Brasil		Espírito Santo	
	2003	2007	2003	2007
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres	41,5	42,5	42,3	42,9
Homens	58,5	57,5	57,7	57,1

**Fonte:** Adaptado de PNAD/IBGE. Elaboração: DIEESE.

A qualificação profissional se tornou um aspecto essencial na vida das mulheres, pois na medida em que elas galgaram a escala produtiva, possibilitou que essas mulheres

<sup>236</sup> NADER, 2013, p.196.

<sup>237</sup> DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Observatório do Trabalho de Vitória: A Inserção da mulher no mercado de trabalho do Espírito Santo e Grande Vitória, entre as décadas de 1990 e 2000*, p. 7-17, 2009.

conquistassem maiores oportunidades de trabalho no mercado, o que ocasionou a aquisição de uma liberdade estrutural na sociedade, principalmente na sociedade familiar. Ainda, de acordo com Nader<sup>238</sup>, dois fatores socioculturais favoreceram a entrada e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, o primeiro foi o crescimento da escolaridade, que fortaleceu as credenciais femininas para a disputa do trabalho fora do domínio doméstico, e o segundo foi o reconhecimento do desempenho da atuação profissional feminina que, em virtude das transformações culturais no que se refere ao papel das mulheres na sociedade, impeliu para o mundo do trabalho até mesmo mulheres que possuíam diferentes opções em suas vidas.

O lento processo de mudança dos padrões culturais de gênero diminuiu as tradicionais barreiras com a entrada das mulheres no mercado de trabalho e, para Abramo<sup>239</sup>, esses fatores reduziram também a taxa de fecundidade e elevaram continuamente os níveis de escolaridade das mulheres nas últimas três décadas do século XX. Corroborando com esse pensamento, Nader<sup>240</sup> revela que o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo forçou o sistema educacional vigente incorporar um notável número de mulheres em cursos que antes eram presenciados quase que tão somente por homens, como, por exemplo, cursos de Medicina, Engenharia e Direito. A presença das mulheres fez-se bastante significativa, não somente nesses cursos, mas também em outros como Administração de Empresas, Engenharia Ambiental, Ciência da Computação, Turismo, Arquitetura, Bioquímica e Engenharia da Computação.

Esse movimento de transformações de ordem cultural e socioeconômico repercutiu diretamente em mudanças sobre o mercado de trabalho explicando o aumento da participação feminina e refletindo na maior inserção das mulheres neste mercado, que, segundo Fontoura e Gonzalez<sup>241</sup>, tratou-se de uma tendência estrutural, em que as principais explicações estão relacionadas à expansão do mundo do trabalho, às transformações culturais, à maior escolarização das mulheres e à redução da taxa de fecundidade. Um estudo feito pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)<sup>242</sup> apresentou a Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo, sendo importante destacar que no período de 2000 a 2010 a PIA (População em Idade

---

<sup>238</sup> NADER, 2013.

<sup>239</sup> ABRAMO, Laís Wendel. *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?* 2007. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 327p.

<sup>240</sup> NADER, 2013.

<sup>241</sup> FONTOURA, Natália de Oliveira; GONZALEZ, Roberto . *Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade?* IPEA, Nota Técnica n. 41, nov. 2009.

<sup>242</sup> IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo*. Vitória, ES, 2011. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/1737>> Acesso em 28 de Nov. 2017.

Ativa) de homens e mulheres apresentou crescimento semelhante ao longo da década (22,44% para homens e 23,70% para as mulheres), o comportamento da PEA (População Economicamente Ativa) se diferenciou. A população feminina disposta ao trabalho aumentou 32,99%, e a PEA masculina obteve elevação de 16,37%, inferior ao aumento da população em idade para o exercício do trabalho. Como podemos observar na Tabela 8:

**Tabela 8** – População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA) e taxa de atividade segundo situação do domicílio, gênero, faixa etária, Espírito Santo - 2000 e 2010.

Ano	PIA			PEA			Taxa de Atividade	
	2000	2010	Crescimento %	2000	2010	Crescimento %	2000	2010
Espírito Santo	2.145.705	2.640.950	23,08	1.454.277	1.789.924	23,08	67,78	67,78
Situação do Domicílio								
Urbano	1.720.396	2.210.511	28,49	1.158.582	1.490.255	28,63	67,34	67,42
Rural	425.309	430.439	1,21	295.695	299.669	1,34	69,52	69,62
Gênero								
Homem	1.051.355	1.287.281	22,44	867.310	1.009.302	16,37	82,49	78,41
Mulher	1.094.350	1.353.669	23,70	586.967	780.622	32,99	53,64	57,67
Faixa etária								
16 a 20 anos	333.638	300.464	-9,94	205.803	164.531	-20,05	61,68	54,76
21 a 25 anos	292.585	326.257	11,51	227.780	252.741	10,96	77,85	77,47
26 a 30 anos	251.531	324.204	28,89	201.436	266.114	32,11	80,08	82,08
31 a 35 anos	242.135	288.708	19,23	196.068	237.767	21,27	80,97	82,36
36 a 40 anos	231.996	256.782	10,68	186.553	211.564	13,41	80,41	82,39
41 a 60 anos	561.908	807.030	43,62	384.088	576.473	50,09	68,35	71,43
mais de 60 anos	231.912	337.505	45,53	52.549	80.735	53,64	22,66	23,92

**Fonte:** Adaptado de Microdados do Censo demográfico 2010 – IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)-IJSN.

De acordo com a tabela acima, fica evidenciado que a inserção da mulher em atividades de trabalho remunerado vem aumentando ao longo do tempo e o investimento na escolaridade está diretamente associado a esta inserção, no entanto, em relação à elevação da renda, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2011, mostram que as mulheres recebem menos que os homens, embora, em média, elas tenham maior escolaridade do que eles. Este fato demonstra que mesmo as mulheres apresentando maior escolaridade, ainda são reveladores os diferenciais de rendimento entre homens e mulheres. Segundo o IBGE,<sup>243</sup>

A desigualdade de rendimento entre homens e mulheres no caso brasileiro é resultado, em grande medida, de uma inserção, no mercado de trabalho, diferenciada por sexo, com uma maior presença feminina em ocupações precárias, de baixa qualificação, pouco formalizadas e predominantemente no setor de serviços como, por exemplo, o trabalho doméstico.

A apresentação destes dados comprova que a diferença salarial existente entre os sexos ainda é muito latente. Esta diferenciação relativa à remuneração na qual as mulheres são submetidas é marcante no mercado de trabalho brasileiro e capixaba. Para Andrade<sup>244</sup>, a inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorre de forma desigual, embora as mulheres sejam a maioria na administração pública e quase a totalidade nos serviços domésticos, ainda são minoritárias nos grupamentos que incluem a indústria, construção, comércio, serviços prestados a empresas e outros serviços.

**Tabela 9** – Rendimento-hora (R\$) da população ocupada no trabalho principal, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça – 2011.

SEXO	COR	TOTAL	ANOS DE ESTUDO			
			ATÉ 4 ANOS	5 A 8 ANOS	9 A 11 ANOS	12 ANOS OU MAIS
TOTAL	TOTAL	10,2	5,7	6,7	8,9	22,0
	BRANCA	12,4	6,7	7,4	9,8	23,8
	PRETA OU PARDA	8,1	5,2	6,1	8,1	18,6
MULHERES	TOTAL	9,0	4,7	5,4	7,1	17,7
	BRANCA	10,9	5,5	6,1	7,7	19,3
	PRETA OU PARDA	7,2	4,2	4,9	6,5	15,0
HOMENS	TOTAL	10,9	6,2	7,6	10,4	27,2
	BRANCA	13,6	7,3	8,1	11,6	29,2
	PRETA OU PARDA	8,7	5,6	6,8	9,3	23,2

**Fonte:** Adaptado de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2011, do IBGE.

<sup>243</sup> IBGE, 2014, p. 119.

<sup>244</sup> ANDRADE, Tânia. *Mulheres no Mercado de Trabalho*. Onde Nasce a Desigualdade. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, Brasília, 2016. Disponível em: < <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/29160> >. Acessado em 28 nov. 2017.

É necessário destacar que essa participação feminina enfrentou grandes barreiras caracterizadas pelas injustiças sociais e por preconceitos contra essa presença de mulheres em posições de liderança no mercado de trabalho e em cargos de destaque político, tanto na esfera executiva como na esfera legislativa. O domínio masculino exercido na contemporaneidade fica ainda mais evidente quando a participação e a atuação feminina são comparadas à participação masculina, fato este que reforça a visão de Bourdieu<sup>245</sup> sobre os lugares de elaboração e de determinação de fundamentos de dominação.

Escrever sobre a participação política feminina no Espírito Santo é ter ciência de que isso é um reflexo da existência da luta e de debates sobre as estratégias de poder que envolvem as relações de gênero. A diferenciação existente entre os sexos determina os comportamentos e as condutas dos grupos sociais e confirma a existência de uma grande distinção nas relações de poder. O domínio do sexo masculino tem como base as crenças e normas muito arraigadas na sociedade e cotidianamente reproduzidas. De acordo com Bourdieu<sup>246</sup>,

Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados... As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres,..., assinalando-lhes a postura correta do corpo,..., enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais.

No caso específico da participação política feminina, Scott<sup>247</sup> elucida claramente esta situação ao afirmar que as pessoas não serão acolhidas com justiça até que os grupos com os quais elas se sentem reconhecidas sejam da mesma forma valorizada.

### **3.2. Atuação política de Myrthes Bevilacqua Corradi no poder legislativo do Congresso Nacional**

Myrthes Bevilacqua Corradi conta que seu interesse pela política começou a despontar na Escola Normal Pedro II, hoje denominado Ginásio Maria Ortiz, localizado em Vitória,

---

<sup>245</sup> BOURDIEU, 2011.

<sup>246</sup> BOURDIEU, 2011, p. 34.

<sup>247</sup> SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, p. 11-29, janeiro-abril, 2005.

quando fez parte do Clube de Leitura da Escola Normal (CLEN), no qual os estudantes usufruíam de grande liberdade de expressão. No entanto, destaca que foi seu pai quem teve importância fundamental no desenvolvimento e solidificação pelo seu interesse político, pois conversava abertamente sobre assuntos políticos com todos os filhos e filhas. Chama atenção para o fato da participação das filhas ser permitida nessas conversas em casa, inclusive eram incentivadas que manifestassem seus pontos de vistas sobre os assuntos discutidos. Segundo ela,

Papai sentava à mesa, na sala, e falava de política contra o governo na época. Papai era lacerdista, falava contra o governo e não mandava a gente ir para a cozinha fazer café como os outros pais mandavam, porque mulher naquele tempo fazia café para os homens que estavam na sala. Papai queria a presença da gente. Queria também saber o que a gente achava daquilo que estava acontecendo.

Ainda como estudante da Escola normal, Myrthes Bevilacqua Corradi participou da União dos Estudantes Secundaristas (UES) e também foi colaboradora da União Nacional dos Estudantes (UNE), na ocasião em que ocorriam as reuniões nas quais se discutia sobre a política estudantil no Espírito Santo. Já na faculdade de Direito, no fim da década de 1950, ela participava das reuniões políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) como “tarefeira”. Nesse período, o PCB apoiou o Marechal Lott para a presidência do Brasil, por entender que Jânio Quadros não era equilibrado e, portanto, não teria condições de exercer com competência o mandato. Ao terminar o curso de direito, no ano de 1962, encontrava-se noiva fazendo o seu enxoval e segundo ela, seu ex-marido

Trabalhava na Vale do Rio Doce. Ele era um homem muito católico. Ele era congregado mariano e não aceitava o comunismo. Afastou-me de tudo. Como eu era apaixonada por ele e fazia tudo que ele queria me afastei. Casei em janeiro de 1965(...), então o ano de 1964 eu não enxerguei, enxergava antes. No ano de 1964 eu estava tão apaixonada que não vi o golpe. Eu estava bordando, fazendo o enxoval. Cuidando das coisas femininas que as mulheres faziam na época.

Em 1966, teve sua primeira filha, em 1967, nasceu seu filho e, em 1970, nasce sua outra filha. Ao longo desses anos adotou uma postura de mãe, o que a manteve afastada dos acontecimentos políticos. Myrthes Bevilacqua Corradi, ao narrar os acontecimentos que antecederam seu casamento e alguns anos desenvolvendo o papel de esposa e mãe, corrobora com a análise que é desenvolvida ao longo deste trabalho, no qual pertenciam a mulher um papel de subordinação e inferioridade em relação ao homem. Esta construção da ideologia patriarcal contribuiu, em grande dimensão, para o afastamento das mulheres dos espaços de

poder impulsionando-as para o exercício de vida mais contido e recatado. Para Nader<sup>248</sup>, essa contradição no interior da sociedade determina os destinos e os direitos do homem e da mulher, como afirmado por Myrthes Bevilácqua Corradi, cabia à mulher o domínio do lar, e ao homem o acesso ao mundo público e ao trabalho produtivo.

No ano de 1972, quando uma senhora a visitou em sua casa e solicitou a utilização do telefone para uma ligação – pois desconfiava que o seu estivesse grampeado pela polícia – que Myrthes Bevilácqua Corradi relata que se sentiu envergonhada por ter ficado só em casa e estar afastada das atividades políticas. Durante o início da década de 1970, como professora, foi oportunizada a realizar um curso de matemática para poder atuar com as disciplinas de ciências e matemática. E em sua atuação como professora, foi aconselhada por uma colega de trabalho a ingressar na União dos Professores do Espírito Santo (UPES) que funcionava como um grupo de mulheres que se reuniam para discutir a educação do estado, e em uma dessas reuniões foi discutido sobre a necessidade de o grupo ter uma presidente e Myrthes Bevilácqua Corradi se apresentou para a função.

Com a decisão de ser presidente da UPES e pensando em como ser reconhecida pelos professores de todos os municípios tomou a decisão de utilizar um lenço no cabelo como uma marca, e esta a acompanha até os dias atuais. Realizou visitas a todos os municípios do Espírito Santo, reunindo os professores e escolhendo os delegados por cada município visitado. Ao concretizar essa ação, realizou uma reunião com todos os delegados escolhidos, das escolas estaduais, que ocorreu na Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo (EAMES), de Vila Velha, com a intenção de organizar o magistério capixaba. Passou a reivindicar junto ao governo melhorias para a classe dos professores e também a realizar atos públicos e passeatas em locais públicos, o que acarretou perseguição pelas forças policiais. Foi convocada à época a prestar depoimento em uma delegacia e várias mulheres que a acompanharam até o local, se manifestaram contra uma possível prisão. Myrthes Bevilácqua Corradi falou que durante o depoimento, do lado de fora, era possível ouvir os gritos “solta, solta”. Este foi um movimento composto principalmente por mulheres professoras.

Sua atuação como Presidente da União dos Professores teve impacto no âmbito familiar. Devido a sua militância, teve pouco tempo para se dedicar à criação dos filhos, por isso, acredita que a sua participação na vida pública tenha prejudicado, de certa forma, a sua vida familiar. Seu filho, com 12 anos, chegou a ser detido e, para ela, essa ação ocorreu como uma forma de violência simbólica, pois os professores representavam um movimento de

---

<sup>248</sup> NADER, 2001.

contestação às ações do governo vigente e Myrthes Bevilacqua Corradi, enquanto mulher e presidente da UPES, foi considerada “subversiva”, conforme se pode observar na figura 5:

## A presidente da Upes: uma subversiva?

*Política é dinâmica, penetra em todos os setores da vida comunitária. A veracidade da frase foi, mais uma vez, constatada no episódio que envolveu o professorado capixaba. Nele, o radicalismo dos grupos políticos, principalmente da Arena, superfracionada pelas sublegendas, mostrou suas garras e consolidou as divergências existentes, colocando de um lado os pró-Elcio Álvares, e, do outro, os que não se identificam com sua tática de governo, como o deputado Setembrino Pellissari e, em última análise, o próprio senador e futuro governador Eurico Rezende. O motivo: considerar ou não subversiva a presidente da União dos Professores do Espírito Santo Myrthes Bevilacqua Corradi.*

*Mal teve início a primeira refrega entre o Governo e Magistério, logo o líder da Arena, deputado Edson Machado, tachava de subversão o movimento do professorado. Criticado veementemente pelos membros da bancada emedebista na Assembléia, Machado levou uma outra espetada, desta feita do destinatário do ato de exoneração assinado pelo governador no dia do jogo entre Peru e Brasil, na Argentina, deputado Setembrino Pellissari. As divergências já eram fatos consumados, agora bastava apenas continuar divergindo e modificando o tabuleiro.*



foto de Joaquim Nunes

*Se o episódio da exoneração ao prefeito de Vitória serviu para mostrar que Machado realmente abandonara o grupo político do ex-governador Cristiano Dias Lopes, o que envolveu o professorado consolidou a mudança, colocando-se para muito tempo ao lado do candidato a deputado federal favorito do governador, o ex-secretário de Interior e dos Transportes Belmiro Teixeira. Mas consolidou também a de Setembrino, que colocou-se na trincheira oposta à do governador. Faltava apenas uma fala, a do senador Rezende.*

*De um lado estavam o governador, seu líder Edson Machado, o ex-secretário Belmiro Teixeira, o presidente regional da Arena Walter De Prá e outros de menor importância. Do outro o ex-governador Dias Lopes, Setembrino, Camata, o MDB e outros arenistas também de importância menor. E o Senador? Do lado de quem ficaria? Não ficou! O senador Rezende, uma das maiores raposas políticas do Estado, colocou-se*

*primeiro no centro e, depois, pendeu um pouco para à esquerda, em favor dos professores.*

*Com essa posição Eurico deixava claros dois pontos: 1 — O Governo Elcio Álvares está chegando à reta final e já mostra sinais de cansaço, sem esperanças de consolidação de mais um grupo político. 2 — A atual conjuntura nacional e as perspectivas para o futuro requerem diálogo com as classes trabalhadoras, que não mais aceitam ser relegadas a papéis secundário ou terciário. Têm e querem ser ouvidas nas decisões que influenciam-nas. Assim, enquanto o governador, através de seu líder, joga a pechã de subversiva numa liderança do professorado, o próximo Governo se diz reconhecedor desta liderança e convoca-a para um diálogo após 15 de março, seguindo a risca a pregação do candidato Figueiredo. Mudaram os homens ou mudou a tática? Só o tempo, o melhor dos professores e juizes, poderá responder à altura da pergunta.*

**Figura 5:** Matéria jornalística sobre Myrthes Bevilacqua Corradi. **Fonte:** Jornal *Espírito Santo Agora*. Vitória/ES. Agosto de 1978/Ano VI/Número 26 (Foto de Joaquim Nunes).

De acordo com Myrthes Bevilacqua Corradi “eles” faziam aquilo para amedrontá-la, pois sua atuação à frente da UPES lhe deu grande visibilidade no cenário estadual, fato esse que a alçou para a carreira política. Myrthes Bevilacqua Corradi destaca que sua vontade inicial era concorrer como deputada estadual, pois acreditava que poderia realizar um trabalho que atendesse as necessidades do magistério, no entanto, foi convencida por membros do

PMDB, dentre eles o ex-governador Paulo Hartung, a se candidatar como deputada federal, e acabou sendo eleita, para atuar na 47ª Legislatura durante o período de 1983 a 1987, com 46.604 (quarenta e seis mil e seiscentos e quatro) votos. Filiada ao PMDB, Myrthes Bevilácqua Corradi explica que, à época da campanha, junto com Rose de Freitas, que disputava a eleição para deputada estadual, procuraram o coordenador de campanha do partido, José Moraes, para conseguirem auxílio financeiro para fortalecer as suas campanhas e ouviram a seguinte frase: “Tem gente que entra na campanha para ajudar e não para ganhar”. Internamente no partido, não havia a crença de que a candidata seria eleita e, sim, figuraria como apoio importante na tentativa de alavancar votos para o partido e ajudar na eleição de algum companheiro.

Myrthes Bevilácqua Corradi destaca que, durante a campanha até teve o apoio do esposo, mas que ele não acreditava que ela teria alguma chance de ser eleita. Na oportunidade de sua posse, em janeiro de 1983, para o cargo de deputada federal, ele participou da cerimônia, mas acabou solicitando a separação. Isto porque não aceitava ser visto como marido de uma deputada e nem exercer um papel social de menor relevância que a esposa. Myrthes Bevilácqua Corradi conta que precisou ficar com os filhos em Brasília e que foi um período de grandes barreiras e dificuldades na busca de conciliar a vida pública, a vida privada, principalmente no papel social de ser mãe. Atuando em Brasília, Myrthes salienta que tudo que realizava enquanto parlamentar era enviado a UPES em forma de materiais impressos para que fosse divulgado junto ao magistério, no entanto, as novas lideranças do sindicato não fizeram essa divulgação dos materiais. Ela diz:

Lá em Brasília eu mandava tudo o que fazia para o Zé Aguilar e José Maria, que eram da UPES. Só que eles não divulgavam para o magistério. Eles tinham interesse em eleger o Vítor Buaiz porque já existia o Partido dos Trabalhadores. Logicamente não iam me eleger. Aí eu entendi que seria a única vez que eu seria deputada. Então, eu disse vou fazer o melhor que eu posso.

E como Deputada Federal em Brasília, sua atuação permitiu ocupar várias funções dentro do Congresso Nacional. Foi Vice-Presidente da Comissão de Serviço Público, Vice-Presidente do Trabalho e Legislação Social, Vice-Presidente da Confederação dos Professores do Brasil, Vice-Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e, também, Vice-Presidente da Federação Latino Americana de Trabalhadores. Myrthes Bevilácqua Corradi conta que as mulheres não conseguiam conquistar a função de presidente nas comissões. O fato de ser mulher, por si só, já excluía as deputadas de participarem das conversas junto aos colegas deputados. Para se ter uma ideia dessa exclusão, quando Myrthes

iniciou seu mandato na câmara, em 1983, somente ela, Beth Mendes (PT/SP) e Cristina Tavares (PMDB/PE) eram mulheres em todo o grupo de parlamentares de oposição e não havia banheiro feminino nas dependências do prédio. Myrthes afirma,

Na câmara só havia um banheiro, o banheiro masculino (...). Os companheiros se reuniam e vinham falar para gente o que a gente tinha que votar. Nós não podíamos participar das discussões, porque nós não podíamos entrar no banheiro masculino e muito provavelmente era no banheiro masculino que se resolviam os votos e, olha bem, não existia banheiro para as mulheres. Não existia. Eu falo isso para ver como era difícil ser deputada.

Partiu dela a iniciativa de criar o primeiro seminário sobre o trabalho da mulher, ocorrido em Brasília, nos dias 08 e 09 de maio de 1984, que objetivava discutir sobre os problemas relacionados ao trabalho feminino na sociedade brasileira. As dificuldades também estavam relacionadas à proposição de projetos de leis e de organizar movimentos como o SEMINÁRIO O TRABALHO DA MULHER, voltados para as mulheres notadamente no que diz respeito ao trabalho.



**Figura 6:** Folheto produzido por Cristina Gorine, em 1984. **Fonte:** Arquivo pessoal de Myrthes Bevilacqua Corradi.

Foi um Seminário suprapartidário e tinha como objetivo possibilitar a discussão ampla sobre os principais problemas relacionados ao trabalho feminino na sociedade brasileira. Foram discutidos temas como “A participação da mulher na política e na cultura”, “A mulher e as condições de trabalho na cidade”, “A mulher e as condições de trabalho no campo” e também “A mulher e a legislação trabalhista”. Ao fim do encontro foi criada uma subcomissão na Comissão de Trabalho para que as temáticas relacionadas ao público feminino continuassem sendo debatidas no Congresso Nacional.

Myrthes Bevilacqua Corradi salienta que, ao longo do seu mandato, apresentou diversos projetos, inclusive a lei que foi aprovada durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010), de dedução de Imposto de Renda de encargos para domésticas. Também apresentou diversos projetos que beneficiariam os trabalhadores e, por duas vezes, teve sua solicitação para a criação da Comissão de Direitos Humanos não atendida. Myrthes atribui essas negativas aos seus projetos ao fato de ser mulher e apresenta a seguinte reflexão:

Eu era mulher, como é que a mesa masculina ia colocar um projeto de mulher em votação? E era inédito. Porque eu não era mulher de deputado, eu não era mulher de senador, eu não era mulher de governador. Eu era simplesmente uma trabalhadora (...) eu não tinha nada. Eles não davam para a gente abertura, para poder crescer lá dentro do Congresso.

Myrthes Bevilacqua Corradi afirma que não conseguiu abertura para desenvolver seus projetos dentro do Congresso Nacional e apesar das limitações existentes apresentou diversas propostas legislativas voltadas para a correção das distorções nas leis brasileiras e até mesmo visando atualizá-las. Myrthes destacou que, na ocasião do movimento pelas Diretas Já<sup>249</sup>, era uma das várias mulheres que viajava pelo Brasil para participar dos palanques e falar em nome das mulheres sobre o movimento. E, apesar do Congresso, em 1984, não ter aprovado a emenda das “Diretas Já”, no ano de 1985, através das eleições indiretas, Tancredo Neves seria eleito pelo PMDB para o cargo de presidente do Brasil. Em sua narrativa, Myrthes enfatiza que, durante a campanha para presidente que antecedeu as eleições foram realizados diversos jantares para a conquista do apoio dos deputados e cabia a ela, como Deputada Federal, “fazer o prato para o ex-presidente”. Muitas reuniões políticas foram feitas em sua casa, em Brasília, onde a deputada era a anfitriã, e figuras políticas de destaque no cenário nacional participavam dessas reuniões. Dentre essas figuras Myrthes citou a presença de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Freire. Ela, ainda, diz:

---

<sup>249</sup> Sobre o assunto ver KRAMER, Paulo. Dante de Oliveira: Ensaio biográficos e seleção de discursos. 2ª Ed. Brasília. Edições Câmara, 2013.

E Tancredo durante a campanha junto aos deputados. Para ele ganhar os votos dos deputados, todas as noites tinham jantares. A gente às vezes jantava três vezes. Eu que fazia o prato do Tancredo. Ele comia bem viu? Até hoje eu não entendo porque ele morreu. Ele estava muito bem de saúde. Eu o acompanhei o tempo todo.

Durante seus quatro anos, como parlamentar, Myrthes Bevilácqua Corradi foi coordenadora da bancada dos deputados e senadores do Espírito Santo e enfatiza que foi bastante respeitada pelos colegas do Estado e de outros estados também. No entanto, a coordenação da mesa estava restrita a atuação pelo Estado do Espírito Santo, enquanto que as comissões na qual foi vice-presidente estavam relacionadas a todo o país. Como Deputada Federal, Myrthes afirma que não teve oportunidades de falar com os professores em uma assembleia, pois foi criado um grupo dentro do sindicato ligado ao PT que trabalhou por sua desconstrução como representante da categoria. Existia o interesse da nova diretoria da UPES na eleição de Vitor Buaiz para o cargo de deputado federal no pleito que se apresentava e, conseqüentemente, esses fatores a enfraqueceram politicamente. Todavia, afirma que,

Estava feliz que tinha sido eleita e eu fui pra lá para agradecer aos professores. Aí quando eu entro, eu escuto uma vaia. Eu disse: essa vaia não pode ser pra mim. Eu fui eleita agora. Primeira assembleia, quinze dias depois. E a vaia foi puxada pelos companheiros do Partido dos Trabalhadores para mim. E eu não pude nunca mais falar numa assembleia de professores. Nunca mais! Naqueles quatro anos, nunca mais falei numa assembleia de professores. Para mim eu perdi o entusiasmo e o interesse de ser candidata de novo.

Nas eleições ocorridas em 1986, Myrthes Bevilácqua Corradi explica que atendendo a um pedido do ex-governador Max Mauro e aos interesses do partido, prejudicou a sua tentativa de reeleição para o cargo de deputada federal na Câmara dos Deputados, pelo fato de não se dedicar totalmente à campanha em troca da oferta da Secretaria de Educação após as eleições. Sua subordinação aos interesses partidários possibilitou que Vasco Alves pudesse ser o candidato do partido, sendo, conseqüentemente, o eleito. No entanto, após as eleições, e sendo derrotada nas urnas com pouco mais de quinze mil votos, foi convidada pelo governador eleito, Max Mauro, para o cargo de Secretária Estadual de Ação Social, na qual atuou apenas por um ano. Em 2010, recebeu o convite de Rita Camata (PSDB) para ser sua 3ª suplente ao Senado, mas não alcançaram sucesso.

Myrthes Bevilácqua Corradi acredita que a pouca participação feminina na política está atrelada à insegurança da mulher e ao fato de não possuírem uma voz mais ativa que permita uma maior conquista do espaço de atuação política. Além disso, destaca que a parte

financeira dos partidos durante a realização da campanha, tem direcionamento diferente, beneficiando aos homens e prejudicando as mulheres. Enfatiza que, enquanto não houver um tratamento igualitário nos partidos, as mulheres continuarão sendo utilizadas como “laranjas” para o cumprimento de cotas que são exigidos a partir da Lei de cotas eleitorais<sup>250</sup>.

De acordo com Myrthes Bevilacqua Corradi, suas principais barreiras na atuação política no âmbito do Poder Legislativo estiveram relacionadas às mesas diretoras sempre presididas por homens que não aceitavam atender os projetos que apresentava o que impedia que esses projetos fossem à votação e pudessem ser aprovados. Apesar de ser bem aceita e ser bem tratada pelos deputados, atribui ao fato de ser mulher o fato de não conseguir conquistar nenhuma presidência de nenhuma comissão. Myrthes narra que sua secretária alegava ter ouvido algumas conversas nas quais os colegas do congresso faziam insinuações que as mulheres que foram eleitas e atuavam no Congresso. Diziam que nós não éramos mulheres de verdade, associando a gente ao bissexualismo. Como as mulheres em toda a história foram associadas à sexualidade, também os deputados colocaram em dúvida a opção sexual das deputadas eleitas. “Diziam assim, quer ver? Tinha uma frase que dizia que deputada e puta é quase a mesma coisa”.

Ao fim da entrevista, Myrthes Bevilacqua Corradi afirmou que sua ‘marca’ foi ter desenvolvido um trabalho com integridade, sempre a favor do que era correto e, eventualmente, se seus projetos tivessem sido aprovados poderiam beneficiar muitos brasileiros. Em contraste com sua atuação no Congresso, apresenta um sentimento de remorso por não ter podido acompanhar melhor o crescimento dos seus filhos e tem a convicção de ter pagado um preço no desempenho de sua vida particular por ter exercido uma vida pública. Em sua narrativa ficaram evidentes que sua luta e atuação política são motivos de muito orgulho pessoal, no entanto, a ruptura com a estrutura social vigente e o exercício um papel social feminino fora do modelo existente no período e “cobrado” pela sociedade, lhe trouxe perdas no ambiente familiar e um sentimento de pesar, pelo fato não ter tido a oportunidade de ser mais presente na vida dos seus filhos.

---

<sup>250</sup> Ver Lei nº 9.504/97 em seu art. 10, § 3º passou a obrigar que cada partido ou coligação reservasse o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo a cargos legislativos, a fim de aumentar a presença feminina no cenário político brasileiro.

### **3.3. A atuação política de Luzia Alves Toledo na Assembleia Legislativa do Espírito Santo**

No ano de 2018, Luzia Alves Toledo completou trinta anos de exercício na vida pública e durante esse período, exerceu dois mandatos de vereadora pelo município de Vitória e também foi vice-prefeita de Vitória, na gestão do prefeito Luiz Paulo Velloso Lucas (2000-2004). Cumpriu um mandato de um ano e quatro meses (12/01/1999 a 31/05/2000) no Senado Federal e na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo atuou por quatro mandatos consecutivos, como deputada estadual, (2004, 2006, 2010 e 2014) e ocupou diversos cargos: Presidente da Comissão de Turismo; um mandato como foi vice-presidente da ALES; Presidente da Comissão de Educação; Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar; Presidente da Frente em Defesa do Artesão e do Artesanato Capixaba; Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Água e Presidente da Frente da Frente Parlamentar em Defesa das Energias Alternativas. É importante ressaltar que ela foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, no período de 30 de janeiro de 2009 a 02 de fevereiro de 2009.

Luzia Alves Toledo explica que sua atração pela política partidária teve uma forte influência do pai de criação, Rubens Rangel, que foi prefeito de Mimoso do Sul, deputado federal, vice-governador do Estado do Espírito Santo (1963-1966) e governador do Espírito Santo (1966-1967). Criada, portanto, em uma família de políticos, deu à Luzia a oportunidade de ter contato direto com a vivência política partidária. E, de acordo com a deputada, foi essa conjuntura que moldou a sua personalidade, onde aprendeu valores como “Respeitar o próximo, ter disciplina e ser simples”. O seu apreço pelas questões sociais contribuiu para sua escolha de fazer parte do universo político, por acreditava que seria um mecanismo para colaborar com os diversos segmentos sociais. Para a deputada, sua entrada na política de forma oficial deu-se devido ao fato de o partido do PSDB apresentar uma proposta de centro esquerda, o que a convenceu que seria importante trabalhar com as causas relacionadas aos direitos humanos e ao meio ambiente, temáticas essas que mexeram com sua vontade de atuar politicamente, embora admita que não pensasse, naquele momento, que o ambiente político era tão masculinizado. Sua relação de amizade com o ex-governador José Ignácio Ferreira (1999-2002) contribuiu para que aceitasse o convite em fazer parte do PSDB, colaborando com a fundação do partido no Espírito Santo.

Em 1988, lançou-se candidata como vereadora pelo PSDB e alcançou a votação necessária para ser eleita. Como vereadora, Luzia Alves Toledo deu destaque à criação da primeira ciclovia do Estado e que foi construída no Bairro de São Pedro, beneficiando os trabalhadores locais em sua locomoção. Conseguiu angariar recursos federais para criar o primeiro Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômanos (CPTT), na Ilha de Monte Belo, em Vitória, e, desde então, afirma ter abraçado a causa em prol da recuperação de dependentes químicos, por ser este um problema que atinge muitas famílias. Ainda atuando como vereadora, propôs o Projeto de Lei nº 42/1995<sup>251</sup> que instituía a obrigatoriedade de um atendimento ambulatorial e psicológico, às vítimas de violência doméstica, sexual, e em casos de estupro em todos os hospitais e unidades de saúde do município.

Luzia Alves Toledo foi a primeira mulher espírito-santense a ocupar o cargo de Senadora. Foi, também, em âmbito nacional, a primeira mulher da sigla do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) a assumir a vice-presidência da Comissão de Educação do Senado Federal.

The image shows a screenshot of the Senado Notícias website. At the top, there is a search bar with the text "Busca avançada" and a "Buscar" button. Below the search bar is a navigation menu with categories: Todas, Política, Economia, Social, Administração, Tecnologia, Justiça, Infraestrutura, Meio Ambiente, and Mais+. A secondary menu lists: Jovem Senador 2018, 30 anos da Constituição, Infomatérias, Eleições 2018, Jornal, Rádio, TV, Fotos, and Senado Multimídia. The main content area features a breadcrumb trail: Home > Matérias > Especial. The headline of the article is "PRIMEIRA SENADORA DO ESPÍRITO SANTO TOMA POSSE" with a sub-headline "Da Redação | 12/01/1999, 00h00". The article text begins with "Com a eleição do senador José Ignácio Ferreira para o governo do estado do Espírito Santo e a indicação do seu primeiro suplente, senador Ricardo Santos, para a Secretaria Estadual de Planejamento, tomou posse nesta terça-feira (dia 12) a primeira senadora capixaba, Luzia Toledo (PSDB-ES). A senadora, que é advogada, foi vereadora por dois mandatos (1988 a 1996) e vice-prefeita de Vitória, promete muita luta, trabalho e lealdade na defesa dos interesses do seu estado. Luzia Toledo nasceu em Mimoso do Sul e, de acordo com seu currículo, ainda pequena foi morar na casa de Rubens Rangel, que foi governador do Espírito Santo em 1967. Ali conheceu as principais lideranças políticas do estado. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo, com extensão na Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atuou como advogada nas varas Cível e Criminal no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, e também na área jurídica da Companhia Docas do Espírito Santo, onde requereu aposentadoria proporcional por tempo de serviço. A nova senadora foi uma das fundadoras do PSDB no estado e como vereadora de Vitória atuou na comissão que elaborou a nova Lei Orgânica do Município, apresentando também diversos projetos voltados para as questões sociais. Luzia foi ainda secretária estadual extraordinária na representação do Espírito Santo em Brasília. Em 1998, foi eleita vice-prefeita na chapa de Luiz Paulo Velloso Lucas." Below the text is a small attribution: "Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)". To the right of the article is a sidebar titled "Primeira página" with five news items, each with a small image and a title: "Propostas de Estatutos da Diversidade e do Trabalho são legados da CDH para 2019, diz Regina Sousa", "Esplanada será fechada a partir do dia 29 para preparativos da posse", "Novas diretrizes para a defesa nacional já estão em vigor", "Eunício Oliveira faz balanço do Senado sob sua presidência", and "Prazo para retirar cliente de lista de devedores pode cair". At the bottom of the sidebar is a link "Veja mais destaques".

**Figura 7:** Notícia no site do Senado sobre a posse de Luzia Alves Toledo. **Fonte:** Senado Notícias. Primeira Senadora do Espírito Santo Toma Posse. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/matérias/1999/01/12/primeira-senadora-do-espírito-santo-toma-posse>. Acesso em Dez. 2018.

<sup>251</sup> Portal da Câmara Municipal de Vitoria – ES. Disponível em <http://sistema.cmv.es.gov.br/spl/consulta-producao.aspx?autor=97>. Acesso em dez. 2018.

Luzia Alves Toledo afirma que durante o período que atuou na função, de janeiro de 1999 a maio de 2000, foi o melhor momento do Senado Federal. Sob o comando de Antônio Carlos Magalhães, a casa era composta por diversas pessoas com muito vigor cultural, político e social o que contribuiu muito para seu aprendizado. Como senadora, apresentou diversos projetos voltados para a inserção do turismo estadual no cenário nacional, porém, destaca que o seu projeto mais importante foi o que solicitava a permissão aos avós de terem contatos com os netos no litígio do casal, projeto que ficou conhecido como Direito dos Avós. O projeto de lei ficou em tramitação no Congresso desde 1999, só sendo sancionado no ano de 2011 pela ex-presidenta Dilma Rousseff, com a denominação de Lei 12.398/11, que estendeu aos avós, a critério do juiz e considerados os interesses da criança ou do adolescente, o direito de visita já garantido ao pai ou à mãe que não tem a guarda do filho. Ela destaca que esse projeto foi apresentado no Senado ao receber uma carta de um casal de avós, moradores do município de Vila Velha, e que a primeira pessoa a usufruir das benesses desse preceito foi a atriz global Beth Farias.

No espaço temporal que atuou como senadora, Luzia Alves Toledo enfatiza não ter nenhuma recordação de qualquer episódio na qual tenha sido destratada por algum colega da casa. Todavia, afirma que:

Absolutamente não tive um senão no Senado Federal. Não me lembro de ter chegado perto de um Senador e ele ficar sentado, que é o normal na política. Os homens ficam sentados e dão o rosto para as mulheres beijarem. Você acredita nisso?! É verdade. Eles não levantam, mas para mim levantavam.

No decurso de sua atuação no Senado Federal, Luzia aprendeu a desenvolver uma convivência de igual para igual com os demais colegas. Com sua saída do Senado foi convidada para ocupar a pasta da Secretaria de Estado do Turismo<sup>252</sup> (SETUR/ES), no governo de José Ignácio Ferreira, e, também, respondeu pela Secretaria de Cultura. Afirma que foi “produto político” do ex-governador José Ignácio Ferreira e que o mesmo foi seu “professor”.

Como Deputada Estadual, exerceu a função por quatro mandatos consecutivos, sendo iniciado durante a legislatura de 2002, quando disputou pela primeira vez uma vaga na Assembleia Legislativa pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), obtendo 16.007 votos os quais não foram suficientes para elegê-la, tornando-se a primeira suplente do partido. Dois

---

<sup>252</sup> Entrevista concedida a Rogerio Medeiros – Século Diário. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/eu-sou-leal-por-conviccao>. Acesso em dez. de 2018.

anos depois, quando Gilson Amaro deixou o cargo para ser prefeito de Santa Teresa, Luzia assumiu o cargo de Deputada Estadual. Em 2006, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), alcançou 21.598 votos e iniciou o seu segundo mandato. Nas eleições de 2010, foi reeleita para seu terceiro mandato pelo PMDB, obtendo 23.626 votos. Em 2014, novamente como candidata do PMDB, alcançou 24.375, o que fez dela a mulher mais votada para Assembleia Legislativa até aquele ano.

Um fato importante na trajetória da Deputada foi assumir a Presidência do Poder Legislativo Estadual<sup>253</sup> no ano de 2009, na ocasião da renúncia do então presidente Guerino Luiz Zanon, que foi eleito prefeito do município de Linhares. Apesar de ter ocupado o cargo durante trinta dias, sua escolha para a função tem um forte poder simbólico para as mulheres, pois ao longo de toda história da ALES foi a primeira vez na história do Espírito Santo, que uma mulher conquistou tal esfera de poder

Luzia Alves Toledo enfatizou que direcionou sua atuação na casa como uma representante legítima em defesa das políticas públicas para as mulheres. E, destaca que

Em relação à mulher nós conseguimos através do fórum que fui presidente. E já fizemos 12 edições desses fóruns. Nós conseguimos melhorar né? O respeito do governo às políticas públicas da mulher (...). Nós começamos com uma gerência da mulher na Secretaria de Direitos Humanos. Hoje, nós temos uma subsecretária da mulher na Secretaria de Direitos Humanos. Isso foi um avanço muito grande.

A Deputada salienta que, também, percorreu todo o Estado para discutir a Lei Maria da Penha e, que trouxe o tema violência contra a mulher, para uma discussão ampla na Assembleia Legislativa, possibilitando que o Estado se apropriasse da Lei Maria da Penha, o que, conseqüentemente, oportunizou muitas discussões sobre o feminicídio. Luzia Alves Toledo ressaltou que, na ALES, ela se apresentou como a representante da voz das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, atuando como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar.

Com relação à mulher, nós criamos também aqui a Frente Parlamentar das Políticas Públicas para a Mulher. Foi aí que nós conseguimos fazer uma interação com a Universidade Federal do Espírito Santo. Foi onde eu conheci a Professora Maria Beatriz Nader e conheci a Ethel Leonor que é a nossa Vice-reitora.

---

<sup>253</sup> Disponível em: <https://ptb.org.br/luzia-toledo-faz-historia-ao-assumir-presidencia-da-assembleia-capixaba/>. Acesso em 20 de dez. 2018.

Há 12 anos realiza o Fórum de Políticas Públicas para a Mulher e enfatizou que o Fórum trouxe importantes conquistas como a implantação do Programa do Botão do Pânico, a Criação da Subsecretaria da Mulher vinculada à Secretaria de Direitos Humanos, a Implantação do estudo da Lei Maria da Penha nas escolas da rede estadual e a Criação do Laboratório de Pesquisas sobre Violência contra a Mulher, localizado e administrado pela Universidade Federal do Espírito Santo, e além da indicação para a criação da Ouvidoria da Mulher na ALES.

## Luzia Toledo apresenta desenvolvimento de ações em defesa da mulher propostas por ela

written by MDB-Mulher-Nacional | 22 de novembro de 2018



A deputada estadual pelo Espírito Santo e presidente do MDB Mulher capixaba, Luzia Toledo reuniu lideranças femininas e representantes do partido na sede do MDB Vitória, na manhã desta quinta-feira (22). A parlamentar apresentou todas as ações realizadas por ela, desde 2007, em defesa de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Entre elas estão a implantação de juzizados e de núcleos em defensorias públicas, a criação de centros de apoio à mulher e de reabilitação do agressor. Dentre as ações mais recentes, desenvolvidas este ano, estão a realização do XII Fórum de Políticas Públicas para a Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar, do I Fórum da Mulher no Legislativo Municipal, bem como a indicação nº 300/2018 para criação da Ouvidoria da Mulher na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

**Figura 8:** MDB Mulher. Luzia Alves Toledo apresenta desenvolvimento de ações em defesa da mulher propostas por ela. Fonte: Disponível em <http://mdbmulher.org.br/mdb-mulher-nos-estados/luzia-toledo-apresentadesenvolvimento-de-aco-es-em-defesa-da-mulher-propostas-por-ela/>. Acesso Dez. 2018.

Pinto<sup>254</sup> considera que é essencial que haja participação das mulheres na vida político-partidária que auxilie no processo de implantação de políticas públicas referentes às mulheres, pois a pouca participação feminina acarreta prejuízos às suas demandas. Para Luzia Alves Toledo essa pouca participação feminina no universo político está relacionada ao temor das mulheres em associar seu nome às práticas de corrupção. Sobre o assunto ela menciona que:

A mulher na política sofre muito [...]. Para a mulher entrar na política é difícil. Por quê? Porque a mulher também tem uma dificuldade muito grande de entrar na política. Porque a mulher é mais séria, a mulher tem mais compromisso. Ela morre de medo da corrupção. Então quando você convida um bom nome para fazer parte da política, ela diz assim: Esse ambiente é muito corrupto.

Luzia Alves Toledo ressaltou que atuou no Poder Legislativo empenhando seus esforços por uma educação de qualidade e que no ano de 2015, como Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, trabalhou pela aprovação e implantação do Projeto Escola Viva, um projeto importante que trouxe para o ensino médio a consolidação do protagonismo do aluno em seu processo de aprendizagem. A implantação das escolas de tempo integral tornou possível, em sua análise, dialogar transversalmente sobre a Lei Maria da Penha, que faz parte da transversalidade dos conteúdos da Secretaria Estadual de Educação. No ano de 2018, mais de 30 unidades de escolas em tempo integral encontrava-se em pleno funcionamento.

A Deputada destacou que criou leis importantes em diversos segmentos. A Lei nº 8.745, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais do estado acondicionar os produtos em embalagens plásticas oxi-biodegradáveis (OBPs) o que rendeu prêmio internacional ao governo Paulo Hartung, no ano de 2007, por ter sido o primeiro Estado a implantar uma lei com tal característica. A Lei 8.524/2007, conhecida por Adote Uma Nascente, instituiu no âmbito estadual o programa que tem por objetivo recuperar as nascentes em áreas degradadas e preservar as que ainda não foram deterioradas. Atualmente, o projeto está sob a gerência da Secretaria de Meio Ambiente, através do Programa Reflorestar, que prevê ações de reflorestamento e diretrizes educativas que influenciam positivamente a participação de alunos no processo de preservação e recuperação de nascentes. Outra temática social que recebeu atenção da deputada foram os cuidados com os idosos. Por essa atuação, ela se tornou a madrinha da Sociedade de Assistência à Velhice Desamparada de Vitória. Luzia afirma que

---

<sup>254</sup> PINTO, 2001.

Eu acho que a melhor idade precisa do respeito da sociedade. Seja na sua casa, com seu pai, seu avô, seu tio ou na sociedade em geral. No Brasil não se respeita o idoso. No Brasil não há essa cultura de se respeitar aquele que fez. Aquele que passou experiência para nós. Não se tem aqui essa cultura. Então esta é uma de minhas lutas aqui nesta casa.

Luzia Alves Toledo salientou que também possui o título de embaixadora da Fazenda da Esperança<sup>255</sup>, uma comunidade para recuperação de diversos tipos de pessoas com dependência química, por meio da convivência, trabalho e prática dos ensinamentos do Evangelho. Desde 2009, Luzia trabalha pela implantação de unidades da fazenda no Estado, sendo que atualmente existem duas comunidades terapêuticas autossustentáveis, uma no município de Alegre, com capacidade para atendimento de 150 mulheres, e outra localizada no município da Serra, com capacidade para 60 pessoas. Foi enfatizado pela Deputada o seu trabalho desenvolvido com o turismo e cultura, sendo ela a idealizadora do Projeto Rota Imperial, um projeto turístico do Estado que abrange 15 municípios: Vitória, Cariacica, Viana, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, Domingos Marins, Venda Nova do Imigrante, Marechal Floriano, Conceição do Castelo, Castelo, Muniz Freire, Iúna, Ibatiba, Irupi e Ibitirama.



**Figura 9:** Luzia Alves Toledo no marco da Rota Imperial, em Irupi, com o professor e historiador Eurípedes Franklin Leal. **Fonte:** Disponível em <http://www.folhavoria.com.br/social/helio-dorea/2016/04/03.html>. Acesso em Dez. 2018

<sup>255</sup> Disponível em: <http://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/2010/11/fazenda-esperanca-em-alegre-vai-abrigar-150-mulheres-dependentes-em-drogas.html>. Acesso Dez. 2018.

O caminho construído por ordem da Coroa Portuguesa no período imperial da História do Brasil insere o Espírito Santo no âmbito da Estrada Real potencializando a atividade turística. No ano de 2016, em comemoração aos 200 anos da Rota Imperial, foi realizada a 7ª Expedição Tropeira, de Ouro Preto - MG até Vitória - ES. A deputada Luzia Alves Toledo participou da expedição e chegou ao Palácio Anchieta com os tropeiros que foram recepcionados pelo Governador Paulo Hartung.

Em relação à questão da disponibilização de recursos dentro do partido, Luzia Alves Toledo deu destaque ao fundo partidário que iniciou no ano de 2018 e que os partidos terão que seguir por força da lei, mas apontou que antes dessas leis os partidos não repassavam recursos para as mulheres de forma equânime aos homens, sendo que, inclusive, ela mesma em algumas campanhas, não foi beneficiada com dinheiro para investir em sua jornada. Salientou a dificuldade de conciliar sua vida pública com os acontecimentos da esfera privada, pois sua agenda de compromissos políticos sempre foi muito intensa, o que, em seu entendimento, foi uma relação de dedicação e compromisso comparada a um casamento. A deputada informa que

Durante esses anos todos [...] fiz muita força para estar presente nos acontecimentos importantes das duas famílias. Da família Rangel e da minha família biológica. Que é a minha família Toledo. Então eu fiz muito esforços, mas não foi fácil. Porque realmente eu tinha uma agenda muito grande [...]. Se eu tivesse, por exemplo, um marido quando eu entrei na política eu já tinha me separado. Porque ninguém aguenta, nem minha assessoria me aguenta, quanto mais um marido né?! Então fui casada com a política durante esses 30 anos.

Luzia Alves Toledo enfatizou, ainda, que, graças ao padrão moral que trouxe de sua formação familiar, não há nada na vida pública que questione o seu caráter como sujeito político. E que, apesar dos obstáculos ao longo da carreira, se considera uma vencedora. Ao ser questionada sobre tratamento diferenciado de gênero em sua atuação no poder legislativo a deputada destacou que

Acho que também eu tenho uma coisa que me ajuda bastante, porque eu trabalho muito. E em qualquer lugar que eu passei, seja como diretora de escola em Mimoso do Sul, ou professora, advogada pela Companhia Docas do Espírito Santo, (codesa) na qual trabalhei durante 18 anos, e na política há 30 anos com mandatos, eu sou muito respeitada. Então acho que isso fez com que eu continuasse. O desrespeito dos homens pelas mulheres, claro que vi e claro que eu senti, mas não foi uma coisa que tenha me impossibilitado de continuar trabalhando, fazendo uma política com P maiúsculo, igual eu fiz todos esses anos.

Ao término do seu quarto mandato como Deputada Estadual na 18ª Legislatura, Luzia Alves Toledo não conseguiu sua reeleição, obteve 17.312, votos que não foram suficientes para a manutenção do cargo. A Deputada destacou que seu maior legado é o que deixa para as futuras gerações, trinta anos de seriedade, de transparência, de compromisso com o povo e de um trabalho por todo o estado do Espírito Santo, uma vez que “é da minha natureza, dá a palavra e cumprir. Eu acho que na política está faltando isso, respeito pelo povo”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é tarefa simples noticiar o fechamento desse estudo, repleto de reflexões, porém seguramente incompletos. Desse modo, nessas últimas páginas serão tecidas algumas considerações relevantes para estabelecer a conclusão de um trabalho acadêmico que, devido ao dinamismo da conjuntura em constante transformação, isso nos exige um olhar sempre vigilante para o esforço das mulheres por uma maior participação no ambiente de decisões políticas, no âmbito político partidário e parlamentar.

No desenvolvimento desta dissertação, a utilização da discussão teórica e bibliográfica buscou analisar a atuação política de duas mulheres espírito-santenses na esfera do Poder Legislativo, especificamente no Congresso e Senado Nacional e também na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Buscamos estruturar a trajetória política dessas mulheres, investigar as dificuldades vivenciadas no decorrer de suas atuações parlamentares e destacar as colaborações de seus mandatos no que se refere à visibilidade e às discussões das questões de gênero, tendo como suporte as reivindicações feministas. Além disso, também questionamos as causas pelas quais dispomos de tão pouca participação feminina na política eleitoral brasileira.

A construção deste estudo iniciou-se com a discussão teórica sobre a narrativa histórica que nos tem sido apresentada na cultura ocidental como um modelo antropocêntrico do fazer histórico e que, conseqüentemente, preteriu às mulheres um papel de quase invisibilidade e silenciamento. Dissertamos assim, sobre os caminhos da historiografia até a consolidação de uma História das Mulheres que resultou em reconhecê-las como sujeitos da História. De fato, é possível observar, no decorrer deste estudo, que as concepções de gênero estimularam a estruturação social da identidade feminina e masculina, mantendo, ao longo do tempo, a percepção da política como algo desassociado do “ser mulher”.

Não obstante ao fato da naturalização dos aspectos sociais no desenvolvimento das relações humanas, que conduziram as mulheres a uma condição de sentimento de inferioridade em relação aos homens, é comprovado que no decorrer da História Política brasileira tivemos algumas mulheres que decidiram transpor as limitações culturais da subjugação patriarcal. Essas mulheres construíram uma nova identidade social, forçando a reorganização dos papéis sociais, alcançando lugares que até então eram inatingíveis e revelando que a privação feminina na atuação política parlamentar não possuía definitivamente nada de natural.

A história das mulheres no contexto espírito-santense não se difere da conjuntura nacional, apesar de apresentar algumas particularidades. Evidenciamos, ao longo do estudo, indícios de violência simbólica, de exploração e de subjugação sócio-político, econômico e cultural, em que também as mulheres espírito-santenses foram obrigadas. Foi neste quadro, no qual as mulheres estiveram condicionadas em uma hierarquia de gênero, que contemplamos as rupturas provocadas por elas ao adentrarem nos espaços de poder, possibilitando, assim, desenvolver a sua autossuficiência e condição de cidadã.

Para atingirmos os objetivos deste estudo, empregamos algumas técnicas de pesquisa que auxiliaram nas nossas reflexões. Previamente nos dedicamos às leituras, principalmente sobre a bibliografia brasileira relacionada à participação política das mulheres nos espaços de poder e efetuamos o emprego da técnica da entrevista para ouvirmos as parlamentares, o que nos oportunizou registrar suas vivências nos partidos políticos, suas dificuldades neste ambiente, e, por fim, identificar as estratégias na construção das relações de gênero. Desse modo, a constituição das narrativas das parlamentares que estiveram presentes no poder legislativo (estadual e nacional) e atuantes na participação das atividades políticos partidários, se instituiu como elemento fundamental deste estudo.

A partir daí chegamos a algumas considerações, que foram demonstradas ao longo da dissertação, incluindo a apresentação de tabelas constatando o desenvolvimento do número percentual de candidatas eleitas nas câmaras de diversos países e do percentual da participação das mulheres capixabas na Assembleia Legislativa do Espírito Santo e no Congresso Nacional. Incluímos, também, fatos que caracterizam a evolução das mulheres na vida política brasileira no poder legislativo estadual e nacional, registramos o histórico do total de mulheres candidatas e eleitas para o Congresso Nacional ao longo do século XX e início do século XXI, evidenciando os indicadores de pouca expressão da presença das mulheres nestes espaços de atuação política.

Verificamos que as mulheres, no decurso da História do Brasil, recorreram a diversas táticas para vencer as mais diferentes formas de discriminações, dentre as quais, a conquista pelo direito de estudar, de votar e de poder ser votada, o que pode ser considerado um grande avanço obtido pelas mulheres no século XX. Simultaneamente a essas conquistas ocorria a propagação dos movimentos feministas na Europa e na América. Destacamos que nos últimos cem anos, as mulheres têm buscado se libertarem da reclusão da esfera privada para se apropriarem dos espaços públicos em busca de direitos iguais.

A promulgação da Constituição Federal (Carta Magna Brasileira) em 1988, que preconizava a igualdade de todos perante a Lei, não tem sido capaz de possibilitar às mulheres as condições reais de igualdade. Salientamos, em nosso estudo, que algumas conquistas constitucionais só ocorreram graças à acentuada articulação entre os movimentos feministas e o pequeno agrupamento feminino das deputadas federais, através do “lobby do batom”. Esse movimento teve potencial para aprovar um texto constitucional significativamente avançado em matéria de legislação para as mulheres. Não obstante, ocorreu a adesão dessas mulheres nas denúncias e lutas por direitos exclusivos para as mulheres, como a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) e também a divulgação pelos estados e vários municípios do Brasil almejando garantias indispensáveis na abertura do regime militar e no processo constituinte. Tais questões estão presentes nos materiais de divulgação do mandato da ex-deputada Myrthes Bevilacqua Corradi em suas andanças pelo Brasil como uma das representantes das mulheres nas campanhas pelas Diretas Já.

A década de 1990, no quadro da atuação política feminina brasileira, ficou caracterizada pela apresentação da Lei de Cotas de Gênero nas eleições. Articulada a outros aspectos, que associam temas culturais e sistemas eleitorais, as cotas para as mulheres ainda não foram capazes de modificar a realidade da reduzida presença feminina na política legislativa. Como foi destacado pelas duas ex-deputadas entrevistadas, os partidos políticos reproduzem modelos que afastam as mulheres da atuação política e conseqüentemente as transferem para o ambiente privado. Desse modo, o que foi evidenciado nas entrevistas, é que se faz necessário um tratamento igualitário nos partidos para que as mulheres conquistem mais espaços, sendo preciso avançar em relação à Lei de Cotas.

Ao fim da década de 1990 e começo dos anos 2000, as discussões no âmbito acadêmico sobre o gênero como um campo relacional foram apropriadas pelos movimentos de mulheres e feministas, obtendo materialidade nos enfrentamentos diários de combate às discriminações de gênero, de etnia, de classe e de orientação sexual. Por isso, da perspectiva da democracia de gênero, a escolha de mulheres é imensamente importante, pois resulta no ingresso em um espaço de poder de decisão historicamente negado. E é na atuação nesse espaço que se faz possível a criação de ações e projetos voltados para os direitos específicos das mulheres. Como foi destacado pelas ex-deputadas Myrthes Bevilacqua Corradi, que criou o Primeiro Seminário sobre o Trabalho da Mulher no Congresso Nacional e Luzia Alves Toledo, que durante 12 anos realizou o Fórum de Políticas Públicas para a Mulher Vítima de

Violência Doméstica e Domiciliar, ações parlamentares que conseguiram dar visibilidade às demandas específicas de políticas públicas para as mulheres, transpondo mais um degrau na luta pela confirmação de garantias reais por mais direitos e políticas de equivalência de gênero.

As mulheres apresentadas neste estudo lutaram para se adaptar aos consideráveis desafios de uma posição altamente competitiva, um espaço onde sempre imperou o comando do homem. A carreira pública das mulheres está mais vulnerável aos obstáculos advindos da concepção social que ainda visualizam no espaço privado o *lócus* da atuação feminina. Foi somente no ano de 2011<sup>256</sup> que a primeira mulher conseguiu ocupar um cargo em um das mesas diretoras da Câmara dos Deputados. Foram necessários quase dois séculos para que uma mulher conseguisse ocupar tal cargo no Congresso Nacional, talvez em decorrência da importância atribuída a estes cargos que são os responsáveis pela gestão de recurso e a fixação das pautas no plenário.

Na trajetória descrita da ex-deputada Myrthes Bevilacqua Corradi, tais obstáculos repercutiram diretamente em sua atuação partidária, culminando no exercício de apenas um mandato como Deputada Federal e não conquistando a aprovação de projetos de leis importantes para a sociedade brasileira. É importante destacar que sua atuação como parlamentar criou divergências significativas em sua vida familiar. No que se refere a trajetória e atuação da Deputada Luzia Alves Toledo, apesar de reconhecer a existência dessas barreiras e ter enfrentado dificuldades no tratamento igualitário dentro dos partidos e na conciliação de vida pública com a sua agenda da vida privada, afirma que esses fatores não foram impeditivos para conquistar um espaço importante na política legislativa, pois reconhece que se “casou com a política”.

Na construção deste estudo, penso que demonstramos que as mulheres continuam vivendo entre o público e o privado, fato este que atesta a concepção de que o gênero estabelece espaços, competências e obrigações femininas e masculinas. Foi possível verificar com as ex-deputadas que elas possuem a compreensão da vigência de um sistema patriarcal conservador que contribuiu para uma limitada participação das mulheres na atuação política parlamentar, evidenciando, assim, a preponderância do preconceito de gênero como principal obstáculo que as mulheres encontram nessa atuação política. Procuramos, nesse estudo, demonstrar o perfil das ex-deputadas no âmbito da atuação parlamentar, em especial, no que

---

<sup>256</sup> Rose de Freitas, do PMDB do Espírito Santo, é a primeira mulher a ocupar um cargo na Mesa Diretora da Câmara em 185 anos de funcionamento da Instituição.

se refere às suas ações políticas, projetos apresentados e impressões sobre suas experiências em um espaço historicamente masculinizado.

Apresentamos algumas características da participação na política das ex-deputadas no recorte histórico de 1982 a 2018, no intento de compreender, como elas lidaram com temas relativos à problemática das questões de gênero. Desta forma, foi possível observar que as duas parlamentares não legislaram de forma exclusiva pela militância de gênero e também não manifestaram o propósito de representarem as mulheres como bandeira principal na atuação parlamentar, o que não significa que no desenvolvimento de suas atuações e proposições as mulheres não tenham sido consideradas e prestigiadas. Acreditamos que a existência de uma cultura política da sociedade patriarcal fez com que as ex-deputadas tenham se voltado para diversas questões da área social e também assistencial, uma vez que são exigências sempre imputadas às mulheres.

Acreditamos ser importante retomar algumas considerações durante as entrevistas com as ex-deputadas, que apresentaram, em diversos momentos, elementos que comprovam as grandes dificuldades enfrentadas por serem mulheres, ou seja, em maior ou menor intensidade, ambas foram discriminadas pela condição de gênero. Apontamos brevemente algumas dessas dificuldades: a) falta de um banheiro feminino no plenário do Congresso Nacional; b) distribuição desigual de recursos financeiros dentro dos partidos durante as campanhas eleitorais; c) dificuldade de viabilidade eleitoral pelo fato de ser mulher; d) preferência dos partidos na indicação de parlamentares homens para a ocupação de cargos de presidência, tanto na Assembleia, como no Congresso e e) sentimento de culpa por não conseguir dedicar a mesma atenção à família ao ficar na maior parte do tempo trabalhando nas atividades do mandato público. Esses elementos fundamentam a hipótese que defendemos nesse estudo, qual seja, diante da pouca representatividade política feminina durante o período pesquisado, as deputadas espírito-santenses, Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo, enfrentaram grandes dificuldades no exercício da vida pública por serem mulheres. E, diante do que foi relatado, identificamos impressões da existência de uma elite política dominante no âmbito parlamentar que é composta por homens.

Esse estudo contribui para a reflexão sobre a existência de uma sociedade brasileira que ainda convive com vestígios das práticas patriarcais, sistematizadas na forma de um patriarcado contemporâneo, sendo que o papel de protagonismo político ainda está atrelado à representação do poder legislativo na figura do sujeito masculino que, até o momento, manifesta obstáculos na comunhão desse espaço de poder com as mulheres. Na democracia

brasileira se evidencia um hiato entre mulheres e homens, bem visível quando investigamos a composição das Assembleias Legislativas e do Congresso Nacional, locais onde há pouca representação por parte das mulheres.

É importante enfatizar que, para a ocorrência de maior sucesso das mulheres na política institucionalizada, se faz necessário valorosas discussões e transformações nos papéis tradicionais de gênero que são representados nos domínios da vida cotidiana. São mudanças que devem perpassar pelo campo político e pela vida particular, além de transformações efetivas no modelo de como se situa a organização político-eleitoral brasileira, que contribui para as dificuldades no acesso ao poder político pelas mulheres.

O fechamento deste estudo se faz na conjuntura do pós-eleições do ano de 2018 para o Poder Legislativo no Congresso Nacional, apresentando, *a priori*, um resultado que legitimou na escolha de um maior número de candidatas associados aos partidos conservadores que trazem como bandeiras a limitação de liberdade de expressão, a condenação de leis pró-aborto e um discurso que incentiva o papel da família tradicional brasileira, no qual as mulheres ocupam um papel de subserviência e silenciamento. O quadro atual que se apresenta, em relação à representação política parlamentar, indica prenúncios de ameaça às diversas conquistas das mulheres alcançadas nos últimos anos.

Esta dissertação não tem o propósito de dar conta das reflexões inerentes ao árduo e vagaroso caminho da participação das mulheres nos espaços de poder de decisões políticas. Muito, além disso, este estudo voltou sua análise para a trajetória e atuação parlamentar de duas mulheres que ousaram adentrar um espaço socialmente legitimado ao gênero masculino. Tendo ciência de que muitas indagações continuam em aberto, é indispensável que outros estudos se unam aos trabalhos já produzidos no campo de pesquisas das relações de gênero e da política, com a disposição de combater os obstáculos que ainda perduram no percurso da conquista irrestrita de cidadania para as mulheres.

## Referências

### *Fontes primárias*

BEVILÁCQUA, Mirtes. Perfil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bevilacqua-mirtes>>. Acesso Nov. 2018.

Diário Oficial Eletrônico da Câmara da Serra. Disponível em [http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-Judith Leão Castello Ribeiro Leão Castello Ribeiro\\_leao\\_castello\\_ribeiro](http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-Judith%20Leão%20Castello%20Ribeiro%20Leão%20Castello%20Ribeiro_leao_castello_ribeiro). Acesso em 09 jan. de 2017.

GURGEL, Telma. *Feminismo e Luta de Classe: História, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade*. Diásporas. Diversidades, deslocamentos. 23/26, ago.2010. Disponível em <http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/FEMINISMO%20E%20LUTA%20DE%20CLASSE.pdf>, acesso em novembro de 2017.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo. Vitória, ES, 2011. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/1737>> Acesso em 28 de Nov. 2017.

JUDITH: A Senhora Cidadã. Direção: José Benevides Correia. Produção e Roteiro: Suzi Nunes, 2010. *Documentário*.

PATEMAN, Carole. Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 2010. n. 89, p. 29-49. Disponível em: <https://rccs.revues.org/3666>. Acesso em 02 de nov. 2018.

Portal da Câmara Municipal de Vitória – ES. Disponível em <http://sistema.cmv.es.gov.br/spl/consulta-producao.aspx?autor=97>. Acesso em Dez. 2018;

PORTAL DO SENADO. Senadores – Luzia Alves Toledo. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/158>. Acesso Nov. 2018;

PTB. Partido Trabalhista Brasileiro (sítio oficial). Disponível em: <https://ptb.org.br/luzia-toledo-faz-historia-ao-assumir-presidencia-da-assembleia-capixaba/>. Acesso Dez 2018;

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Labrys*, estudos feministas, n. 3, Jan./jul., 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/marga1.htm>. Acesso em: 01 de fev. de 2015.

TOLEDO, Luzia. Perfil. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/spl/deputado.aspx?id=27>. Acesso em Nov. de 2018;

UNIÃO INTERPARLAMENTAR. Posição dos países quanto à participação da mulher nas casas legislativas. 2012. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica> . Acessado em 23/11/2017

### ***Obras de Apoio***

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 95-117, 2012.

ABRAMO, Laís Wendel. *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?* 2007. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 327p.

ALMEIDA, Simone Patrocínio de. *A mídia na construção da representação social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988 – 2000)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 240p.

ANDRADE, Tânia. *Mulheres no Mercado de Trabalho. Onde Nasce a Desigualdade*. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, Brasília, 2016. Disponível em: < <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/29160> >. Acessado em 28 nov. 2017

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARIÈS, Philipe; DUBY, George. *História da Vida Privada*. Do Império Romano ao ano mil. VEYNE, Paul (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. Fundação Konrad Adenauer, Editora da Unesp, São Paulo, 2001.

AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Márcio Nuno. *Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto*. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2011.

- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BARRETO, Sônia Maria da Costa. A Escola Normal D. Pedro II e a Normalista Capixaba nos anos 1920. *Revista Ágora*, Vitória, n. 6, p.1-16, 2007.
- BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 16, p. 38-63, 2011.
- BARSTED, Leila Linhares. *Os avanços no reconhecimento dos direitos das mulheres. Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, n. 34, p. 269-299, 2010.
- BORBA, Ângela. Legislando para as mulheres. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus. 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1992.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. pp. 7 a 37.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- BUTLER, Judith. *El genero em disputa*. Barcelona. Paidós. 2007

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERUTTI, Simona. A construção das Categorias Sociais. IN: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados Recompuestos: Campos e Canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1998, p. 233-242.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 5, n. 11, p. 172-191, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. Ética e violência. *Revista teoria e Debate*. São Paulo, Perseu Abramo, n. 39, 1998. p. 32-41.
- COIMBRA, Patrícia. *Direito das mulheres pós-constituição: um estudo descritivo*. 2011. Monografia (Especialização em Processo Legislativo) – Câmara dos Deputados, Brasília, 2011. 67p.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder: mulher e poder na Bahia*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1988.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Labrys, Estudos Feministas*, v. 5, n. 2, p. 1-20, jan./jul., 2005
- COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas* Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Fast Design - Prog. Visual Editora e Gráfica Rápida LTDA. 2008.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia: introdução à Ciência da Sociedade*. São Paulo: Editora Moderna LTDA, 1987.
- COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 32-41.
- COSTACURTA, Mayara Spinace. *Participação política das mulheres: do âmbito partidário ao comportamento legislativo*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas), Universidade Federal de São Carlos, 2015. 145p.

DAHLERUP, Drude. Conceptos confusos. Realidad confusa: uma discussão teórica sobre el Estado patriarcal. In: SASSOON, Anne (Org.). *Las mujeres y el Estado*. Madrid: Vindicación Feminista, 1987, p. 111 -150.

DAMARTINI, Márcio Gomes. *A vigilância da polícia política aos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo (1973- 1981)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 175p.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: Editora Olympio, 1993.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 217-235.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Observatório do Trabalho de Vitória: A Inserção da mulher no mercado de trabalho do Espírito Santo e Grande Vitória, entre as décadas de 1990 e 2000, São Paulo 2009, p. 7-17, 2009.

ENGELS, Friedrich. *Origens da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

FAGUNDES, Pedro Ernesto; ANGELO, Vitor Amorim de; OLIVEIRA, Ueber. (Org.). *O Estado do Espírito Santo e a Ditadura (1964-1985)*. Vitória: GM Editora, 2014.

FIGUEIREDO, Mariza. A evolução do feminismo no Brasil. In: FIGUEIREDO, Mariza. *O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas y perspectivas*. Salvador: NEIM/UFBA, 1988. p.53-58.

FONTOURA, Natália de Oliveira.; GONZALEZ, Roberto . *Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade?* IPEA, Nota Técnica n. 41, nov. 2009.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HABERMAS, Jürgen. *A mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

- HEILBORN, Maria Luiza. Gênero: uma breve introdução. In: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM. (Org.). *Gênero e Desenvolvimento Institucional em ONGs*. Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/NMPP, 1995.p. 183-221.
- IBGE. Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Série estudos e pesquisas, nº 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LOBO, Elizabete Souza. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. Porto Alegre, *Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, 1987.p. 221-239.
- LOBO, Elizabete Souza. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. Porto Alegre, *Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, 1987. p. 183-221.
- MACEDO, Ana Gabriela. Pós-feminismo. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.14, n. 3, Set./Dec., p. 813-817, 2006.
- MACHADO Lia Zanotta. *Feminismo em Movimento*. São Paulo, Editora Francis, 2010.
- MARTELLO, Laura França. Mulheres, Política e Poder. *Revista Em Debate*, Belo Horizonte, v.4, n.5, p.76-83, ago. 2012.
- MATOS, Maria Izilda. *Por uma história das mulheres*. São Paulo, Edusc. 2000.
- MATOS, Marlise. *Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.
- MATOS, Marlise. *Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres: novos horizontes para 2010? Debate: Opinião Pública e Conjuntura Política*, v. 2, 2010, p.31-59.
- MESQUITA, Adriana de Andrade. *Com licença, eu vou à luta! O desafio de inserção das mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, UFF, 2005. 208p.
- MIGUEL, Luís Felipe. BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo. Editorial Boitempo 2015.
- MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: A presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 25-49, jun. 2010.

- MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653-79, 2010.
- MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina*. Un estudio teórico comparado. Madrid: Catedra, 2003.
- MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. *Dimensões: Revista de História da UFES*, Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002.
- NADER, Maria Beatriz. Masculinidade: interesse e violência. In: MAIOR, Paulo Souto; LEITE, Juçara Luzia (Orgs.). *Flexões de Gênero: História, sensibilidade e narrativas*. Jundiaí: Paco, 2017. p. 173-192.
- NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2ª ed Vitória: Edufes, 2001.
- NADER, Maria Beatriz. *Paradoxos do Progresso: A dialética da relação mulher, casamento e trabalho*. Vitória: Edufes, 2013.
- NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. *Mulher e gênero em debate: representações, poder e ideologia*. Vitória: EDUFES, 2014.
- OLIVEIRA, Ueber Jose de; PEREIRA, Valter Pires. Eleições no Espírito Santo: da hegemonia do PMDB à fragmentação partidária (1982/1992). *Revista Ágora (Vitória)*, v. 7, p. 1-32, 2008.
- PAIVA, Denise; Henrique, Ana Lúcia; SILVA, Gabriela Peixoto Oliveira. Atuação das mulheres no Poder Legislativo Federal e Estadual e no Brasil: ainda muito distante da paridade de gênero. *Cadernos ADENAUER (São Paulo)*, v. 3, p. 167-182, 2013.
- PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Horizonte, 2013, p. 55-80.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9 n. 18, p. 9-18, 1989.
- PHILLIPS, Anne. “De uma Política de Ideias a uma Política de Presença?” *Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1. Florianópolis, 2001, pp. 268-290.
- PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 49, p. 98-113, 2001.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 195-230.
- PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 89-98, 1998.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 21-41.

- RANGEL, Patrícia. *Série histórica mulheres e eleições 1996-2012*. CFEMEA, Brasília, 2014.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ROUSSO, Henry. A Memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001. p. 93-101.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani.. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Coleção Sociologia Brasileira, vol. 4. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SCOTT, Joan. “O enigma da igualdade”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216p. 11-29 janeiro-abril/2005.
- SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p.63-96.
- SCOTT, Joan. Prefácio a *Gender and Politics of History*. *Cadernos Pagu*, n. 3, Campinas, p. 11-27, 1994.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SOARES, Renato Viana. *Retrato Escrito: a reconstrução da imagem das (os) professoras (es) através da mídia impressa (1945/1995)*. Vitória: ITB, 2005.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres e história do gênero. Um depoimento. *Cadernos Pagu*, n. 11, p.77-87, 1988.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.275-296.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, dezembro, p. 281-300, 2007.

SOUZA, Dayane Santos De. *Entre o Espírito Santo e Brasília: Mulheres, Carreiras Políticas e o Legislativo Brasileiro a partir da Redemocratização*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014, 265p.

SOW, Marilene Mendes. A participação feminina na construção de um parlamento democrático. *E-legis*, v. 5, n. 2, p. 79-94, 2010.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica*. Dourados: Editora da UFGD, 2012.

VECCHIO, Silvana. A boa esposa. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele (Orgs.). *História das mulheres*. A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990. Vol. 2, p. 143-183.

VERGARA, Moema de Rezende. A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 13, p. 223-251, 1999.

WEBER, M. *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2008.

WEBER, Max. *Conceitos sociológicos fundamentais*. Covilhã: Editora da Universidade da Beira Interior, 2010.

## **APÊNDICES**

## Principais Propostas Legislativas da Deputada Mirtes Bevilacqua

Embora consciente das limitações que se apresentam aos detentores de cargos legislativos, Mirtes Bevilacqua, desde que assumiu o seu mandato de deputada, vem apresentando propostas legislativas com o objetivo de corrigir distorções nas leis brasileiras e até mesmo visando atualizá-las. Nesse sentido não foram poucas as propostas apresentadas. Entre elas estão:

### EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Nº 13/83 — Acrescenta dispositivo à Constituição, dando proventos de aposentadoria ou pensão nunca inferiores ao valor do salário mínimo vigente na região de trabalho do segurado.

072/84 — Emenda alterando a redação do artigo 44 da Constituição, visando fortalecer as prerrogativas do Parlamento brasileiro.

— Acrescenta ao artigo 165 da Constituição a possibilidade de adquirir imóvel para domicílio familiar mediante financiamento de instituição pública, a ser amortizado em prestações mensais reajustáveis em proporção nunca superior à correção do salário do adquirente.

— Inclui, entre os casos que permitem, a falta a sessões ordinárias da Casa legislativa a condição de parlamentar gestante.

### PROJETOS DE LEI

Nº 718/83 — Altera a CLT, dispondo sobre a volta ao trabalho do empregado aposentado por invalidez.

Nº 719/83 — Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS, referindo-se à estabilidade do trabalhador acidentado.

Nº 1.460/83 — Dispõe sobre a correção monetária de salários, proventos e pensões pagas com atraso.

Nº 1.649/83 — Obriga a impressão nas embalagens de produtos alimentícios de primeira necessidade, empacotados e enlatados, do preço de venda ao consumidor.

Nº 1.883/83 — Dispõe sobre a cobrança de taxas para inscrição em concurso público.

Nº 1.907/83 — Dispõe sobre a contribuição do preso para a Previdência Social.

Nº 2.164/83 — Garante ao aposentado o direito de votar e ser votado na sua organização de classe.

Nº 2.483/83 — Dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada para efeito de aposentadoria.

Projeto de Resolução nº 122, de 1983 — Acrescenta dispositivo ao Regimento Interno (Resolução nº 30, de 31 de outubro de 1972) para instituir a Comissão de Direitos Humanos.

Nº 3.074/84 — Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço, pelos funcionários públicos, para efeito de licença especial e aposentadoria.

Nº 3.160/84 — Propõe a contratação, por equipes desportivas, de profissional em Psicologia.

Nº 4.132/84 — Estende a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento sediada nas cidades de Colatina e Vitória para, respectivamente, os Municípios de São Mateus e Conceição da Barra e Aracruz, no Estado do Espírito Santo.

Nº 195/84 — Dá nova redação ao artigo 4º da Lei Complementar número 25/75, estabelecendo critérios e limites para a fixação da remuneração de vereadores.

Nº 4.221/84 — Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º da Lei nº 6.019/84, para vedar a contratação, pela Administração Federal, direta e indireta, de locação de mão-de-obra com empresa de trabalho temporário.

### RESUMO DE PRONUNCIAMENTOS FEITOS DESDE 1983

• Agradecimento ao eleitorado capixaba e a todos os que trabalharam para a sua vitória e a do PMDB no Espírito Santo (11-3-83).

• Alerta para a situação financeira do Município de Vila Velha (ES) e a necessidade de uma reforma tributária para sanar as dificuldades econômico-financeiras dos Estados e Municípios (19-3-83).

• Denúncia à insensibilidade do Governo Federal diante das reivindicações dos servidores públicos e à gradual perda de poder aquisitivo dos servidores a partir de 1974 (25-3-83).

• Apoio às reivindicações contidas no manifesto aprovado no I Encontro dos Servidores Públicos Federais (7-4-83).

• Comentário sobre o memorial enviado pelos trabalhadores metalúrgicos de Cariacica (ES), ao Secretário de Indústria e Comércio do Estado, expondo as dificuldades que enfrentam (13-4-83).

• Denúncia quanto à disposição do Governo Federal de aniquilar as classes trabalhadoras e empresariais e de comprometer a soberania nacional ao atender e satisfazer às exigências dos banqueiros internacionais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (15-6-83).

• Apoio à greve dos professores estaduais do Espírito Santo, defendendo a necessidade de um movimento dos Governadores, Deputados Estaduais e Vereadores do PMDB em favor da reforma tributária e da eleição direta para Presidente da República (30-6-83).

• Apoio e solidariedade ao povo chileno por sua mobilização contra o regime ditatorial instalado no país há dez anos (22-9-83).

• Registro da comemoração do Dia do Professor, destacando a realização de operação tartaruga pelos professores do Espírito Santo, visando obter que o Governo do Estado cumpra as promessas feitas na campanha eleitoral de: elevação dos salários, conceder aumentos semestrais e estabelecer piso salarial (19-10-83).

• Protesto contra a interdição da OAB-DF e contra a prisão ilegal do professor espírito-santense Benedito Tadeu César, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (26-10-83).

• Solidariedade ao povo da Nicarágua, que sofre a ingerência do Gover-

no dos Estados Unidos na política interna daquele país (3-12-83).

• Dia Internacional da Mulher — pedido de apoio dos parlamentares a projeto de emenda à Constituição, de sua autoria, que confere à mulher parlamentar o direito de concessão de licença-maternidade (15-3-84).

• Considerações sobre a defasagem salarial sofrida pelo funcionalismo público nos últimos cinco anos (16-3-84).

• Dificuldades vividas pelas Prefeituras Municipais, em especial a de Guaçuá (ES), em função da redução da cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios, determinada pelo Ministério da Fazenda. Defende a necessidade de revisão da decisão (21-3-84).

• Elogio à atuação do Prefeito Anastácio Cassaro, de São Gabriel da Palha (ES) (23-3-84).

• Repúdio à decisão do Grupo João Santos de desativar o jornal espírito-santense "A Tribuna", por não aceitar o diálogo com jornalistas e gráficos, em greve de protesto motivada pela demissão de dois funcionários da empresa (5-4-84).

• Confiança em que os membros do Congresso Nacional serão sensíveis à mobilização nacional, na campanha Diretas-já para Presidente, que tem o amarelo como símbolo (18-4-84).

• Problemática do uso do solo no País (18-5-84).

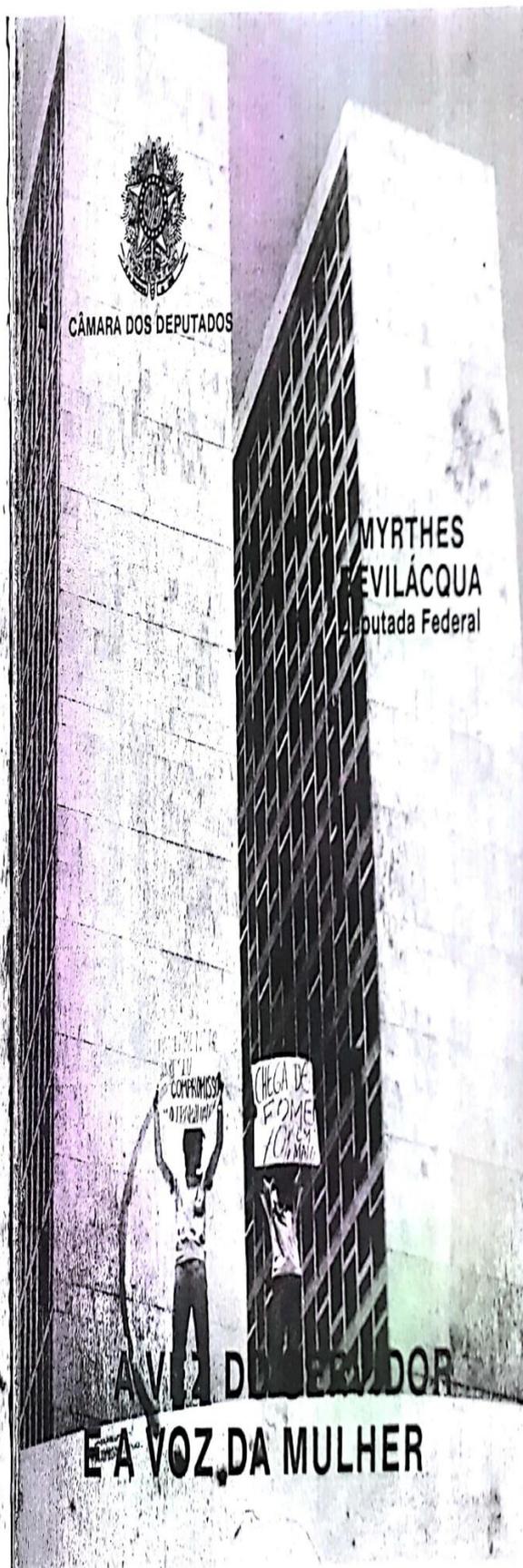
• Leitura de documentos reivindicatórios dos professores de primeiro e segundo graus, de professores universitários e de servidores públicos através das suas entidades representativas (15-6-84).

• Evidência da falta de respaldo da Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, junto à Secretaria de Planejamento para resolver a situação dos professores e funcionários das universidades federais autárquicas e dos médicos residentes que fizeram greve por mais de um mês. Sugere que a ministra renuncie ao cargo (21-6-84).

• Ressalta a importância do documento denominado "Carta de Vitória", resultado do II Encontro Capixaba dos Advogados Trabalhistas, ocorrido no mês de julho, e a realização do VII Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas, em Vitória, no mês de novembro (24-8-84).



A DEPUTADA MYRTHES BEVILÁCQUA e eu temos uma característica em comum: ambas somos "de primeira legislatura". E não foi pequeno o bloqueio que tivemos que enfrentar. Gente nova (mulher, sobretudo), em lugar já estabilizado, sempre gera certa desconfiança e desconforto. No caso de MYRTHES foi particularmente difícil. Afinal seu meio de atuação é muito conservador. Ela, porém, atua com coragem e bom humor: duas qualidades de quem acredita no que faz. É gratificante ver a atuação de uma Deputada como a MYRTHES: ela mantém e fortalece os vínculos com as lutas populares e não perde a noção de conjunto. A líder dos professores e dos funcionários públicos não se contradiz com a parlamentar preocupada com as prerrogativas do Congresso. Elas se somam. E o saldo é altamente positivo. Para as mulheres, para o Congresso, para os que se preocupam com os problemas do povo brasileiro e querem para ele melhores tempos. Isso não é pouco. E feito por uma mulher... É muito atrevimento, não é, uma mulher de primeira legislatura.



Publicação acerca da Deputada Mirtes Bevilacqua – Arquivo Pessoal.

---

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Centro de Documentação e Informação

# **A VEZ DO SERVIDOR E A VOZ DA MULHER**

Discursos pronunciados pela  
Deputada Myrthes Bevilacqua

Coordenação de Publicações

BRASÍLIA — 1983

CAMARA DOS DEPUTADOS  
SEPARATAS DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS

47.ª Legislatura — 1.ª Sessão Legislativa

N.º 195

SUMÁRIO

Pág.

APRESENTAÇÕES

- Palavras do Presidente do PMDB, Deputado Ulysses  
Guimarães ..... 5
- A voz da mulher, Deputado João Herrmann Neto .... 7

ABERTURA:

- Prestando contas, Deputada Myrthes Bevilácqua .... 9

DISCURSOS:

- Reivindicação do funcionalismo público civil da União ..... 11
- Agradecimento ao eleitorado ..... 12
- Situação financeira de Vila Velha ..... 22
- Dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores metalúrgicos de Cariacica ..... 23
- Aniversário do programa TV Mulher ..... 25
- Reforma tributária I ..... 28
- Greve dos servidores públicos no Espírito Santo .... 29
- Greve dos servidores públicos ..... 30
- Greve dos professores estaduais do Espírito Santo .. 32
- Necessidade de uma reforma tributária II ..... 33
- Visita aos Estados Unidos, Cuba e Nicarágua ..... 35
- Administração do prefeito de Vila Velha, Vasco Alves de Oliveira Junior ..... 37
- A má administração do Departamento de Imprensa Nacional ..... 38
- Documento "Ação conjunta de medidas para a criação de emprego na construção civil" ..... 40
- Atuação da ADASU ..... 42
- I Encontro de prefeitos e vereadores do Espírito Santo ..... 43
- Professores e servidores públicos ..... 44
- Homenagem especial aos professores ..... 53
- Fiscais de tributos federais ..... 57
- Emergência: OAB e ADUFES ..... 58

**ABERTURA**  
**PRESTANDO CONTAS**

**Deputada Myrthes Bevilacqua, PMDB/ES.**

1984 surge para a classe política como um ano definitivo para a consolidação de um regime democrático que assegure à Nação, a participação efetiva das maiorias nos processos de decisão; para que se rompa definitivamente com o arbítrio e com a exceção, que permanecerá durante 20 anos afastando da população, o exercício de seus direitos mais legítimos.

A liberdade à manifestação, à organização e à participação são conquistas que podem ser concretizadas neste ano de 1984. E que, ao contrário do que nos previu George Orwell, o controle da cidadania seja apenas uma ficção longínqua aos que crêem no futuro deste país como Nação soberana.

1983 foi, para mim, extremamente rico e empreendedor. Do contato constante com as bases partidárias no Espírito Santo, ao acompanhamento de movimentos ligados aos sindicalistas, aos professores; passando pela realização de um bom feito e proveitoso encontro de prefeitos e vereadores em Vila Velha; ou ainda na viagem que fiz aos Estados Unidos, Cuba e Nicarágua, em missão parlamentar oficial, pude sentir a grandeza de meu mandato em toda a sua extensão.

Nada, entretanto, há de ser mais marcante, em 1983, que a rejeição dos Decretos-leis 2.024, 2.036, 2.046, antidemocráticos, autoritários e que impunham à classe trabalhadora maiores sacrifícios. E particularmente ao servidor público, ao professor, a todos quantos, enfim, têm sido preteridos das decisões políticas nacionais ao longo destes últimos anos de arbítrio, prepotência e discriminação.

E foi com a rejeição destes decretos que a classe política e o Congresso Nacional resgataram, em toda a sua plenitude, as prerrogativas perdidas nestes anos de um governo ilegítimo.

A classe trabalhadora, tenho comigo esta convicção, organizada, nos dará as garantias para que trilhemos juntos rumo à Democracia.

Reuni, neste primeiro trabalho que ofereço, algumas idéias que devem, no mínimo, ser inquietadoras para tantos quantos creiam

a

em soluções transformadoras para o país. É o fruto de meu primeiro ano de trabalho, que espero, seja confirmado com a mesma perspectiva para este ano de 1984.

Brasília, março de 1984.

Deputada Myrthes Beviláqua,  
PMDB/ES

## REIVINDICAÇÕES DO FUNCIONALISMO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Sessão de 10 de março de 1983

A SR.<sup>a</sup> MYRTHES BEVILACQUA (PMDB — ES) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, termina hoje o prazo dado, pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, para que o Governo Federal se pronuncie a respeito do memorial elaborado, nos dias 12 e 25 de janeiro, por aquela entidade representativa dos funcionários públicos. Nesse memorial, os servidores públicos pedem que lhes seja dado mais 70% em maio deste ano, e também fazem uma referência ao tratamento discriminatório entre civis e militares quanto a padrões de vencimentos. Apesar de os militares terem tido este ano aumento salarial abaixo da inflação, os servidores públicos tiveram um reajuste abaixo ainda do dos militares. Os servidores públicos, que há anos vêm lutando pelo Estatuto do Servidor Público, pelo Plano de Classificação de Cargos, pelo reajuste semestral e pelo 13.<sup>o</sup> salário, ainda não foram sequer ouvidos. (Palmas.)

Na qualidade de Vice-Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e na qualidade de Vice-Presidente da Confederação dos Professores do Brasil, apóio a Confederação dos Servidores Públicos, na pessoa do Presidente Hermes Zanetti, vimos acompanhando a trajetória de sofrimento do servidor público civil. Realmente, a partir de 1979, através de legislação específica, os militares vêm obtendo reajustes salariais superiores aos dos demais servidores federais. Efetivam-se anualmente tais aumentos mediante decreto-lei, elevado o valor do soldo à base de cálculo do reajuste de todos os militares. Outras formas mais ou menos disfarçadas produzem a majoração do ganho dos militares, por via da alteração da base do cálculo das gratificações. Outros privilégios para os militares configuram-se no Governo Figueiredo quanto à tributação dos seus vencimentos. Enquanto a sociedade, globalmente considerada, paga tributo pela totalidade dos seus salários, salvo o caso dos aposentados maiores de 65 anos, na contribuição exigida pelo Imposto de Renda os militares são contemplados com deduções que, em última análise, significam um acréscimo de vencimentos da ordem de 30%. Uma análise feita pela UNSP — União Nacional dos Servidores Públicos — da legislação existente leva a três conclusões: Primeiro, enquanto o salário dos militares mantém, em 1983, a mesma relação que o salário mínimo apresentava em 1979, ~~o~~

relação cai para 66 quanto aos servidores civis; Segundo, para que se possa restaurar a situação existente em 1979, seria necessário o reajuste mínimo de 62% para os servidores civis, além do reajuste de 40% concedido em janeiro; Terceiro, cada acúmulo de salários suportado pelos servidores civis, em relação aos militares até janeiro deste ano, equivale a 4,28% dos salários mensais, e deverá elevar-se, até dezembro, a 11,6, ou seja, um ano de trabalho gratuito para o Governo Figueiredo. Teima este Governo em afirmar que não há uma Nação fardada e outra à paisana. Todos seriam iguais perante a lei. Mas não é verdade.

Agora eu gostaria de ler para este plenário, se o Sr. Presidente me permitisse, o telegrama recebido pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, endereçado ao nosso companheiro Arquimedes Pedreira Franco:

"Com referência às reivindicações consignadas no Ofício n.º 12, de 25 de janeiro último, desta Confederação, dirigido ao Exmo. Presidente da República, comunico a V. S.ª, após estudo o Governo Federal vê-se impossibilitado de atendê-las pela conjuntura econômica e financeira que atravessa o País, permanecendo o Tesouro Nacional sem condições de arcar com ônus adicionais. Saudações. José Carlos Soares Freire, Diretor-Geral do DASP."

Assim não dá. E o servidor público não tem direito, ainda, de fazer greve. (Palmas.)

## AGRADECIMENTO AO ELEITORADO .

Sessão de 11 de março de 1983

A SRA. MYRTHES BEVILACQUA (PMDB — ES) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste meu pronunciamento nesta Casa, quero expressar meus agradecimentos ao eleitorado capixaba que me honrou com seus votos. Agradeço também aos muitos amigos — seria injustiça de minha parte destacar nomes — que com grande esforço contribuíram para o sucesso de minha campanha, bem como pela vitória de nosso Partido no Estado do Espírito Santo. Muitas dessas pessoas, em grande parte, praticamente abdicaram de seus interesses particulares, para lutar pela nossa causa comum. Hoje, aqui, rendo as minhas homenagens e apresento os meus cumprimentos a esses heróis anônimos, gente simples do povo que luta por uma sociedade mais justa, que luta por melhor distribuição da riqueza nacional e, sobretudo, que espera ansiosamente por mais competência e honestidade na condução das coisas públicas.

Estou inteiramente consciente das limitações que se apresentam aos detentores de cargos legislativos. Nos últimos 19 anos, os brasileiros assistiam a uma avassaladora ocupação dos espaços políticos pelo Executivo. E essa atrofia dos poderes, com o Legislativo

e o Judiciário relegados a segundo plano, é muito responsável por alguns dos grandes problemas que nosso País está atravessando.

Mas viver é lutar. E é justamente essa esperança por melhores dias para o povo brasileiro que me traz à tribuna. Aqui, sem dúvida, não são resolvidos diretamente os problemas de nosso povo. Mas, com absoluta certeza, também posso afirmar que este plenário é o local adequado para se discutir as prioridades nacionais. Tudo que interessa à Nação deve passar obrigatoriamente por esta Casa, pois se há alguma coisa deslocada no tempo e no espaço não é o Parlamento e, sim, o gabinete confortável e refrigerado dos tecnocratas insensíveis ao apelo popular.

Esta Casa sofreu uma renovação bastante significativa e eu sou modesta peça nesse sopro de modificações. Chego a esta Casa com esperança, mas com os pés no chão. Este é o meu primeiro mandato parlamentar e eu me sinto muito honrada por ser uma das oito mulheres nesta Casa de 479 Deputados. Venho das lutas por melhores condições de trabalho para os professores e, nessa verdadeira batalha, fui assumindo, paulatinamente, as lutas de todo o povo brasileiro contra a exploração, a injustiça social, a violência policial e outros males que insultam diariamente a nossa condição de pessoa humana.

Como mulher, como mãe, como professora, como Vice-Presidente da Confederação dos Professores do Brasil, Vice-Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil sexta Região, Conselho Diretor da Pró-CULT do Espírito Santo, estou plenamente consciente das doenças que atingem a nossa sociedade. É uma expressão dura, mas outra não pode ser a constatação da realidade. Temos, no Brasil, uma sociedade rinosamente doente: a minoria abastada, com todo o conforto da vida moderna; uma certa parcela de classe média (diariamente atingida nas suas poucas conquistas) e a maioria marginalizada, vivendo no opróbrio e na vergonha, com salários de fome; a negação, a persistência do analfabetismo, o trabalho das crianças que em si mesmo é um crime de lesa-humanidade; a repressão em todas as suas manifestações, torturas, desaparecimentos e execuções clandestinas são a realidade do dia-dia do povo brasileiro, que comumente, como se costuma dizer, não vive apenas de carnaval ou futebol.

O povo vive mal, pois sempre se decidiu em seu nome, sem ouvi-lo, sem se interessar por saber quais eram as suas prioridades. E por isso temos tantos contrastes em nosso País. Assim temos tantas obras suntuosas e tantas palafitas em alagados. Desse modo temos agências bancárias interligadas em sistema "on line" e miseráveis morrendo de fome e doença, na calçada em frente ao banco. Corrigir essas discrepâncias absurdas é tarefa de toda pessoa sensata que se preocupa com o bem-estar comum. É inútil tentar adjetivar com expressões de puro efeito aquelas pessoas que se interessam pelos objetivos da comunidade. Esses preconceitos já estão ultrapassados e utilizá-los é prova de quem está andando contra o relógio.



## **Luzia Toledo**

*Luzia Alves Toledo*

**PSDB – Espírito Santo**

**Profissão:** Advogada

**Nascimento:** 5/1/1942, Mimoso do Sul/ES

**Filiação:** José Alves Toledo e Diolinda Maria da Conceição

---

### **FORMAÇÃO EDUCACIONAL:**

Direito, pela Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES; Extensão em Direito do Trabalho, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ.

---

### **MANDATOS ELETIVOS:**

#### **Senadora – 12/1/1999 a 31/5/2000 – ES**

Ocupou a vaga de José Ignácio Ferreira, para este assumir o Governo do Estado. O 1º Suplente, Ricardo Ferreira Santos, licenciou-se após ser nomeado para a Secretaria de Planejamento do Estado do Espírito Santo. Em 2000, retornou ao Senado.

**Titular nas Comissões:** Constituição, Justiça e Cidadania; Educação; CPI Judiciário; CPMI Roubo de Cargas; **Suplente nas Comissões:** Fiscalização e Controle; Educação; Serviços de Infraestrutura; Assuntos Sociais; CPI Judiciário; Subcomissão de Rádio e TV; Comissão Mista Especial Combate à Pobreza.

#### **Vice-prefeita – 1996 – Vitória-ES**

Exerceu o cargo interinamente por três vezes.

#### **Vereadora – 1992 – Vitória-ES**

#### **Vereadora – 1988 – Vitória-ES**

---

### **CARGOS PÚBLICOS:**

Coordenadora da Assessoria Jurídica da Representação do Estado do Espírito Santo no Rio de Janeiro; Coordenadora da Casa Civil da Re-

145



---

apresentação do Estado do Espírito Santo no Rio de Janeiro; Secretária do Estado da Secretaria Extraordinária da Representação do Estado do Espírito Santo em Brasília.

---

**OUTRAS INFORMAÇÕES:**

Professora concursada de Português (1ª e 2ª graus) e Professora de História Geral e do Brasil, do Ensino Secundário, na Escola Monsenhor Elias Tomasi Sobrinho, em Mimoso do Sul, onde exerceu, também, o cargo de Diretora; Advogada nas Varas Cíveis e Criminais do Estado do Espírito Santo e Rio de Janeiro; Advogada Sênior da Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, onde se aposentou com proporcionalidade ao tempo de serviço, para se dedicar integralmente ao mandato de Vereadora; Presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica – Comissão do Espírito Santo – AB-MCJ/ES (1995/1999); Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo; Vice-presidente da Sociedade de Assistência à Velhice Desamparada – Asilo dos Velhos de Vitória.

---

**MISSÕES NO EXTERIOR:**

Participou do “Seminário Internacional de Municípios Portuários”, promovido pela Associação Israelense de Cooperação Internacional e Ministério das Relações Exteriores de Israel; Participou do “1ª Fórum das Autoridades Máximas Regionais do MERCOSUL”, Uruguai (1997); Missão de Governo do Estado do Espírito Santo, representando a Prefeitura Municipal de Vitória, no Chile, Uruguai e Argentina (1997); Participou da constituição do “Conselho de Prefeitos do Corredor Atlântico do MERCOSUL”, representando a Prefeitura Municipal de Vitória, Buenos Aires, Argentina (1997); Participou do 1ª Encontro de Cidades Latino Americanas Contra Drogas – ECLAD 97, representando o Município de Vitória, São Paulo; Visita Oficial à Bélgica – Porto de Ghent, onde existe um convênio de intercâmbio de estudantes de nível superior celebrado entre aquele Porto e a Universidade Federal do Espírito Santo, na área portuária (1999); Visita oficial ao Sumo Pontífice, Sua Santidade o Papa João Paulo II, no Vaticano (2000).

---

**HOMENAGENS RECEBIDAS:**

Título de “Honra ao Mérito pelo Esforço e Abnegação às Escolas de Férias Capixabas”, pela, OONDA – Organização Ontem não Dá

146



Amanhã; Presidente de Honra do CEGA – Grêmio Estudantil Graça Aranha, em Mimoso do Sul; Título de "Distinção por Tempo de Serviço", concedido pela Companhia Docas do Estado do Espírito Santo – CODESA; "Destaque SEDEC 86", concedido pela Sociedade Espírito-Santense de Cultura, Educação e Ciência de Mimoso do Sul; "Reconhecimento aos Relevantes Serviços Prestados à Comunidade Vitoriense" (1994), outorgado pela Câmara Municipal de Vitória; Título de Cidadã dos Municípios do Espírito Santo: Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul, Alfredo Chaves, Vila Velha e Serra; "Reconhecimento aos Relevantes Serviços Prestados ao Município de Vitória", Câmara Municipal de Vitória (1996); "Mulher de Expressão" concedida pela Sociedade Pestalozzi de Mimoso do Sul; "Mérito Militar Feminino" pelas honrosas ações e relevantes serviços prestados no âmbito dessas Corporações, outorgado pela Polícia Militar do Espírito Santo e o Corpo de Bombeiros; "Grandes Mulheres do Espírito Santo" concedido pela relevante atuação nas questões da longevidade humana, Associação Municipal de Envelhecimento – AME; "Honra ao Mérito" concedido pelo Aeroclube do Espírito Santo; Título "Atuação Brilhante" conferido pelo PSDB de Atílio Vivácqua; Título de "Honra ao Mérito" conferido pela Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ/ES; "Homenagem Especial por Serviços Prestados à Comunidade", concedido pelo Conselho Regional de Administração – CRA/ES; "Reconhecimento aos Serviços Prestados à Comunidade", outorgado pela Prefeitura Municipal da Serra; Condecorada com o Troféu "Centenário de Ricardina Stamato" concedido aos incentivadores da cultura pela Academia Feminina Espírito-Santense de Letras; "Destaque Político" concedido pela Revista Justiça e Trabalho.

---

#### **PARTICIPAÇÕES EM CONGRESSOS E SEMINÁRIOS:**

Proferiu Conferência sobre o sistema de cotas eleitorais na Cidade do Porto e nas principais Câmaras Municipais daquele país a convite do Governo Português (26/2/1999).

---

#### **PRONUNCIAMENTOS:**

- Pronunciamento de posse na assunção do mandato senatorial em substituição ao Senador Ricardo Santos, designado secretário de estado da coordenação do planejamento do Governo do Espírito Santo. DSF 13/1/1999 p. 1412.
- Homenagem póstuma ao ex-senador João Calmon. DSF 22/1/1999 p. 1917.



- Homenagem ao Dia Internacional da Mulher. DCN 11/3/1999 p. 2026.
- Defesa das medidas adotadas pelo Governo José Inácio Ferreira, do Estado do Espírito Santo, referentes ao funcionalismo público. Necessidade de incrementar o setor de turismo. DSF 25/3/1999 p. 6279.
- Análise do quadro educacional no Brasil. DSF 15/4/1999 p. 8129.
- Análise da atual conjuntura econômica. DSF 29/4/1999 p. 9164.
- Reflexão sobre a atuação da bancada do PSDB no debate programático referente aos rumos da social democracia no terceiro milênio do Brasil. DSF 6/5/1999 p. 10145.
- Saudação à Rede Gazeta, de Vitória do Espírito Santo, pela inauguração de um moderníssimo parque gráfico. DSF 27/5/1999 p. 13132.
- Registro da posse do Ministro Elcio Álvares no Ministério da Defesa. Regozijo pela aprovação do nome da Dra. Eliana Calmon Alves para o Superior Tribunal de Justiça. Realização da segunda caminhada de fé “Os passos de Anchieta”, realizada nos dias 3, 4 e 5 do corrente, no Estado do Espírito Santo. DSF 11/6/1999 p. 15026.
- Homenagem ao Ministro de Estado da Defesa, Elcio Álvares, filho ilustre e ex-senador do Estado do Espírito Santo. DSF 18/6/1999 p. 15591.
- Defesa do desenvolvimento econômico do Espírito Santo através do incremento e da qualificação do setor turístico daquele Estado. DSF 1/7/1999 p. 17924.
- Participação das mulheres nos cargos de comando no Brasil. DSF 3/9/1999 p. 23183.
- Esclarecimentos sobre o envolvimento do Governador José Inácio Ferreira, do Estado do Espírito Santo, em liberação de empréstimos junto ao BANESTES. DSF 23/9/1999 p. 24897.
- Homenagem aos idosos brasileiros, pelo transcurso da data a eles dedicada, no próximo dia 27 de setembro. DSF 25/9/1999 p. 25194.
- Indignação com as denúncias envolvendo o Ministro da Defesa, Sr. Elcio Álvares. DSF 8/10/1999 p. 27129.
- Apoio ao Projeto de Lei da Câmara 51, de 1998, de iniciativa do Presidente da República, destinado a instituição da Política Nacional de Turismo. DSF 12/11/1999 p. 30672.
- Homenagem aos bombeiros. DSF 3/12/1999 p. 33395.
- Considerações sobre o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo. DSF 14/12/1999 p. 34733.
- Considerações sobre a qualidade do serviço de telefonia prestado ao povo do Estado do Espírito Santo. DSF 15/12/1999 p. 34914.



- Debate sobre a violência nos meios de comunicação de massa e sobre a proposta de adoção de normas que controlem a programação televisiva e radiofônica do País. DSF 13/1/2000 p. 254.
- Precariedade das condições alimentares da população brasileira, constatada no terceiro “Encontro Brasileiro de Transtornos Alimentares e Obesidade”. DSF 14/1/2000 p. 319.
- Considerações sobre o requerimento de sua iniciativa, que propõe a constituição de comissão especial interna encarregada de promover estudos e levantamentos destinados a implantação de uma estrutura logística de transporte, operando coordenadamente na região do “corredor atlântico do MERCOSUL”, que reúne a totalidade do sistema portuário, marítimo e hidroviário da América do Sul. DSF 19/1/2000 p. 513.
- Propostas para reabilitação dos menores infratores da FEBEM. DSF 2/2/2000 p. 1536.
- Contestação às acusações divulgadas pela revista “Istoé” contra o Senador Gerson Camata, destacando seu honrado passado político e seus feitos em prol dos capixabas e dos brasileiros. DSF 3/2/2000 p. 1589.
- Defesa de uma sociedade baseada em valores mais fraternos, principalmente em relação aos idosos. DSF 10/2/2000 p. 2074.
- Defesa da reativação do Programa Nacional do Álcool. DSF 23/2/2000 p. 3342.
- Considerações sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas portadoras de deficiência física. DSF 25/2/2000 p. 3580.
- Comemoração do Dia Internacional da Mulher. DCN 16/3/2000 p. 4563.
- Solidariedade à Associação dos Aposentados da Universidade Federal do Espírito Santo, no pleito de rejeição da Proposta de Emenda a Constituição 136, de 1999, que dispõe sobre a contribuição para manutenção do regime de previdência dos servidores públicos e dos militares da União, dos estados, do Distrito Federal e dos territórios. DSF 24/3/2000 p. 5310.
- Considerações sobre a fecundidade da mulher brasileira e seus efeitos sobre a estrutura populacional. DSF 4/4/2000 p. 6358.
- Importância do complexo portuário do Estado do Espírito Santo para a economia brasileira. DSF 5/4/2000 p. 6424.
- Reflexão sobre a história do povo capixaba nos 500 anos do descobrimento do Brasil. DSF 20/4/2000 p. 7801.
- Abordagem sobre a realidade e perspectiva profissional da mulher no cooperativismo. DSF 10/5/2000 p. 9536.

- Comemoração do “Quarto Encontro dos Passos de Anchieta”, promovida pela Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta – ABAPA, no litoral capixaba. DSF 12/5/2000 p. 9779.
- Considerações sobre a questão da autonomia universitária. DSF 25/5/2000 p. 10774.
- Discurso de despedida do Senado Federal. Relato da participação de Sua Excelência nos trabalhos legislativos. DSF 1/6/2000 p. 11226.

---

### PROPOSIÇÕES:

**INS-2/1999 de 1/6/1999** – Sugerindo a esta Casa o patrocínio de um concurso de monografias sobre o Senado Federal.

**PEC-12/1999 de 23/3/1999** – Modifica a redação do parágrafo 3º (terceiro) do artigo 49 do ato das disposições transitórias.

**PEC-54/1999 de 10/6/1999** – Acrescenta inciso ao artigo 93 da Constituição Federal para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores.

**PLS 10/2000 de 18/1/2000** – Dispõe sobre a existência de acomodações separadas para fumantes e não fumantes em estabelecimentos hotelheiros.

**PLS 11/2000 de 19/1/2000** – Altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**PLS 12/2000 de 20/1/2000** – Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 (dispõe sobre o serviço voluntário).

**PLS 152/1999 de 19/3/1999** – Altera dispositivo da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata da concessão de salário-maternidade e dá outras providências.

**PLS 153/1999 de 19/3/1999** – Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de equipamentos destinados a adaptações especiais em veículos para o transporte de pessoas portadoras de deficiência física.

**PLS 181/1999 de 25/3/1999** – Tipifica o crime de violação da intimidade.

**PLS 182/1999 de 25/3/1999** – Tipifica o crime de ofensa à memória de pessoa morta.

150



**PLS 183/1999 de 25/3/1999** – Acrescenta artigo ao Código de Processo Penal, determinando os casos de segredo de justiça.

**PLS 20/2000 de 1/2/2000** – Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Microempresa, a ser administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e dá outras providências.

**PLS 218/1999 de 9/4/1999** – Denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo – Unidade de Colatina.

**PLS 278/1999 de 28/4/1999** – Dispõe sobre o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Doce e dá outras providências.

**PLS 279/1999 de 28/4/1999** – Acrescenta dispositivo ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

**PLS 303/1999 de 5/5/1999** – Dispõe sobre o acesso gratuito dos idosos às salas de cinema e dá outras providências.

**PLS 304/1999 de 5/5/1999** – Dispõe sobre dias alternativos para concursos e vestibulares, de modo a atender aqueles que aleguem motivos de crença religiosa, e dá outras providências.

**PLS 305/1999 de 5/5/1999** – Determina o ressarcimento ao Estado, pelas indústrias do fumo, dos custos do tratamento das doenças provenientes do tabagismo.

**PLS 312/1999 de 6/5/1999** – Institui o plano diretor de desenvolvimento urbano para cidades de interesse turístico e dá outras providências.

**PLS 32/2000 de 8/2/2000** – Acrescenta parágrafo único ao art. 39 da Lei nº 5.700, de 1971, que "dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências".

**PLS 355/1999 de 19/5/1999** – Proíbe a realização de tatuagem em menores de 18 anos, salvo com autorização expressa dos pais ou responsáveis, e dá outras providências.

**PLS 356/1999 de 19/5/1999** – Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1999, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências.

**PLS 357/1999 de 19/5/1999** – Dispõe sobre a obrigatoriedade de existência de desfibriladores a bordo de aeronaves.

**PLS 358/1999 de 19/5/1999** – Dispõe sobre o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, previsto no inciso XXVIII do art. 7º da Constituição Federal e dá outras providências.

**PLS 359/1999 de 19/5/1999** – Altera o prazo de financiamento pelo Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR para a construção de hotéis de turismo e dá outras providências.

**PLS 389/1999 de 1/6/1999** – Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do artigo 1º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências".

**PLS 39/2000 de 22/2/2000** – Dispõe sobre o reajuste dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais pactuados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, modificando a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

**PLS 390/1999 de 1/6/1999** – Altera os artigos 215, 216 e 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

**PLS 40/2000 de 22/2/2000** – Acrescenta § 3-A e 4º ao art. 40 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio).

**PLS 400/1999 de 8/6/1999** – Dispõe sobre o pagamento dos créditos de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública.

**PLS 403/1999 de 9/6/1999** – Dispõe sobre o seguro obrigatório de pagamento das obrigações trabalhistas relativas à rescisão contratual, e dá outras providências.

**PLS 434/1999 de 22/6/1999** – Altera o art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, para aumentar, em cada atividade, a proporcionalidade de empregados brasileiros, e dá outras providências.

**PLS 435/1999 de 22/6/1999** – Dispõe sobre a indenização por dano moral decorrente do extravio ou da perda definitiva de bagagem.

**PLS 436/1999 de 22/6/1999** – Concede incentivo fiscal aos empregadores que colocarem à disposição de seus empregados cursos de aperfeiçoamento e dá outras providências.



**PLS 48/2000 de 24/2/2000** – Altera dispositivos da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que "assegura validade nacional às carteiras de identidade, regula sua expedição e dá outras providências".

**PLS 488/1999 de 17/8/1999** – Disciplina o trabalho educativo de adolescentes, previsto no art. 68 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

**PLS 489/1999 de 17/8/1999** – Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a equipamentos e material educativo destinados à utilização por pessoa portadora de deficiência.

**PLS 49/2000 de 24/2/2000** – Tipifica o crime de informação falsa.

**PLS 504/1999 de 19/8/1999** – Dispõe sobre o acompanhamento de paciente idoso durante internação hospitalar.

**PLS 505/1999 de 19/8/1999** – Inclui conteúdos de educação ambiental nos currículos da educação básica e superior.

**PLS 506/1999 de 19/8/1999** – Altera os artigos 19 e 29 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que tratam do dever de prestar alimentos na separação judicial e no divórcio.

**PLS 507/1999 de 19/8/1999** – Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal".

**PLS 531/1999 de 1/9/1999** – Acrescenta parágrafos ao art. 143 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "institui o Código Eleitoral", dispondo sobre seções eleitorais especiais para idosos e outros.

**PLS 532/1999 de 1/9/1999** – Inclui os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos de ensino fundamental.

**PLS 533/1999 de 1/9/1999** – Fixa normas para a cooperação entre os entes federativos com vistas ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

**PLS 546/1999 de 21/9/1999** – Altera o Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que "dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo, e dá outras providências".

**PLS 576/1999 de 18/10/1999** – Inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental e médio a prevenção contra o uso de drogas.



**PLS 577/1999 de 18/10/1999** – Inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental noções de turismo.

**PLS 580/1999 de 19/10/1999** – Regulamenta a profissão de esteticista e cosmetologista e dá outras providências.

**PLS 581/1999 de 19/10/1999** – Dá nova redação ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que "institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal".

**PLS 582/1999 de 19/10/1999** – Institui a obrigatoriedade de seguro nas operações imobiliárias que especifica e dá outras providências.

**PLS 613/1999 de 9/11/1999** – Altera o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que "estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências".

**PLS 619/1999 de 10/11/1999** – Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Mimoso do Sul, no Estado do Espírito Santo.

**PLS 661/1999 de 7/12/1999** – Regulamenta os artigos 52, I; 85; 86; 105, I, *a*; 108, I, *a*, da Constituição Federal, relativamente ao exercício dos direitos da cidadania e à denúncia de crimes de responsabilidade.

**PLS 662/1999 de 7/12/1999** – Altera o art. 244 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que trata do crime de abandono material.

**PLS 76/1999 de 02/3/1999** – Acrescenta parágrafo único ao artigo 15 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio) e dá nova redação ao inciso VII do artigo 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para estender aos avós o direito de visita aos próprios netos.

**PLS 77/1999 de 2/3/1999** – Acrescenta parágrafos ao artigo 15 da Lei do Divórcio (Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977), e o artigo 641-A ao Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973), para possibilitar a executoriedade do direito de visita.

**PLS 77/2000 de 28/3/2000** – Altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, com o objetivo de redefinir o conceito de terrenos de marinha, e dá outras providências.



**PLS 78/1999 de 2/3/1999** – Dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais.

**PLS 94/2000 de 12/4/2000** – Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para trator agrícola e respectivos acessórios, quando adquiridos por pequenos e médios produtores rurais.

**RQS 215/2000 de 25/4/2000** – Requer que seja prestada homenagem pelo falecimento do empresário da área imobiliária no Estado do Espírito Santo, José Maria Vivácqua Santos.

**RQS 55/1999 de 3/3/1999** – Requer, nos termos regimentais, que seja constituída comissão especial interna, integrada por 11 (onze) membros, para no prazo de 1 (um) ano, promover estudos e levantamentos visando o estabelecimento de um sistema logístico de transporte, que seja integrado por portos e terminais conectados entre si por meio de linhas regulares de navegação, operando como um sistema coordenado, na região do “corredor atlântico do Mercosul”, que integra todo o sistema portuário, marítimo e hidroviário da América do Sul.

---

**FONTES CONSULTADAS:**

BRASIL. Congresso. Senado Federal. Portal de Pesquisas Legislativas – Matérias Legislativas – MATE – Base de dados. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em dezembro de 2003.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. Portal de Pesquisas Legislativas – Pronunciamentos. Base de dados. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em dezembro de 2003.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. Portal de Pesquisas Legislativas – Comissões. Base de dados. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em dezembro de 2003.

Câmara dos Deputados: Sinopse, Biblioteca, Comissão de Minas e Energia, Comissão de Transportes.

SENADO FEDERAL. Subsecretaria de Arquivo. Pasta: Senadora Lúzia Toledo. Brasília.



**LEI Nº 10.472, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.**

Institui o Dia Estadual da Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres do Estado, e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Dia Estadual da Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres do Estado, que ocorrerá, anualmente, no dia 06 do mês de dezembro.

**Art. 2º** Este dia tem por finalidade sensibilizar os homens quanto às suas condutas sociais e advertir que comportamentos discriminatórios e violentos em relação às mulheres devem ser banidos de seus relacionamentos familiares e afetivos.

**Art. 3º** No Dia Estadual da Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres do Estado serão promovidas as seguintes atividades: palestras, vídeos, depoimentos e distribuição de panfletos que possibilitem aos homens constatar que qualquer forma de violência praticada contra a mulher é condenada pela sociedade e enfrentada pelo Estado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, 18 de dezembro de 2015.

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**  
*Governador do Estado*

**Este texto não substitui publicado DOE. de 21/12/2015.**



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 12.398, DE 28 DE MARÇO DE 2011.**

Acrescenta parágrafo único ao art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e dá nova redação ao inciso VII do art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para estender aos avós o direito de visita aos netos.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 1.589.

Parágrafo único. O direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente." (NR)

Art. 2º O inciso VII do art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 888.

VII - a guarda e a educação dos filhos, regulado o direito de visita que, no interesse da criança ou do adolescente, pode, a critério do juiz, ser extensivo a cada um dos avós;

(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF  
 Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto  
 Maria do Rosário Nunes

Este texto não substitui o publicado no DOU de 29.3.2011

**LEI Nº 10.745, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.**

Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno nos estabelecimentos de uso coletivo, públicos ou privados, e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica assegurado à criança o direito ao aleitamento materno nos estabelecimentos de uso coletivo, públicos ou privados.

**§ 1º** Independentemente da existência de locais com equipamentos ou instalações reservados para o aleitamento, a amamentação deve ser assegurada à lactante.

**§ 2º** Eventual abordagem à lactante sobre a existência dos locais previstos no § 1º deve ser feita com discrição, sem induzi-la ao uso desses.

**Art. 2º** O descumprimento das normas contidas nesta Lei, sujeitará o estabelecimento infrator à multa de 5.000 (cinco mil) Valores de Referência do Tesouro Estadual – VRTEs, aplicável em dobro, sucessivamente, em caso de reincidência.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, 10 de outubro de 2017.

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**  
*Governador do Estado*

Este texto não substitui o publicado no DOE de 11/10/2017.

# Violência contra a mulher

**T**odos os anos centenas de mulheres são vítimas de violência no âmbito doméstico e familiar. Os danos quase sempre são irreparáveis, pois mesmo as mulheres que conseguem sair do círculo de abrangência da violência arrastam para sempre em suas vidas as sequelas psicológicas, morais, físicas e patrimoniais.

A lei 11.340/06 foi batizada Lei Maria da Penha, em homenagem à cearense homônima, que se tornou símbolo da luta contra a violência doméstica contra a mulher. A sanção da lei só foi possível por meio do forte respaldo dos movimentos sociais nacionais e internacionais de defesa dos direitos da mulher e reflete a necessidade de repensar as relações de gênero como uma relação construída sobre uma cultura secular de poder simbólico de dominação machista, cuja perversa marca tem sido a violência doméstica e familiar.

O novo regramento legal parte do reconhecimento de que na nossa sociedade há to-

do um conjunto de poder simbólico, interiorizado por homens e mulheres desde a infância, que coloca a mulher em uma postura de dependência e acaba por fragilizá-la na relação de gênero, especialmente no âmbito doméstico e familiar, potencializando sua vitimização e criando obstáculos à alteração deste status.

A mulher tem uma dificuldade de oferecer a denúncia da agressão sofrida. Os fatores sociais estabelecem um comportamento que tende para a minimização da gravidade da violência sofrida em razão do forte controle social sedimentado pelo preconceito e pela vergonha.

O compromisso do Estado brasileiro de atuar de forma efetiva na proteção dos direitos fundamentais das mulheres previsto constitucionalmente possui eficácia vinculante para o ordenamento jurídico infraconstitucional. Entretanto, a lei nº 11.340/06 não teve a acolhida esperada pelos movimentos de Direitos Humanos e ainda hoje não é efetivamente aplicada. Os dispositivos que preveem a instalação de varas especializadas,

casas-abrigo e asseguram medidas de proteção à mulher ainda não encontraram amparo nas políticas públicas que os tornem viáveis.

A lei é ambiciosa no sentido de desejar garantir às mulheres brasileiras uma vida sem violência. Ao aplicar a lei 11.340/06 os operadores do Direito devem fazê-lo de forma a atender à sua finalidade maior, que é assegurar à mulher em situação de violência doméstica e familiar condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à maternidade, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Para uma aplicação efetiva das medidas asseguradas pela lei, imperativo se faz a participação da sociedade, a capacitação de profissionais, a divulgação e outros mecanismos de informação e transformação da sociedade.

■ Luzia Toledo é deputada estadual (PMDB)



Única Deputada capixaba a ter seu rosto emoldurado na galeria da Assembleia Legislativa do Espírito Santo junto aos demais presidentes da casa.